

INDICADORES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL E POBREZA EXTREMA PARA PORTO ALEGRE

PROGRAMA URB-AL - REDE 10

PROJETO CIDADES E CIDADÃOS PELA INCLUSÃO SOCIAL



Relatório sobre Indicadores de Pobreza Multidimensional e Pobreza Extrema para Porto Alegre

Porto Alegre, Julho 2007

Pesquisadores:

Flavio V. Comim
Izete Pengo Bagolin
Sabino da Silva Porto Jr.
Reisoli Bender Filho
Volnei Picolotto
Rodrigo Peres de Avila

Estrutura do Relatório

Sumário

1 – Introdução

2 - Procedimentos Metodológicos e Operacionais

2.1 – Fundamentação Teórica e Procedimentos para elaboração do Questionário.

2.2 – Aspectos Operacionais

2.3 – Procedimentos para análise e construção do indicador Multidimensional de Pobreza

3 – Resultados

3.1 – Resultados Agregados para a Cidade de Porto Alegre

3.1.1- Características da pobreza em Porto Alegre – Aspectos descritivos da Amostra

3.1.2 - Índice Multidimensional de Pobreza para a cidade de Porto Alegre

3.2 – Resultados Por Região do Orçamento Participativo

3.3 – Resultados sobre as condições de Pobreza Extrema.

4 – Considerações Finais

Anexos

Sumário

Este relatório apresenta uma radiografia da pobreza na cidade de Porto Alegre tomada em 2007. Para tal elabora dois indicadores: o Índice de Carências (IC) e o Índice de Pobreza Extrema (IPE). Esses resultados são obtidos através de uma metodologia inovadora que vê a pobreza não somente como privação de renda mas como um fenômeno multidimensional de privação de capacitações.

Dois pontos-chave nessa metodologia desenvolvida são o reconhecimento de que decisões sobre indicadores são decisões valorativas que devem envolver as comunidades e que capacitações devem ser medidas objetivamente. Com o primeiro propósito, foi realizada uma *Consulta*, preparada em parceria com 50 líderes comunitários, representando as 16 regiões do Orçamento Participativo (OP), com mais de 8000 pessoas na cidade. Essa consulta embasou a formulação de um survey conduzido com mais de 10000 indivíduos em todas as regiões da cidade, propiciando a identificação e ponderação das dimensões. Para o segundo propósito, foram feitos esforços no sentido de testar as capacitações das pessoas entrevistadas através de suas atitudes, valores e conhecimento prático.

Os resultados gerais indicam que as regiões do OP **Restinga, Nordeste e Eixo-Baltazar** são as mais pobres da cidade do ponto de vista multidimensional. Alguns aspectos importantes a serem destacados:

- ➡ A educação é a dimensão em que mais se identificou carências entre os entrevistados
- ➡ O aspecto nutricional provou ser importante para a caracterização da falta de saúde dos entrevistados
- ➡ O nível geral de carências das mulheres provou ser maior do que o dos homens, dando evidências sobre a feminização da pobreza na cidade
- ➡ Mostrou-se que erros de focalização podem existir se pobreza for medida apenas como insuficiência de renda
- ➡ 63% dos entrevistados passam por algum tipo de pobreza extrema
- ➡ A região do OP com a maior incidência de ‘saúde-pobres e ‘renda-pobres’ é a Restinga. A região do OP com a maior incidência de ‘habitação-pobres’ é o Eixo-Baltazar. Por fim, a região do OP com a maior incidência de ‘educação-pobre’ é a Cruzeiro (que não está entre as regiões mais pobres no agregado, mas que isoladamente, de uma perspectiva multidimensional, possui um grau de privação elevado em educação.

Por fim, cabe notar que os índices desenvolvidos fornecem uma detalhada informação por regiões do OP, facilitando a criação de sistemas de monitoramento de políticas integradas para a redução de pobreza na cidade.

1 – Introdução

A crescente desigualdade entre ricos e pobres, que tem sido característica do desenvolvimento excludente não apenas no Brasil mas no mundo, tem levado ao esfacelamento do tecido social e à criação de realidades independentes. O mundo da moda e dos ‘ricos e famosos’ está estampado todos os dias nos jornais e na televisão. Mas o mundo dos pobres é um mundo que se conhece pouco. Aparte de algumas iniciativas governamentais que têm buscado um melhor conhecimento da realidade das pessoas que vivem em condições de privações múltiplas, pouco se sabe da pobreza além de que ela contempla insuficiência de renda. O comportamento do cidadão de classe média, que foge da imagem da pobreza assim como foge da violência urbana, é de negação dessa realidade. Ao mesmo tempo, mecanismos democráticos institucionalizados na cidade, como o Orçamento Participativo (OP), necessitam de avaliações que melhor informem o impacto das decisões orçamentárias das regiões sobre as pessoas mais pobres.

É dentro desse contexto que o presente relatório busca contribuir para um melhor entendimento da natureza da pobreza entre pessoas vivendo na cidade de Porto Alegre durante o ano de 2007. O objetivo é produzir conhecimento sobre a vida na cidade para munir a capacidade cidadã dos indivíduos com informações para que eles possam participar mais ativamente, e de uma maneira mais bem informada, nas decisões da cidade. Especificamente, o objetivo do trabalho é apresentar dois indicadores de pobreza: um para análise da situação de carência dos pobres como um todo e o outro focado na pobreza extrema. Tal iniciativa deve ser entendida como um conjunto de parcerias, começando pela Rede Urbal da Comunidade Européia que financiou este estudo coordenado pela Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, na figura do Secretário César Busatto, que estimulou a participação de um trabalho associativo entre lideranças comunitárias e acadêmicos das Pós-Graduações em Economia da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O pilar do trabalho aqui empreendido foi estabelecido a partir de um estudo piloto sobre Pobreza Multidimensional em Porto Alegre feito durante o ano de 2006.

O trabalho apresentado traz consigo diversas inovações metodológicas que o diferenciam dos estudos correntes sobre pobreza feitos anteriormente. A razão última para implementação dessas inovações é a busca por uma informação mais útil ao cidadão e de melhor qualidade. A primeira inovação é a sua inserção dentro de um processo de estímulo à *razão pública* dentro da

comunidade. Para tal empreendeu-se a um mecanismo de *consulta pública* antes da formulação das categorias dos indicadores. Tal consulta foi feita após uma *capacitação* das lideranças comunitárias, que estiveram reunidas durante quatro dias com as equipes da PUC e UFRGS para discussão das metodologias e construção dos instrumentos de pesquisa. Em geral, a prática acadêmica corrente é a elaboração de pesquisas que são feitas a partir de categorias formuladas pelos pesquisadores, sem muita intersecção com a comunidade. Aqui, o processo foi diferenciado através da construção de categorias e perguntas através da participação das lideranças, em uma primeira instância, e de uma subsequente elaboração das questões específicas através do processo de consulta.

Uma segunda inovação é o uso de uma abordagem multidimensional para ver a pobreza. Assim, a pobreza é conceituada e medida como um processo de carências múltiplas que se sobrepõem, ao invés de simplesmente uma expressão da insuficiência de renda. O desafio comum nesse tipo de análise é o desenvolvimento de uma métrica unificadora e sistematizadora dessas dimensões. Quase sempre, estudos que tentam discutir o tema da pobreza em termos multidimensionais, acabam por formular funções de bem-estar agregadas injustificadamente a partir de pesos iguais. Aqui, através do processo de consulta, foi usado um procedimento de *ordenamento* de dimensões que serviu de instrumento para a construção de um procedimento agregativo para o indicador de pobreza.

Finalmente, cabe mencionar que o indicador construído foi baseado em unidades denominadas *funcionamentos* e *capacitações*. Essas unidades formam o *espaço informacional* usado para a avaliação da pobreza dos indivíduos. Sendo assim, o que estamos avaliando é o comprometimento do grau de autonomia dos indivíduos resultante da sua pobreza. Vale à pena enfatizar que a avaliação empreendida não é uma análise da pobreza monetária dos indivíduos nem de suas necessidades básicas, mas de suas capacitações. Os resultados apresentados mostram em que sentido a pobreza erode os princípios mais básicos daquilo que é importante para um ser humano ser e fazer.

O relatório está dividido em mais duas partes. A primeira discute os fundamentos da metodologia usada na formulação da pesquisa e os seus principais procedimentos operacionais. Com isso quer-se mostrar de uma maneira transparente como os resultados foram obtidos e o que eles contêm. A segunda parte apresenta os resultados. Primeiro, apresentamos os resultados do Indicador de Carências (IC) para a cidade, depois passamos à análise desagregada por regiões

do Orçamento Participativo e por último analisamos o IPE (Indicador de Pobreza Extrema). Em todos os casos seguimos procedimentos descritivos que permitam a maior compreensão possível do estudo empreendido e de seus resultados tanto quantitativos como qualitativos.

2 - Procedimentos Metodológicos e Operacionais

2.1 – Fundamentação Teórica e Procedimentos para elaboração do Questionário.

Como já mencionado, é comum encontrarmos, quando da realização de surveys e questionários, perguntas sendo formuladas por pesquisadores e institutos sem nenhuma participação ou *input* dos entrevistados. As pessoas entrevistadas, que deveriam beneficiar-se das pesquisas, acabam servindo muitas vezes apenas como instrumento, como um meio, para a legitimação de teses dos pesquisadores já incorporadas em questões formuladas em gabinetes. Por outro lado, pesquisadores que, conscientes desse problema, tentam evitá-lo, acabam caindo na armadilha de condução de grupos focais, com pautas muitas vezes abertas, limitando-se ao relato descritivo de conversas sem um fio condutor coerentemente atrelado ao objeto da pesquisa. Frequentemente, consultas ao público são utilizadas como maneira de justificar ou legitimar resultados, quando feitas sem o devido cuidado de deixar as pessoas pobres influírem na definição das dimensões a serem contempladas pelos estudos.

É para superar essas dificuldades que este projeto sobre *Pobreza Multidimensional em Porto Alegre* propôs uma *Consulta Popular* como estágio preliminar na formulação das questões a serem utilizadas no questionário a ser construído e aplicado. Os principais objetivos dessa consulta foram:

- Identificação das dimensões relevantes da pobreza, na visão dos participantes
- Ordenação das diferentes dimensões, a serem utilizadas para a formulação de um sistema de ponderação dos indicadores
- Caracterização (descoberta de novas dimensões) da *pobreza extrema*

Para a identificação das dimensões e caracterização da pobreza extrema, deve-se permitir o uso de questões abertas para a colheita de novas informações. Questões abertas, por definição, são questões que não incluem nenhuma parte da resposta e que são respondidas sem nenhuma sugestão do entrevistador. Estas questões quando tabuladas e sistematizadas são a base para a formulação do questionário *per se*. A eleição das diferentes dimensões deve estar ancorada nos valores e visão de mundo dos entrevistados e para tal é importante minimizar a interferência dada pelos *frame effects* das questões. Para a ordenação das diferentes dimensões é interessante relacioná-la com a experiência do *Orçamento Participativo*, buscando a linguagem e o modus

operandi (interface) utilizado em práticas já estabelecidas. Esse procedimento segue o princípio da *razão pública*, de acordo com o qual, compete aos cidadãos a definição das prioridades e ordem de importância dos fatos e valores de ordem política (para mais detalhes ver Sen (2006)). No caso de Porto Alegre, é importante não ‘reinventar a roda’, criando um outro mecanismo de expressão de prioridades, quando o OP já faz parte da cultura e tradição da cidade.

No processo de consulta deve-se estimular, através da formulação das questões, que as pessoas falem não sobre elas, mas sobre os outros. Na consulta, a ênfase deve ser não na avaliação dos indivíduos, mas na sua avaliação social. É óbvio que usamos parte da nossa experiência para entender o mundo que vivemos e somos mais sensíveis aos fatos dos quais temos conhecimento pessoal. No entanto, como não se trata de uma avaliação de bem-estar pessoal, a consulta deve promover a *capacidade de pensamento social* dos indivíduos e dos julgamentos normativos vinculados a valores sociais. Com o estímulo a intersubjetividade consegue-se também um pouco de objetividade na avaliação dos indivíduos, o que é importante, principalmente tratando-se de questões abertas.

Dentro do espaço das capacitações, as principais características do espaço informacional a ser privilegiado pela consulta deveriam incluir

- a) não-comensurabilidade entre as diferentes dimensões (o que leva a multidimensionalidade dos indicadores). Em outras palavras, é exatamente pela impossibilidade de reduzir todas as diferentes dimensões do bem-estar de um indivíduo a apenas uma única dimensão que necessitamos da multidimensionalidade.
- b) contingência (o que promove o entendimento das experiências específicas dos indivíduos fundamentadas no conhecimento prático). Isto é, o conhecimento das pessoas é frequentemente formado pelo conjunto de suas experiências objetivas desenvolvido ao longo de suas ações práticas e como tal deve ser captado em função da especificação de contextos específicos.
- c) valor cognitivo das emoções (entendido como uma faceta dos julgamentos normativos ligada a complexidades de nossa experiência ética). Assim, em situações onde os indivíduos são solicitados em emitir julgamentos de valor, deve-se evitar negligenciar o papel daqueles julgamentos que são mais ‘emotivos’, pois muitas vezes eles estão atachados a objetos considerados importantes pelos indivíduos.

- d) contrafactualidade (entendida como a possibilidade do fazer diferente, do estar diferente, e como tal, indicativa do grau de liberdade dos indivíduos). Se entendermos pobreza como ‘privação de liberdades’, isso significa que ser pobre não é apenas ‘não ter’, mas também ‘não poder ser ou fazer’ coisas distintas. Operacionalmente, isso significa tentar medir a pobreza, como a presença de poucas escolhas ou possibilidades de curso de ação.

Essas características devem ser traduzidas na estrutura da consulta popular e na forma pela qual as questões são formuladas. Essas questões são tratadas com mais detalhe no que segue.

A Consulta Popular

A *consulta popular* foi organizada através da implementação de questionários individuais de uma página. O primeiro ponto a ser avaliado concerne uma avaliação da melhor estratégia de comunicação do objeto da pesquisa para o público participante. As categorias de ‘pobreza’ e ‘bem-estar’ pareceram inadequadas, por motivos distintos. Especificamente, falar diretamente de ‘pobreza’ com os entrevistados poderia parecer ofensivo, sugerindo um pré-julgamento por parte do entrevistador sobre a posição dos entrevistados. Em alguns casos isso poderia parecer natural, mas em outros, onde a condição de pobreza não é reconhecida pelas próprias pessoas, poderia ser até contraproducente. O uso da categoria mais geral ‘bem-estar’ seria mais apropriado por esta razão, mas o termo poderia ser muito abstrato para a compreensão entre todos. Esse foi um ponto que foi trabalhado em parceria com os representantes das regiões do OP, como discutido abaixo. Na ausência de um nome melhor trabalhamos com a ideia de um “questionário sobre condições de vida ou problemas das pessoas” ou de suas “carências”.

Para captar a identificação das dimensões relevantes da pobreza, as seguintes categorias foram exploradas através de questões:

1. (Identificação com Prioridade do Concreto) Ao perguntar aos entrevistados: “Imagine a pessoa mais pobre que você já conheceu. Na sua opinião, o que havia de pior na condição dela?”, sugerimos de fato de que se possa conversar sobre o entendimento que a pessoa tem da situação de pobreza em função de uma situação concreta. De fato, como perguntamos sobre uma terceira pessoa, evitamos constrangimento sobre a exposição de detalhes pessoais.

2. (Conhecimento Prático) Parte da dificuldade em fazer as pessoas prestarem informações objetivas é o subjetivismo natural decorrente de relatos individuais sobre qualquer fenômeno. Neste caso, ao perguntar, “Como você sabe se alguém é pobre?” e “Como você sabe se alguém é rico?”, ênfase foi dada ao ‘como’ e ao uso do conhecimento prático dos entrevistados. De fato, o que se buscou foi a identificação de critérios de seleção que estivessem relacionados à experiência prática dos indivíduos. O mesmo raciocínio, aplicado para uma investigação da ‘intensidade’ da pobreza, foi usado na questão “Como você sabe se alguém é muito pobre?”

No entanto, é interessante observar que o aspecto mais importante sobre a condição de pobreza dos indivíduos está relacionado aos julgamentos que as pessoas têm sobre quais privações são consideradas aceitáveis ou não nos seres humanos. É escandaloso que esse seja um aspecto ignorado por quase todos os pesquisadores de pobreza, que se preocupam mais em contar o número de pobres ao invés de definir, em parceria com eles, os próprios critérios (ou *benchmarks* ou *thresholds*) que levem a uma melhor caracterização dessa situação de privação múltipla, que chamamos pobreza. Para isso, perguntas poderiam ser formuladas no sentido de identificar o que é ‘normal’ ou ‘aceitável’ (ou os seus opostos) para as pessoas. O maior problema, no entanto, é definir um período de tempo no qual dada ação passe, pois aí pode-se sugerir implicitamente um critério de normalidade (por exemplo, pode-se perguntar quanto é ‘normal’ um trabalhador ganhar por mês, quando o próprio conceito de ganhar por mês já implica um padrão de normalidade, possivelmente distinto do padrão de normalidade dos mais pobres, que ganham seu dinheiro diariamente).

3. (Expectativas e aspirações) A capacidade das pessoas desenvolverem suas habilidades, incluindo a habilidade de fazer planos, é um elemento central no conceito de autonomia utilizado nesse trabalho. Através da pergunta “Quanto dinheiro você precisaria para viver bem? O que você faria com esse dinheiro?”, procuramos fazer uma anotação dos *funcionamentos de valor* das pessoas, tentando descobrir, o que é importante ser ou fazer para elas. É claro que valores de milhões foram descartados, entendidos como uma dificuldade das pessoas de se engajar com a questão.

4. (Papel cognitivo das emoções) Os julgamentos de valor dos indivíduos, que refletem o que é importante para eles, dependem muito de componentes emocionais, dado que nem todos os aspectos da racionalidade humana podem ser redutíveis à lógica instrumental. Questões que estimulem julgamentos normativos dos indivíduos podem ser tentadas através do estímulo as

reações dos indivíduos a frases de caráter emocional. É interessante notar o que Martha Nussbaum em *Love's Knowledge* (1990: 41) escreve sobre o valor ético e cognitivo das emoções

as emoções não são simplesmente rompantes de afeto, reconhecidos e discriminados uns dos outros pelas suas qualidades sentidas unicamente; ao invés as emoções são respostas discriminantes fortemente conectadas com as crenças das pessoas sobre como as coisas são e sobre o que é importante (...) amor, pena, medo, e os seus parentes – todos são baseados em crenças de um modo similar: todos envolvem a aceitação de certas visões sobre como o mundo é e sobre o que é importante.

Sendo assim, algumas perguntas foram feitas no sentido de verificar o *grau de reação* das pessoas a situações que demandariam algum caráter emocional. Perguntas do tipo “Em uma família de 7 filhos é normal que só 2 estudem?” Ou “Você sai para caminhar e encontra a seguinte situação: na primeira esquina um casal alimenta os seus filhos com o resto que encontra no lixo. O que você acha?” Ou ainda, “Você concorda que onde comem 2, comem 3?” foram formuladas com ajuda das lideranças comunitárias, seguindo o papel cognitivo das emoções.

5. (Ranking) Talvez o elemento mais importante, do ponto de vista funcional, de toda a consulta foi o pedido de ordenação dos 4 problemas mais graves enfrentados pelas pessoas. Uma lista pré-definida, baseada em categorias do OP, modificada pelas sugestões das lideranças comunitárias para refletir preocupações com ‘renda e trabalho’, foi dada as pessoas para que elas elessem as dimensões mais importantes. O resultado foi importante, não somente para a identificação de dimensões, mas principalmente para o ordenamento das mesmas, visando assim superar o problema comum na construção de índices de falta de ordenamento normativo das dimensões (resultando quase sempre em um sistema de pesos iguais para todas as variáveis). No que segue, apresentamos o esquema utilizado durante a consulta, deixando os espaços para a ordenação:

HABITAÇÃO []	SAÚDE []
EDUCAÇÃO []	CULTURA []
ASSISTÊNCIA SOCIAL []	SANEAMENTO BÁSICO – DEP Esgoto []
PAVIMENTAÇÃO []	SANEAMENTO BÁSICO – DEMA E Água []
TRABALHO E RENDA []	ESPORTE E LAZER []
ILUMINAÇÃO PÚBLICA – DIP []	ÁREAS DE LAZER []
TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO []	SANEAMENTO AMBIENTAL []

Uma vez que as quatro principais dimensões foram selecionadas através da consulta, quais sejam, saúde, habitação, trabalho&renda e educação, procedemos à elaboração do questionário, que consistiu em um conjunto de perguntas sobre essas quatro dimensões. É importante notar a flexibilidade garantida por esse procedimento, pois à medida que os problemas experimentados pelas pessoas na cidade forem evoluindo, ele possibilita identificar diferentes dimensões, processadas através da mesma estrutura. Esse critério é importante para a garantia de transparência no mecanismo de elaboração de indicadores.

O Survey

Os primeiros elementos escolhidos para integrar o questionário não fazem parte do índice. Eles são chamados ‘controles’ por serem elementos utilizados para diferenciar os resultados. Nessa pesquisa trabalhamos com quatro controles principais, quais sejam, gênero, idade, nível educacional e nível de renda. Em particular, a presença do controle ‘nível de renda’ possibilita a comparação e correlação entre as dimensões do indicador e renda.

As demais variáveis para cada uma das dimensões foram incluídas a partir das sugestões e julgamentos normativos que apareceram durante a consulta. Elas foram sistematizadas levando-se em consideração as características dos espaços informacionais das capacitações, e como tal, procuraram evitar basear-se em i) recursos e ii) julgamentos subjetivos.

Por exemplo, na dimensão saúde, questões como “Se voce tivesse mais dinheiro, compraria mais comida?” é um simples registro de ausência de escolha dos indivíduos referente à quantidade e qualidade de sua alimentação. É um problema sério, mas de grau inferior, em comparação com a pergunta “Alguma vez nesse último mês você comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?”, pois este último representa um registro de funcionamentos efetivamente ocorridos. A característica unificadora de todas as perguntas no questionário é a sua busca por um registro do que as pessoas podem ser e fazer, e de suas oportunidades associadas à cada dimensão, de uma maneira objetiva, minimizando o grau de manipulação por parte do entrevistado. Por exemplo, na dimensão educação, a pergunta “Você se considera: rico, nem pobre nem rico ou pobre? E, se pobre, você tem algum plano para sair da pobreza?” é totalmente independente da resposta dada à primeira parte da pergunta, visto que ela objetiva registrar apenas se a pessoa tem ou não um plano para sair da pobreza. A presença de ‘um plano’ ou de uma idéia do que fazer é aqui entendido como um indício da presença de autonomia e capacitação por parte dos indivíduos. Veja como esse resultado é diferente do mero

registro da quantidade de recursos que uma pessoa possui ou de sua opinião subjetiva sobre se ela é pobre ou não. Aqui, testa-se uma característica do que a privação e acúmulo de carências pode provocar no indivíduo pobre: a erosão do seu próprio 'eu', da sua autonomia e possibilidade de reação à sua situação. Mais detalhes sobre o survey são dados abaixo.

Plano Amostral

No seu sentido mais amplo, este estudo tem dois objetivos principais. O primeiro é fazer um levantamento sobre a visão que as pessoas pobres têm da sua própria pobreza. A metodologia a ser utilizada assemelha-se em escopo e propósito a estudos do tipo 'Vozes dos Pobres', como coordenado por Deepa Narayan (2000) em nome do Banco Mundial. Aqui foram feitas questões de caráter amplo que interativamente foram refinadas com base nos dados emergentes da própria pesquisa. O objetivo era obter uma informação qualitativa rica e densa sobre a natureza da pobreza vivida pela pessoas em Porto Alegre. Em estudos desse tipo são usadas técnicas amostrais que variam muito. Como discutido por Narayan et al (2000: 17-18),

Sampling techniques ranged from nationally representative samples to purposive sampling based primarily on poverty, agro-ecological diversity, and rural and urban diversity. Sample sizes varied from less than one hundred to 5,000 people. Some studies focused only on the poor while others included the non-poor.

No total, 81 relatórios foram selecionados a partir de mais de 300 relatórios que foram submetidos a eles. A conclusão é que não houve um procedimento amostral homogêneo e que procurou-se guiar a seleção de amostras de acordo com o tipo de instrumento de coleta utilizado: instrumentos mais quantitativos, como pesquisas de domicílio estiveram associados a maiores amostras e instrumentos mais qualitativos, como exercícios participativos, com amostras menores.

O segundo objetivo desse estudo, como enfatizamos acima, foi o de construir um indicador de pobreza multidimensional para Porto Alegre. A metodologia aqui foi desenvolvida no Projeto Piloto já submetido à Prefeitura de Porto Alegre. A ênfase solicitada para o estudo presente foi no conceito de *pobreza extrema* que ainda não possui definição na literatura. Assim, como parte da construção do indicador teve-se que elaborar uma sistematização desse conceito. Em linhas gerais, podemos dizer que os seguintes elementos estão associados a uma visão intuitiva do que seria pobreza extrema:

- Intensidade da pobreza: a pobreza extrema deve apresentar maiores hiatos de privação do que outros tipos de pobreza
- Cronicidade da pobreza: a pobreza extrema deve ser uma pobreza que não é apenas temporária ou passageira. Ela deve retratar o fato de que uma pessoa extremamente pobre é pobre porque todo o seu entorno social é pobre
- Grau absoluto da pobreza: a pobreza extrema deve ser melhor caracterizada por elementos pertencentes a pobreza absoluta, como subnutrição, falta de moradia, esgotos, etc. Esses elementos possuem um componente universal e um componente local.

O ponto importante para a definição do Plano Amostral é que não existiu, desde o início, a possibilidade de elegermos o que era 'representativo' antes de fazer a pesquisa. Mais relevante, contudo, é que a pesquisa, principalmente no seu primeiro estágio, possuiu um caráter consultativo. Isto é, ela serviu como um instrumento de voz dos mais pobres da cidade sobre os seus problemas. Considerando uma taxa de pobreza monetária da ordem de 11% para Porto Alegre, estamos falando aqui de um universo de mais de 150.000 pessoas pobres vivendo na cidade. Baseado no Piloto feito por este grupo, estima-se que o número de pobres multidimensionais seja superior a isso. Não existem estimativas sobre a pobreza extrema em Porto Alegre.

Assim para fundamentar a escolha do tamanho amostral, buscamos as melhores práticas em estudos similares e de algumas considerações teóricas.

A referência internacional na construção de surveys domiciliares, Angus Deaton, comenta em seu livro *The Analysis of Household Surveys* (1998: 10) que tamanhos amostrais de 10,000 são os mais frequentemente encontrados em estudos deste tipo. Obviamente, salienta ele, o Plano Amostral depende do propósito do survey, do tamanho da população e do grau de subdivisão dos subgrupos.

Estatisticamente, os principais fatores determinantes do *tamanho amostral* são:

- i) grau de heterogeneidade da população
- ii) precisão desejada
- iii) desenho amostral
- iv) número de subdivisões planejadas

Primeiramente devemos mencionar que esses fatores na prática são interrelacionados e que algumas considerações de teoria amostral orientam mas não conseguem resolver alguns problemas conceituais referentes ao objeto de análise.

i) grau de heterogeneidade da população

Esse trabalho começou com questões totalmente abertas. Quizemos assim que as pessoas fizessem referência as características particulares de suas vidas que eram relevantes para um melhor entendimento de sua pobreza. Portanto, não pudemos inferir *a priori* o grau de heterogeneidade da população. A lógica de aplicação desse princípio foi clara: se soubéssemos por antecipação as características e o grau de similaridade entre a população, poderíamos em um caso extremo, em que todos fossem iguais, entrevistar apenas uma pessoa. Por outro lado, se nenhum caso tivesse qualquer semelhança com o outro, apenas um censo poderia resolver o problema.

Esperamos que algumas características da pobreza, relacionadas à sua dimensão absoluta, fossem homogêneas. Por outro lado, como nenhum estudo do tipo foi ainda feito para Porto Alegre, e como ele conta com uma dimensão qualitativa importante, devemos imaginar em princípio que existisse uma grande diversidade entre regiões do OP e bairros que deveriam requerer uma amostra um pouco maior, caso fôssemos investigar apenas uma região. Inexistem medidas de erro padrão que pudessem ser usadas para sugerir um tamanho amostral adequado. Se houvessem, bastaria que aplicássemos a fórmula na qual o erro padrão é igual ao desvio padrão dividido pelo quadrado do tamanho amostral. Entretanto, qualitativamente podemos aplicar o princípio geral que surge dessa fórmula, qual seja: *quanto maior a heterogeneidade da população, maior a amostra necessária para atingir um dado nível de precisão*. Sendo assim, em face do desafio de construir o conceito que se quer investigar empiricamente, parece que o tamanho amostral sugerido por Deaton é grande o suficiente para lidar com esta incerteza.

ii) precisão desejada

A precisão se refere ao grau de variabilidade ou erro em uma estimativa amostral. Naturalmente, quanto maior a amostra, maior o grau de precisão da estimativa amostral. Pelo fato da precisão depender do tamanho absoluto da amostra ao invés da proporção da população investigada, para tamanhos finitos de população devemos calcular um fator de correção, ajustando a fórmula acima pela raiz quadrada de $(1-f)$, onde f é a fração amostral. Na prática a população é tão mais grande que a amostra que f é muito pequeno e o fator de correção pode ser ignorado.

Normalmente, a amostra não precisa ser enorme para fornecer resultados precisos. O erro amostral tende a ser bem pequeno para um tamanho amostral por volta de 3000 observações, com quedas subsequentes de erro amostral pequenas para incrementos no tamanho amostral. No entanto, a existência de outros fatores leva a um aumento desse tamanho. Entende-se que 3000 constitui um piso para questionários com poucas perguntas.

Um cálculo direto: procurando um indicador simples onde separássemos as pessoas pobres das não-pobres, os erros-padrão seriam dados segundo a tabela abaixo:

Tabela 1: Erros padrão

Tamanho amostral	Erro padrão (%)
100	5.0
400	2.5
2.500	1.0
10.000	0.5

Entretanto, outros fatores relacionados ao desenho amostral e a espacialização dos resultados deve aumentar esse erro. Como referência, sabemos que as oscilações devem estar dentro de um intervalo de confiança de 95%.

iii) desenho amostral

A escolha básica a ser definida pelo desenho amostral é se a amostra é obtida através de um procedimento aleatório ou de estratificação. Para um dado nível de precisão, uma amostra estratificada necessita menos casos do que em uma amostra aleatória. Com respeito a pobreza, não sabemos por certo o grau de variabilidade que pode existir entre diferentes grupos. Como o objetivo da amostra estratificada é eliminar fontes de heterogeneidade entre grupos (deixando somente a variabilidade dentro do grupo), não é evidente que um procedimento de estratificação deva ser usado neste caso. No entanto, como descrito abaixo, procedimentos de *amostragem de cluster por multi-estágios* podem ser utilizados para facilitar a operacionalização da coleta de dados.

Isso não quer dizer que não se procure manter um balanço de entrevistados seguindo os critérios abaixo:

1. gênero

2. idade
3. intensidade da pobreza (isto é, entrevistar os menos pobres e os mais pobres entre os pobres)

Por essa razão e por desconhecer-se também o perfil populacional da pobreza extrema em Porto Alegre, sugere-se o uso de uma amostragem de cluster por multi-estágios. Dado o componente espacial da pesquisa realizada, é natural que para minimizar custos de viagem, concentremo-nos em algumas áreas geográficas selecionadas. Os seguintes passos foram adotados:

- Passo 1: estratificação das *áreas primárias* consistindo daqueles bairros selecionados. As áreas iniciais foram selecionadas espacialmente através da indicação das lideranças comunitárias que participaram da capacitação. O complemento foi feito através de uma *definição operacional* baseada na renda, que confere a base amostral. A proporção amostral foi definida por bairro, como ilustrado pela tabela abaixo;
- Passo 2: divisão das áreas em *localidades*. A operacionalização dessas áreas foi feita em colaboração com as lideranças comunitárias indicadas pela prefeitura. Diferentemente do item anterior, aqui procurou-se especificar regiões específicas da cidade que fossem mais sensíveis geograficamente à pobreza.
- Passo 3: escolha da *área amostral*, tais como ruas ou grupos de casas a serem mapeadas dentro de determinada localidade. O critério a ser usado aqui foi o da caracterização de pobreza extrema discutida acima.
- Passo 4: definição das *unidades domiciliares*. Os segmentos foram escolhidos aqui em função da sua disponibilidade. Na prática, foi difícil fazer com que a desconfiança das pessoas mais pobres fossem vencidas. Por isso, foi necessário um trabalho preliminar com os líderes comunitários. Para que a mostra não ficasse viesada, escolhemos localidades que são *hot-spots* e começamos por elas;

Seguindo a referência de 10,000, procuramos seguir os seguintes valores por bairro para Porto Alegre, como descritos na tabela abaixo:

Tabela 2 – Amostragem por bairro e região do Orçamento Participativo

Bairros/Regiões	Nº de responsáveis por domicílios com até 2 SM de rendimento 2000	% pobres monetários	Hipótese de amostra 10.000
Anchieta	134	0,141405	14,14
Arquipélago (Ilhas)	1.121	1,182951	118,30
Navegantes	276	0,291253	29,13
São Geraldo	404	0,426327	42,63
Humaitá	538	0,567732	56,77
Farrapos	2.089	2,204447	220,44
Total Região 01 Humaitá/Navegantes/Ilhas	4.562	4,814115	481,41
Santa Maria Goretti	195	0,205777	20,58
Boa Vista	120	0,126632	12,66
Cristo Redentor	549	0,579340	57,93
Higienópolis	197	0,207887	20,79
Jardim Itu	346	0,365121	36,51
Jardim Lindóia	128	0,135074	13,51
Jardim São Pedro	190	0,200500	20,05
Passo D'Areia	1.154	1,217775	121,78
São João	1.205	1,271593	127,16
São Sebastião	264	0,278590	27,86
Vila Ipiranga	979	1,033104	103,31
Jardim Floresta	343	0,361956	36,20
Total Região 02 Noroeste	5.670	5,983348	598,33
Jardim Sabará	783	0,826272	82,63
Morro Santana	1.382	1,458375	145,84
Chácara das Pedras	149	0,157234	15,72
Três Figueiras	33	0,034824	3,48
Vila Jardim	1.477	1,558625	155,86
Bom Jesus	3.497	3,690259	369,03
Jardim do Salso	103	0,108692	10,87
Jardim Carvalho	1.921	5,211950	202,72
Total Região 03 Leste	9.345	9,961444	986,14
Agronomia	1.308	1,380286	138,03
Lomba do Pinheiro	4.939	5,211950	521,19
Total Região 04 Lomba do Pinheiro	6.247	6,592235	659,22
Sarandi	8.580	9,054167	905,42
Total Região 05 Norte	8.580	9,054167	905,42
Mario Quintana	3.889	4,103922	410,39
Total Região 06 Nordeste	3.889	4,103922	410,39
Cel. Aparício Borges	1.068	1,127022	112,70
Partenon	3.212	3,389509	338,95
Santo Antônio	511	0,539240	53,92
São José	3.277	3,458101	345,81
Vila João Pessoa	1.08	0,001140	0,11
Total Região 07 Partenon	8.069	8,515012	851,49
Restinga	5.791	6,111035	611,10
Total Região 08 Restinga	5.791	6,111035	611,10
Belém Velho	837	0,883256	88,33
Cascata	3.095	3,266043	326,60
Glória	348	0,367232	36,72

Total Região 09 Glória	4.280	4,516531	451,65
Medianeira	483	0,509693	50,97
Santa Tereza	5.843	6,165909	616,59
Total Região 10 Cruzeiro	6.326	6,675601	667,56
Cristal	2.105	2,221331	222,13
Total Região 11 Cristal	2.105	2,221331	222,13
Campo Novo	652	0,688032	68,80
Camaquã	1.603	1,691588	169,16
Cavanhada	1.084	1,143906	114,39
Nonoai	1.242	1,310638	131,06
Teresópolis	511	0,539240	53,92
Vila Nova	2.548	2,688813	268,88
Total Região 12 Centro-Sul	7.640	8,062218	806,22
Belém Novo	1.301	1,372899	137,29
Chapéu do Sol	458	0,483311	48,33
Lami	410	0,432658	43,27
Ponta Grossa	247	0,260650	26,07
Lageado	846	0,892754	89,28
Total Região 13 Extremo-Sul	3.262	3,442272	344,23
Passo das Pedras	2.235	2,358515	235,85
Rubem Berta	4.836	5,103258	510,33
Total Região 14 Eixo-Baltazar	7.071	7,461773	746,18
Espírito Santo	345	0,364066	36,41
Guarujá	244	0,257484	25,75
Ipanema	953	1,005667	100,57
Pedra Redonda	8	0,008442	0,84
Serraria	561	0,592003	59,20
Tristeza	481	0,507582	50,76
Vila Assunção	59	0,062261	6,23
Vila Conceição	122	0,128742	12,87
Hípica	893	0,942351	94,24
Total Região 15 Sul	3.666	3,868599	386,86
Auxiliadora	158	0,166732	16,67
Azenha	481	0,507582	50,76
Bela Vista	83	0,087589	8,76
Bom Fim	194	0,204721	20,47
Centro	1.285	1,356014	135,60
Cidade Baixa	659	0,695419	69,54
Farroupilha	19	0,020005	2,01
Floresta	582	0,614164	61,42
Independência	201	0,212108	21,21
Jardim Botânico	475	0,501250	50,13
Menino Deus	856	0,903306	90,33
Moinhos de Vento	76	0,080200	8,02
Mont'Serrat	180	0,189948	18,99
Petrópolis	600	0,633159	63,32
Praia de Belas	79	0,083366	8,34
Rio Branco	303	0,319745	31,97
Santa Cecília	133	0,140350	14,04
Santana	817	0,832151	86,22
Total Região 16 Centro	7.181	7,577852	757,79
Total Cidade	94.763 (93.684)	100,00 (90,446443)	10.000 (9.886,12)

Como uma regra operacional usamos que apenas os bairros com mais de 30 entrevistados (usualmente o mínimo adequado para uma análise estatística) fossem ser considerados. Com o tamanho de amostra de 10,000, isto significou que 23 bairros foram desconsiderados da pesquisa. Com um tamanho de amostra menor esse número seria bem maior.

iv) número de subdivisões planejadas

O número de variáveis e as categorias usadas devem também ser utilizados na determinação do tamanho amostral. Em geral, quanto mais complexa a relação a ser investigada e quanto mais subcategorias de interesse particular existirem, maior deve ser a amostra. Como tivemos subdivisões referentes a áreas da cidade adicionadas a especificações de gênero, idade, característica da residência, anos de estudo, padrão alimentar, etc sugere-se que a amostra fosse grande o suficiente para representar cada subcategoria. Essas categorias foram definidas durante as Oficinas com os representantes das comunidades.

Para concluir é importante enfatizar que a pesquisa conduzida não encaixa-se em um Plano Amostral convencional, como por exemplo, o que é feito em pesquisas eleitorais. No nosso caso, não conhecemos a população que queremos investigar e conduzimos um processo que é ao mesmo tempo investigativo como consultativo. Isso é, estruturamos um processo de *construção de razão pública*, onde simplesmente quanto maior o número de participações, melhor. As restrições foram mais de ordem orçamentária e logística. Qualquer justificativa de tamanho amostral não pode resultar no nosso caso de uma simples aplicação de uma fórmula, pois existem vários parâmetros ainda desconhecidos. Isso não quer dizer que o processo que propomos seja inválido. Ao adotar o referencial amostral superior em estudos desse tipo, garantimos níveis de precisão amostral mínimos exigidos para confiabilidade nos resultados.

2.2 – Aspectos Operacionais

Como discutido acima, a pesquisa de campo foi dividida em duas etapas distintas, porém complementares. A primeira etapa foi denominada de consulta popular (Questionário 1, em anexo) e a segunda etapa foi a coleta de dados (Questionário 2, em anexo). Na primeira etapa foram entrevistadas 7383 pessoas residentes nas 16 regiões do orçamento participativo (ver distribuição da amostra entrevistada na Tabela 3 a seguir). Estas entrevistas visavam através de um questionário simples e aberto, coletar informações com a finalidade subsidiar a elaboração

do questionário 2, dar mais clareza a definição da pobreza extrema, identificar as dimensões da pobreza e identificar os pesos a serem atribuídos a cada uma das dimensões identificadas.

Tabela 3: Distribuição da amostra (Questionários Estimados e Aplicados) entre as Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre (Consulta)

Regiões OP	Questionários Estimados	Questionários Aplicados	% Participação Região Total Aplicado
Região 01 – Humaitá/Navegantes/Ilhas	482	587	7,95
Região 02 – Noroeste	599	531	7,19
Região 03 – Leste	987	256	3,47
Região 04 – Lomba do Pinheiro	660	289	3,91
Região 05 – Norte	906	653	8,84
Região 06 – Nordeste	411	535	7,25
Região 07 – Partenon	851	801	10,85
Região 08 – Restinga	612	573	7,76
Região 09 – Glória	452	595	8,06
Região 10 – Cruzeiro	668	360	4,88
Região 11 – Cristal	223	215	2,91
Região 12 – Centro-Sul	807	511	6,92
Região 13 – Extremo-Sul	345	537	7,27
Região 14 – Eixo-Baltazar	747	258	3,49
Região 15 – Sul	388	40	0,54
Região 16 – Centro	758	642	8,70
Total	9.896	7.383	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores; resultado da pesquisa

A segunda etapa foi a coleta dos dados propriamente dita através da aplicação do questionário 2. Nesta etapa foram entrevistadas 10.220 pessoas. Após eliminar os questionários incompletos, suspeitos ou com problemas de preenchimento restaram 9003 questionários válidos. Esta amostra está espacialmente distribuída conforme apresentado na tabela 4.

A aplicação dos questionários foi executada por pesquisadores das próprias comunidades. Participaram inicialmente (primeira capacitação) um grupo de 51 representantes, sendo 3 de cada região. Os pesquisadores foram organizados em grupos e divididos entre as 16 regiões do Orçamento Participativo. Cada região sendo representada por um grupo de 3 pesquisadores. O escolha dos pesquisadores foi feita pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Sendo que o primeiro grupo era formado, predominantemente, por delegados do Orçamento Participativo de cada região. Exceção foi a Região 01 – Humaitá/Navegantes/Ilhas que foi representada por 6 pesquisadores, 3 representando Humaitá/Navegantes e 3 o Arquipélago (Ilha Grande dos Marinheiros; Ilha do Pavão; Ilha da Pintada e Ilha das Flores).

Tabela 4: Distribuição da amostra (Questionários Estimados e Aplicados) entre as Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre (Questionário II)

Regiões OP	Questionários Estimados	Questionários Aplicados	% Participação Região Total Aplicado
Região 01 – Humaitá/Navegantes/Ilhas	482	725	8,05
Região 02 – Noroeste	599	604	6,71
Região 03 – Leste	987	567	6,30
Região 04 – Lomba do Pinheiro	660	275	3,05
Região 05 – Norte	906	1.169	12,98
Região 06 – Nordeste	411	341	3,79
Região 07 – Partenon	851	1.048	11,64
Região 08 – Restinga	612	501	5,56
Região 09 – Glória	452	766	8,51
Região 10 – Cruzeiro	668	739	8,21
Região 11 – Cristal	223	116	1,29
Região 12 – Centro-Sul	807	329	3,65
Região 13 – Extremo-Sul	345	608	6,75
Região 14 – Eixo-Baltazar	747	193	2,14
Região 15 – Sul	388	132	1,47
Região 16 – Centro	758	890	9,89
Total	9.896	9.003	100,00

Fonte: Elaborada pelos autores; resultado da pesquisa

Somadas as duas etapas foram utilizados **16.386** questionários válidos.

Foram realizadas duas capacitações, uma de 3 dias no início do processo e outra de apenas 1 dia na segunda rodada. As capacitações não foram apenas um treinamento para aplicadores de questionários. As capacitações foram uma parte constitutiva do projeto, que visava não apenas coletar informações sobre a multidimensionalidade da pobreza, mas também promover empoderamento e qualificação de lideranças. Para atingir estes objetivos foram apresentados e discutidos os aspectos teóricos e práticos relativos à pesquisa, propiciando a participação dos próprios pesquisadores no processo de adequação da linguagem a ser utilizada e, também, a distribuição geográfica dos “pontos focais” (locais considerados de maior carência em cada bairro dentro cada região do OP), permitindo a identificação e o mapeamento da pobreza extrema.

Dentro deste processo, cada pesquisador deveria entrevistar um total de 400 pessoas, sendo pelo menos 200 entrevistas na primeira rodada e pelo menos 200 entrevistas na segunda rodada. A organização da pesquisa de campo ocorreu de forma que os pesquisadores foram divididos em grupos por região do Orçamento Participativo. Na primeira rodada, cada grupo de pesquisadores entrevistou pessoas dentro da sua região do OP, porém fora de seu bairro. Esse critério foi

adotado como forma de manter a idoneidade dos resultados da pesquisa ou de eliminar um possível viés nas respostas devido a possíveis vínculos entre entrevistado e entrevistador.

Outro critério adotado para dar segurança à pesquisa foi a solicitação do endereço dos entrevistados o que possibilitou a realização de *visitas de verificação*. Esse critério teve, também, a finalidade de permitir que as pessoas entrevistadas no questionário I (consulta) fossem entrevistadas também no questionário II, porém por outro entrevistador. A forma de verificação dos questionários coube a uma equipe responsável por acompanhar e apoiar os pesquisadores, solucionando possíveis dúvidas ou problemas.

2.3 – Procedimentos para análise e construção do indicador Multidimensional de Pobreza

A metodologia desenvolvida nesse trabalho para a construção do Índice Multidimensional de Carências da População de Porto Alegre foi baseada em uma aplicação da Abordagem das Capacitações, originalmente formulada pelo Professor Amartya Sen. As principais características dessa abordagem que foram usadas na construção do índice foram:

- i. multidimensionalidade: característica importante devido à incomensurabilidade das dimensões consideradas importantes para a descrição da pobreza&privações de bem-estar das pessoas
- ii. objetividade: elemento necessário para evitar os vieses comuns em pesquisas de opinião e análises subjetivas, que geralmente possuem baixo grau de confiabilidade
- iii. participação: característica fundamental na construção de indicadores de capacitações, pois a participação das pessoas é necessária para a identificação das dimensões e ponderação dos indicadores.

De fato, o elemento da consulta realizada na primeira etapa é um elemento fundamental não somente no que diz respeito ao aspecto de participação, mas também para a identificação de dimensões importantes e ponderação dessas na construção do *Índice Multidimensional de Carências* da população de Porto Alegre. As principais dimensões selecionadas através do processo de Consulta da primeira etapa da pesquisa foram:

1. Saúde (S)
2. Trabalho e Renda (TeR)
3. Educação (E)
4. Habitação (H)

Essas dimensões estão entre as prioridades escolhidas pela população de Porto Alegre nas assembleias anuais do Orçamento Participativo (OP). Seguindo as prioridades do processo de escolha do OP, na consulta na primeira etapa da pesquisa, as dimensões foram ordenadas na sequência descrita abaixo, na tabela 5:

Tabela 5: Classificação das Prioridades do Orçamento Participativo pelos Entrevistados de Porto Alegre (Consulta)

Prioridades Orçamento Participativo	Classificação das Prioridades – Números Absolutos	Classificação das Prioridades – %
Habitação	1.784	24,1
Saúde	1.492	20,2
Trabalho e Renda	965	13,1
Educação	836	11,3
Saneamento Básico – Esgoto	711	9,6
Assistência Social	388	5,3
Saneamento Básico – Água	222	3,0
Pavimentação	200	2,7
Iluminação Pública	141	1,9
Transporte e Circulação	109	1,5
Áreas de Lazer	72	1,0
Esporte e Lazer	62	0,8
Saneamento Ambiental	45	0,6
Cultura	38	0,5

Fonte: Elaborada pelos autores; resultado da pesquisa.

Considerando apenas as quatro prioridades mais citadas na tabela 5, são recalculados os pesos encontrados no processo de consulta da primeira fase da pesquisa para essas dimensões. Com base nessas ponderações, tem-se a fórmula para o indicador, que pode ser chamado de *Índice de Carências 1* (IC 1):

$$IC\ 1 = 26/100\ S + 22/100\ TeR + 22/100\ E + 30/100\ H$$

Esse indicador também pode seguir o mecanismo de ponderação linear (inversa) usado no processo anual das assembleias do OP. Com esses pesos, chega-se ao IC 2:

$$IC\ 2 = 40/100\ S + 30/100\ TeR + 20/100\ E + 10/100\ H$$

Note como o peso dado pelas pessoas entrevistadas durante a Consulta pode ser usado de duas maneiras, i) dando informações para um ordenamento com pesos já definidos ou ii) fornecendo ‘pesos empíricos’ para serem usados. Como veremos abaixo na discussão dos resultados, o

efeito prático de usar um sistema de pesos ou outro não foi dramático na constituição do indicador. Em ambos os casos os pesos podem ser usados para a definição do sistema de ponderação, que revela, no fundo, uma função de bem-estar social. A única diferença é que como a ponderação usada aqui reflete um conjunto de ‘carências’, ela mostra a falta de bem-estar ao invés do bem-estar per se. O ponto importante nessa formulação é a superação, através de um processo que revela a relevância dessas dimensões para as pessoas, da tradicional ponderação equiproporcional, quase onipresente nos principais indicadores de bem-estar (incluindo a família de Indicadores de Desenvolvimento Humano). Nesse sentido, o indicador proposto aqui é capaz de superar algumas críticas comuns ao IDH, uma vez que evita a pré-determinação de pesos e a arbitrariedade, tão comum em indicadores desse tipo, na seleção das dimensões.

O segundo passo consiste na ponderação das variáveis usadas na formulação dos indicadores. As demais questões (abertas) feitas durante o processo de consulta ajudaram na formulação das questões no questionário aplicado. Mais precisamente, cada dimensão foi composta de seis variáveis. A maioria delas foi de natureza dicotômica. As perguntas foram harmonizadas de forma a produzirem escalas homogêneas. Assim, como deve ser em um indicador de pobreza, quanto maior o número, maior a pobreza revelada pelos valores do índices. Quanto mais próximo de 1, mais pobre, quanto mais próximo de zero, menos pobre. Para aquelas questões politômicas (com mais de uma resposta) um processo de harmonização das respostas, enquadrando-as em uma escala [0, 1] foi necessário para que elas pudessem ser usadas na formulação do indicador. Assim, por exemplo, questões com quatro grupos de respostas foram posteriormente harmonizadas de forma que o valor $x=3$ correspondesse a 1 e o valor $x=0$ correspondesse a 0.

Dentro de cada dimensão as variáveis foram utilizadas com a mesma ponderação (no caso, cada uma entrou com o valor de $1/6$) pois não possuíam relevância normativa, apenas operacional na caracterização das privações específicas à cada dimensão. Assim, por exemplo, a dimensão saúde foi calculada como

$$S = (Q5 + Q6 + Q7 + Q8 + Q9[\text{harmonizada}] + Q10) / 6$$

E as outras dimensões foram todas feitas seguindo o mesmo procedimento. Deste modo, foram calculados indicadores para cada uma das quatro dimensões selecionadas. Esses valores foram

usados como inputs na formulação do IC, como descrito acima. Reiterando, usamos à nível de dimensão uma ponderação equitativa, tirando a média simples das variáveis. Em seguida, usamos esses resultados para o cálculo do índice final, que possuindo uma dimensão normativa (isto é, de valor) para os indivíduos, segue a ponderação indicada na consulta.

É importante salientar que o processo de harmonização pode ser feito por simples interpolação. O seu papel é o de evitar conceder uma maior relevância para aquelas questões que possuem, por circunstância, um número maior de opções, mas cuja importância é inferior a de outras questões com menor frequência, mas maior relevância.

Apesar da redução do indicador a um único número, deve-se observar que ele pode ser decomposto facilmente em suas dimensões. A mensagem central é diferente de um indicador como o PIB que não é passível de decomposição em outros componentes que não sejam monetários. Aqui, podemos regressar tanto as dimensões como as variáveis específicas. Melhor ainda, podemos mudar as variáveis dentro de cada uma das dimensões de acordo com as peculiaridades do contexto de uma situação particular. Isso corresponde ao que Nussbaum (2000: 77) chamou de ‘realizabilidade múltipla’. Em outras palavras, uma certa capacitação pode ser satisfeita através de vários funcionamentos, cujos papéis são definidos pelos contextos particulares em que surgem. A dimensão saúde foi ligada prioritariamente à questão nutricional nesse estudo pois as principais preocupações expressas pelas pessoas entrevistadas no processo de Consulta foram referentes à essa questão. Isso não quer dizer que sempre haja a necessidade de ser assim. A questão saúde pode ser percebida em muitas circunstâncias como uma falta de assistência médica ou simplesmente de poluição (ambiental). As circunstâncias devem determinar o conteúdo das preocupações das pessoas e juízos de valor *intra-dimensional*. No entanto, o processo de julgamento normativo, de escolha entre categorias distintas, de natureza *inter-dimensional*, deve ser feito através de grupos mais estáveis, representativos de demandas e direitos fundamentais à caracterização do bem-estar universal dos indivíduos.

RESUMO

Os principais passos para a construção do índice foram:

1. extrair do processo de consulta a identificação das principais dimensões que entram na formulação do índice, com seus respectivos pesos
2. calcular o valor de cada dimensão, levando-se em conta os grupos de variáveis (no atual caso, 6 variáveis para cada dimensão)
3. fazer uma média não ponderada das variáveis
4. quando necessário homogenizar os valores das variáveis dentro de uma escala [0 – 1], facilitando comparabilidade e evitando viéses quando da montagem do indicador final

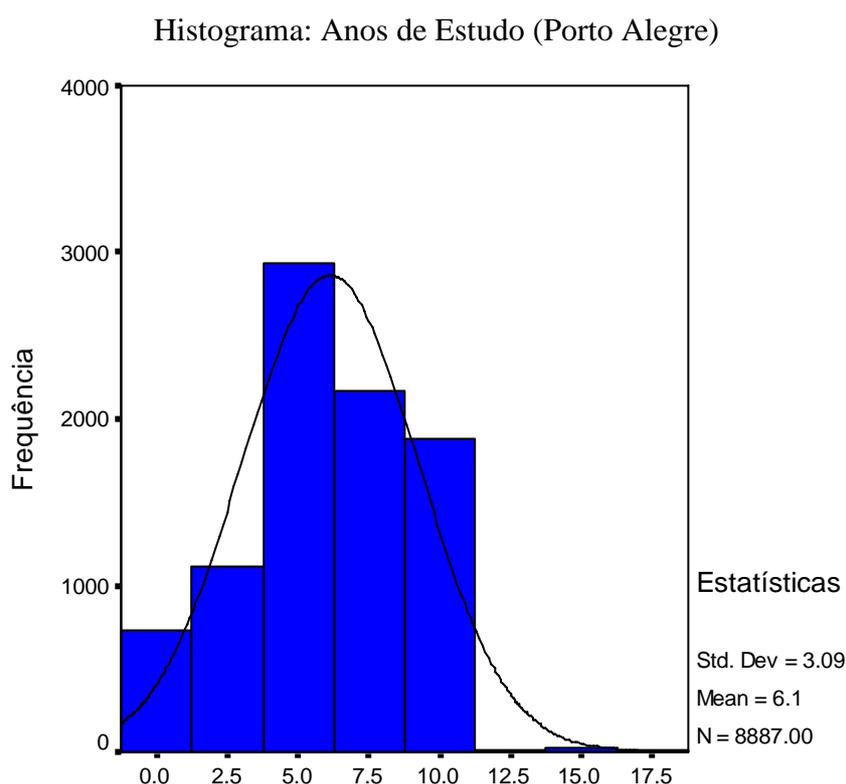
É importante também lembrar que tratando-se de um indicador de pobreza, indicamos como ‘baixo bem-estar’ (sinalizando um alto nível de carências e pobreza multidimensional) aqueles valores mais próximos de 1 e como ‘alto bem-estar’ aqueles valores mais próximos de zero.

3 – Resultados

3.1 – Resultados Agregados para a Cidade de Porto Alegre

3.1.1- Características da pobreza em Porto Alegre – Aspectos descritivos da Amostra

O objetivo da construção dos dois índices apresentados neste relatório é visualizar espacialmente os diferenciais de pobreza dentro da cidade de Porto Alegre. Por esta razão, os resultados agregados para a cidade têm um interesse secundário em relação aos resultados por regiões do OP. De qualquer modo, relatamos abaixo algumas características gerais da amostra utilizada para a cidade de Porto Alegre bem como alguns resultados em termos de frequências relativas.



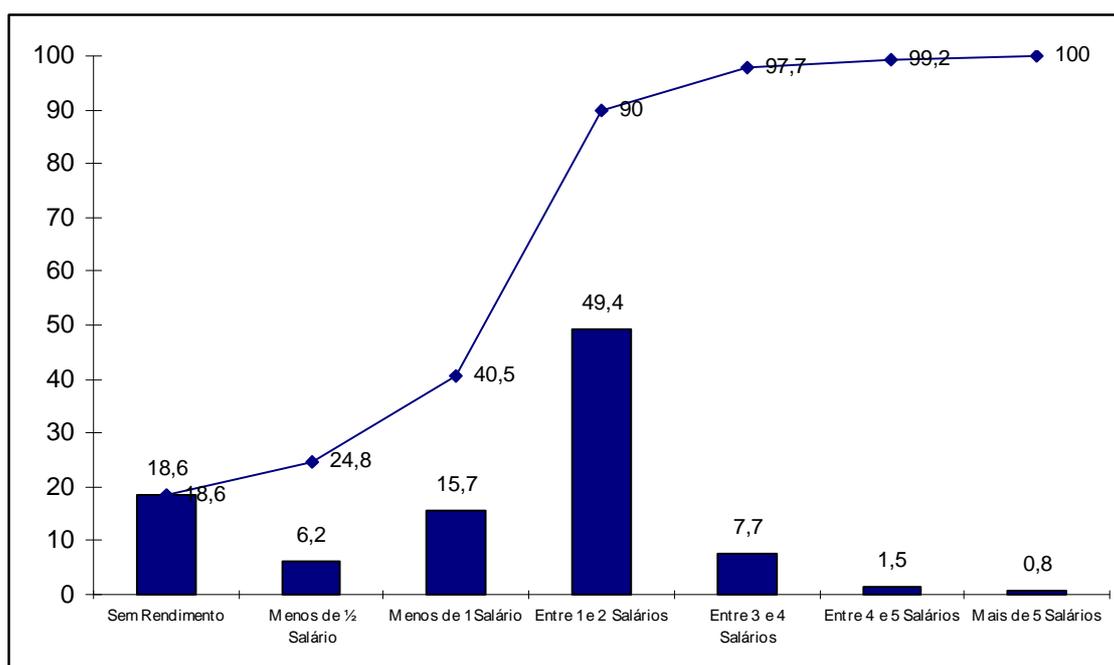
Nesta seção, são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra pesquisada, com o objetivo de caracterizar o perfil dos entrevistados e fornecer uma percepção geral sobre a situação das pessoas pobres em Porto Alegre. Para tanto, foram entrevistados 9003 pessoas no questionário final, das quais 34,7% são homens e 64,1% são mulheres. Esse mesmo padrão foi observado durante o processo de consulta evidenciando, devido à seleção espacial, um aspecto preliminar

de *feminização da pobreza* na cidade. A idade mínima observada foi de 11 anos (2 pessoas) e a máxima foi de 98 anos (1 pessoa). A média de idade amostral foi de 38 anos, sendo a dos homens de 40 anos e das mulheres em torno de 37 anos. No histograma acima, apresenta-se a distribuição da amostra em termos de escolaridade. Em seguida, analisa-se a questão renda. Estas variáveis são utilizadas como controle para a obtenção dos resultados da pesquisa.

Observa-se que a escolaridade média da amostra é de 6,1 anos, não muito distante da escolaridade média da população de Porto Alegre (6,8 anos, segundo o IBGE). Fica clara a idéia da privação na dimensão educacional, uma vez que 78,3% dos entrevistados possuem até 8 anos de estudo. Adicionalmente, constatou-se que 90% dos entrevistados não completaram o ensino médio.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

Gráfico – Percentual Válido e Acumulado de Rendimento Declarado



A primeira constatação importante é que 18,6% dos entrevistados declararam-se sem rendimentos. Não obstante, 40,5% das pessoas declararam que auferem rendimento de até um salário mínimo, enquanto 90% declararam rendimentos de até dois salários. A faixa com maior proporção de entrevistados é a de entre 1 e 2 salários, com 49,4% de frequência. Tais fatos evidenciam a privação acentuada existente quando considera-se a dimensão renda, principalmente tendo-se em conta que foi verificada apenas a renda do chefe de família do

domicílio, que deve ser inferior a renda per capita. No decorrer do relatório analisamos a evidência de que as carências ultrapassam a dimensão monetária.

Em relação à dimensão Saúde, os dados mostram algumas tendências bastante claras. A primeira delas é a insuficiência alimentar dos entrevistados. Prova disso é que 77% das pessoas declararam que comprariam mais comida, se tivessem mais recursos financeiros. Mais do que isso, dentre essas pessoas, 46,5% declararam possuir insuficiência de alimentação básica (arroz, feijão, pão). Além disto, 27,2% do total dos entrevistados declararam ter passado fome no último mês.

Outro aspecto que se destacou em relação à saúde é a pouca frequência com que esta parcela da população utiliza o serviço odontológico, uma vez que 14% dos entrevistados nunca foi ao dentista. Somados os que nunca foram ao dentista com os que só vão quando sentem dor, temos um percentual de 60,5%. Isso mostra que em sua maioria, as pessoas não fazem prevenção. Quando perguntados se vão ao médico sempre que estão doentes, 12% responderam negativamente. Destes, 35,5% alegaram que não vão ao médico porque não conseguem atendimento adequado ou pela demora em conseguir o serviço. Um terceiro fator a ser destacado nas questões relacionadas à saúde é a insegurança psicológica. A maioria das pessoas questionadas, em torno de 52,7%, declarou viver constantemente com algum tipo de medo, dentre os quais os mais frequentes são os associados à criminalidade (assaltos, tráfico, violência urbana).

Na análise das respostas sobre Emprego e Renda observou-se um quadro de privação e insegurança econômica. Em que apenas 28,8% declararam ter emprego formal, enquanto 39,1% estão desempregados. Ao examinar separadamente a situação por gênero, percebe-se que as mulheres têm taxa de desemprego mais elevada, 43%, contra 32% de desemprego declarado pelos homens. Como consequência disso, tem-se que 56,2% da amostra já passou por uma destas 3 situações para conseguir comprar alimentos: vendeu algum bem; pediu dinheiro emprestado; ou mandou algum filho pedir dinheiro.

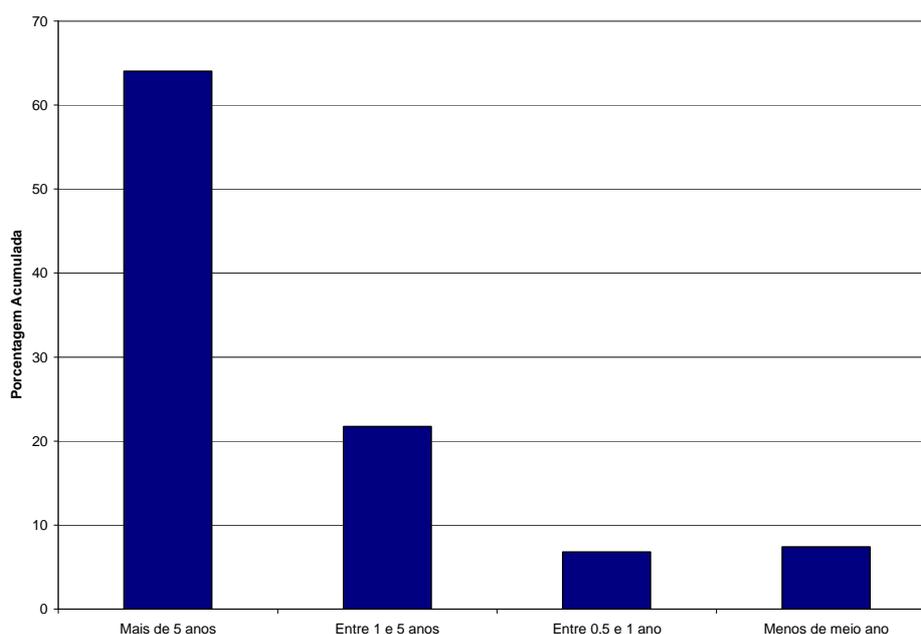
Na dimensão Educação, buscou-se saber qual o valor que as pessoas em situação de pobreza atribuem à escolarização. Os resultados encontrados, conforme pode ser visto na tabela a seguir, são positivos, ou seja, mesmo com baixa escolaridade, os pais esperam que os filhos estudem mais.

Tabela 6: Expectativa sobre as aspirações de nível de escolaridade dos Filhos

	Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Concluir E. Superior	5696	64,9	64,9
Concluir E. Médio	2680	30,5	95,4
Concluir E. Fundamental	319	3,6	99,1
Não Concluir Fundamental	81	0,9	100,0
Total	9003	100,0	

Tais dados evidenciam que a privação nesta dimensão parece não ser uma consequência do baixo valor que as pessoas atribuem a educação. O mesmo argumento aparece na dimensão renda e trabalho, quando as pessoas foram perguntadas sobre o que é preciso para conseguir um bom trabalho no Brasil. É interessante observar que aproximadamente 76% das respostas tiveram algum elemento relacionado à educação e formação intelectual. Por fim, restam as considerações sobre questões relacionadas à habitação. O primeiro ponto a ser estudado é a frequência com que as pessoas mudam de casa. O gráfico a seguir traz detalhes sobre esse aspecto.

Gráfico – Mobilidade das pessoas entrevistadas de Porto Alegre



Nota-se que grande parte dos entrevistados reside no mesmo local a mais de 5 anos. Tal fato pode ser positivo ou negativo, dependendo das condições de moradia as quais estão sujeitos. Nessa linha, questionamos as pessoas sobre possíveis carências de suas habitações. Aproximadamente 43% dos entrevistados declaram que o número de quartos de sua residência é insuficiente para o número de pessoas da família. Já quando questionados sobre as condições de moradia, 63,7% declararam passar frio e/ou mencionaram a existência de goteiras e condições inadequadas de proteção contra chuva.

O que essas tendências agregadas sugerem é a existência de várias carências entre as famílias entrevistadas. Por si só estes números já têm um grande valor. Mas é nas suas especificidades que podemos entender melhor a natureza dos problemas que eles envolvem.

3.1.2 - Índice Multidimensional de Pobreza para a cidade de Porto Alegre

A tabela 7 mostra os indicadores que compõem a dimensão Saúde para a cidade de Porto Alegre. De acordo com os resultados, a dimensão saúde apresenta um índice de carência de 0,439 numa escala de 0 a 1. Como foi explicado anteriormente, ele é obtido pela média simples dos indicadores que formam a dimensão. Neste caso, enquanto “Compraria Mais Comida”, com um índice de 0,772, foi o indicador com o maior valor na dimensão, “Vai ao Médico”, com um índice de 0,119, ficou com o menor. A mensagem parece então ser clara: **o aspecto nutricional da dimensão saúde não pode ser ignorado ao avaliar as condições de pobreza** das famílias com carência em Porto Alegre.

Esses indicadores foram decompostos por gênero, idade, escolaridade e rendimentos. As mulheres pesquisadas apresentam um grau de carência um pouco maior em saúde do que os homens na capital gaúcha. Apesar de as mulheres estarem numa posição um pouco melhor nos indicadores de “Frequência que vai ao Dentista” e “Vai ao Médico” em relação aos homens, elas estão piores nos outros indicadores, com destaque para “Medo”.

Percebe-se que não há uma tendência de os indicadores de saúde piorarem nas faixas de idade mais elevadas. Isso ocorre porque tanto as pessoas com menos de 20 como as com mais de 60 anos têm indicadores que se sobressaem sobre as demais faixas de idade. No caso das pessoas com menos de 20 anos, os índices “Comeu Menos” e “Medo” influenciam mais para diminuir o índice de carência da dimensão nessa faixa etária. Já para as pessoas com mais de 60 anos, além dessas duas variáveis, vale mencionar que os índices “Sentir Fome” e “Vai ao Médico” foram

bem menores do que nas outras faixas etárias. De acordo com a tabela acima, existe uma tendência clara de que os indicadores de carência em saúde pioram nos níveis de escolaridade mais baixos. Isso é visível tanto no indicador da dimensão saúde como nos índices que compõem a dimensão.

Tabela 7: Indicadores da Dimensão Saúde para Porto Alegre

	MaisComi	ComeuMen	SentFome	VaiMedic	FreqDent	Medo	Saúde
Geral	0,772	0,419	0,272	0,119	0,526	0,528	0,439
Por Gênero							
Mulheres	0,784	0,440	0,280	0,115	0,517	0,567	0,450
Homens	0,749	0,387	0,257	0,127	0,545	0,461	0,421
Por Idade							
Até 20 anos	0,745	0,336	0,272	0,112	0,521	0,468	0,409
21 a 30 anos	0,776	0,429	0,278	0,117	0,531	0,556	0,448
31 a 40 anos	0,768	0,441	0,276	0,131	0,512	0,525	0,442
41 a 50 anos	0,784	0,442	0,270	0,124	0,520	0,543	0,447
51 a 60 anos	0,793	0,424	0,282	0,115	0,535	0,535	0,447
Mais 60 anos	0,746	0,376	0,230	0,089	0,559	0,487	0,414
Por Escolaridade							
Analfabetos	0,852	0,608	0,386	0,139	0,662	0,532	0,530
1ª a 4ª série primária	0,828	0,522	0,351	0,116	0,574	0,550	0,490
5ª a 7ª série	0,800	0,456	0,275	0,112	0,554	0,529	0,454
1º Grau Completo	0,754	0,392	0,236	0,110	0,511	0,520	0,420
2º Grau Incompleto	0,667	0,254	0,206	0,152	0,450	0,495	0,371
2º Grau ou mais	0,646	0,187	0,132	0,106	0,372	0,514	0,326
Por Rendimento							
Sem rendimentos	0,841	0,545	0,417	0,150	0,588	0,519	0,510
Menos de 1/2 SM	0,894	0,656	0,468	0,155	0,607	0,584	0,561
Entre 1/2 e 1 SM	0,850	0,614	0,398	0,146	0,590	0,575	0,529
Entre 1 e 2 SM	0,756	0,342	0,184	0,097	0,508	0,511	0,400
Mais 3 SM	0,518	0,113	0,114	0,105	0,352	0,516	0,286

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Os três primeiros estratos de rendimentos, desde sem rendimento até um salário mínimo, não possuem muitas diferenças nos indicadores na dimensão saúde. Passa a haver uma queda mais acentuada nos indicadores de carência a partir do estrato de rendimentos entre um e dois salários.

Na tabela 8, podem ser vistas as variáveis que formam a dimensão Trabalho e Renda para a cidade de Porto Alegre. Essa é uma dimensão que apresenta um nível de carência baixo. Esse grau baixo é influenciado principalmente pelo índice “Mandar o Filho Pedir Dinheiro”, com 0,056. O índice “Carteira Assinada, com 0,228, também influenciou para diminuir o nível de carência da dimensão Trabalho e Renda. De fato, nessa dimensão, **o nível de carência das mulheres mais uma vez é maior do que o dos homens**, tanto no indicador agregado quanto

nos indicadores que compõem a dimensão. Entre os indicadores em que essa diferença é mais visível estão “Emprego” e “Carteira Assinada”, reflexo do maior percentual de homens com emprego formal e carteira assinada. Analisando por idade, o nível de carência na dimensão Trabalho e Renda é maior entre os mais jovens. Esse resultado é reflexo do alto índice de informalidade entre os mais jovens, diminuindo assim os indicadores “Emprego” e “Carteira Assinada”.

Tabela 8: Indicadores da Dimensão Trabalho e Renda para Porto Alegre

	Emprego	CartAssi	VenComer	PediuDin	FilhoDin	ContaNP	Trabalho e Renda
Geral	0,552	0,228	0,344	0,503	0,056	0,369	0,342
Por Gênero							
Mulheres	0,583	0,247	0,359	0,520	0,062	0,396	0,361
Homens	0,493	0,193	0,322	0,472	0,046	0,323	0,308
Por Idade							
Até 20 anos	0,746	0,662	0,246	0,363	0,030	0,316	0,394
21 a 30 anos	0,579	0,303	0,368	0,544	0,051	0,385	0,372
31 a 40 anos	0,532	0,143	0,363	0,521	0,073	0,401	0,339
41 a 50 anos	0,543	0,118	0,365	0,539	0,065	0,387	0,336
51 a 60 anos	0,534	0,106	0,357	0,506	0,056	0,371	0,322
Mais 60 anos	0,342	0,159	0,279	0,416	0,038	0,263	0,250
Por Escolaridade							
Analfabetos	0,517	0,310	0,427	0,603	0,100	0,386	0,391
1ª a 4ª série primária	0,581	0,228	0,437	0,582	0,089	0,374	0,382
5ª a 7ª série	0,594	0,228	0,373	0,540	0,052	0,378	0,361
1º Grau Completo	0,552	0,244	0,309	0,453	0,037	0,372	0,328
2º Grau Incompleto	0,513	0,244	0,230	0,403	0,032	0,390	0,302
2º Grau ou mais	0,394	0,133	0,182	0,343	0,021	0,300	0,229
Por Rendimento							
Sem rendimentos	0,904	0,424	0,436	0,580	0,105	0,338	0,465
Menos de 1/2 SM	0,751	0,346	0,541	0,640	0,130	0,437	0,474
Entre 1/2 e 1 SM	0,663	0,276	0,485	0,654	0,076	0,448	0,434
Entre 1 e 2 SM	0,408	0,144	0,284	0,455	0,032	0,376	0,283
Mais 3 SM	0,290	0,125	0,128	0,266	0,009	0,229	0,174

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Por escolaridade, há uma tendência do indicador de carência na dimensão Trabalho e Renda aumentar para os níveis mais baixos de instrução. Porém, essa diferença é mais perceptível ao se comparar os extremos, ou seja, ao se confrontar os analfabetos e os com até primário contra os que têm segundo grau ou mais. No indicador agregado da dimensão Trabalho e Renda, os três primeiros estratos de rendimentos não apresentam muitas diferenças. Novamente, há uma tendência maior de queda do grau de carência nessa dimensão a partir do estrato de um e dois salários mínimos. Já os indicadores “Emprego” e “Carteira Assinada” melhoram a medida que

aumentam os rendimentos, o que significa que os mais pobres em renda estão mais ligados à informalidade.

Tabela 9: Indicadores da Dimensão Educação para Porto Alegre

	PresGov	Internet	Plano	SerieFilho	RespProb	BomTrab	Educação
Geral	0,602	0,828	0,660	0,351	0,898	0,231	0,595
Por Gênero							
Mulheres	0,613	0,833	0,649	0,352	0,897	0,224	0,595
Homens	0,584	0,821	0,678	0,349	0,900	0,246	0,596
Por Idade							
Até 20 anos	0,574	0,570	0,655	0,415	0,891	0,220	0,554
21 a 30 anos	0,546	0,743	0,601	0,361	0,889	0,225	0,561
31 a 40 anos	0,559	0,840	0,634	0,330	0,900	0,231	0,583
41 a 50 anos	0,626	0,910	0,658	0,325	0,901	0,239	0,610
51 a 60 anos	0,675	0,952	0,718	0,353	0,915	0,235	0,641
Mais 60 anos	0,763	0,978	0,824	0,356	0,888	0,234	0,674
Por Escolaridade							
Analfabetos	0,806	0,969	0,756	0,432	0,925	0,217	0,684
1ª a 4ª série primária	0,731	0,947	0,629	0,373	0,922	0,241	0,640
5ª a 7ª série	0,601	0,886	0,641	0,392	0,919	0,236	0,613
1º Grau Completo	0,565	0,803	0,685	0,331	0,905	0,203	0,582
2º Grau Incompleto	0,479	0,635	0,685	0,317	0,859	0,233	0,535
2º Grau ou mais	0,405	0,546	0,685	0,213	0,796	0,237	0,480
Por Rendimento							
Sem rendimentos	0,645	0,801	0,578	0,385	0,909	0,242	0,593
Menos de 1/2 SM	0,717	0,899	0,565	0,375	0,936	0,252	0,624
Entre 1/2 e 1 SM	0,688	0,899	0,600	0,417	0,936	0,247	0,631
Entre 1 e 2 SM	0,576	0,844	0,698	0,333	0,890	0,217	0,593
Mais 3 SM	0,448	0,645	0,779	0,252	0,834	0,247	0,534

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Conforme informações da tabela 9, a maioria dos indicadores que compõem a dimensão Educação para a cidade de Porto Alegre apresenta um grau de carência um pouco mais acentuado. Ao decompor o índice de carência da dimensão Educação, percebe-se que os indicadores que mais influenciaram foram “Uso da Internet” e “Responsabilidade”. Já o indicador “O que é preciso para conseguir um bom trabalho” teve o menor valor na dimensão.

Praticamente não há diferença no indicador de carência da dimensão Educação entre homens e mulheres. Os indicadores “Uso da Internet” e “Até que série o filho deve estudar” é bem parecido para ambos os gêneros. Já os homens têm um grau de carência levemente menor no indicador “Informação Política” e as mulheres no indicador “Plano para sair da pobreza”.

O nível de carência da dimensão Educação tende a aumentar nas faixas etárias maiores. Esse comportamento é mais visível nos indicadores “Uso da Internet” e “Informação Política”. Isso parece ser reflexo da dificuldade que as pessoas mais idosas têm de usar a internet e da maior capacidade de memorização dos mais jovens. As pessoas com menos de 20 anos apresentaram o pior desempenho no indicador “Até que série o filho deve estudar”. Isso pode estar relacionado ao fato de a grande maioria dos jovens nessa idade não terem filhos e não quererem pensar sobre o assunto.

Tabela 10: Indicadores da Dimensão Habitação para Porto Alegre

	TempCasa	Mudanca	Quartos	ConMoradia	Roubo	Banho	Habitação
Geral	0,192	0,402	0,430	0,386	0,327	0,111	0,308
Por Gênero							
Mulheres	0,193	0,410	0,463	0,408	0,320	0,112	0,318
Homens	0,190	0,391	0,368	0,347	0,345	0,109	0,292
Por Idade							
Até 20 anos	0,253	0,326	0,416	0,351	0,290	0,118	0,292
21 a 30 anos	0,239	0,399	0,456	0,415	0,323	0,124	0,326
31 a 40 anos	0,185	0,453	0,469	0,395	0,328	0,106	0,323
41 a 50 anos	0,168	0,416	0,436	0,379	0,348	0,103	0,308
51 a 60 anos	0,152	0,419	0,392	0,387	0,341	0,109	0,300
Mais 60 anos	0,107	0,303	0,313	0,333	0,318	0,092	0,244
Por Escolaridade							
Analfabetos	0,167	0,361	0,441	0,452	0,339	0,142	0,317
1ª a 4ª série primária	0,199	0,414	0,486	0,451	0,348	0,155	0,342
5ª a 7ª série	0,202	0,428	0,454	0,410	0,322	0,103	0,320
1º Grau Completo	0,200	0,415	0,413	0,350	0,334	0,087	0,300
2º Grau Incompleto	0,189	0,386	0,346	0,315	0,303	0,092	0,272
2º Grau ou mais	0,139	0,305	0,330	0,258	0,313	0,069	0,236
Por Rendimento							
Sem rendimentos	0,238	0,390	0,507	0,460	0,364	0,188	0,358
Menos de 1/2 SM	0,267	0,494	0,526	0,523	0,323	0,188	0,387
Entre 1/2 e 1 SM	0,242	0,436	0,499	0,471	0,321	0,132	0,350
Entre 1 e 2 SM	0,159	0,397	0,397	0,352	0,313	0,075	0,282
Mais 3 SM	0,142	0,324	0,277	0,198	0,347	0,065	0,225

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Por escolaridade, é bem evidente que a carência da dimensão Educação aumenta nos níveis de instrução mais baixos. Isso salienta o papel da escolaridade formal na constituição dos funcionamentos educacionais dos indivíduos. Comparando-se os extremos, até primário contra segundo grau ou mais, há uma diferença bem acentuada no grau de carência nos indicadores “Informação Política”, “Uso da Internet” e “Até que série o filho deve estudar”. Avaliando a

dimensão Educação por estrato de rendimento, não se encontra um comportamento muito claro de comparabilidade.

A tabela 10, acima, traz os indicadores de carência da dimensão Habitação para Porto Alegre. Percebe-se que os indicadores apresentam níveis baixos de carência. Esse baixo grau é reforçado pelos indicadores “Tempo que mora na casa” e “Dá para tomar banho todos os dias em casa”, que têm valores bem baixos.

Tabela 11: Índice Multidimensional de Carências para Porto Alegre

	Saúde	Trabalho e Renda	Educação	Habitação	ÍC 1	ÍC 2	ÍC 3
Geral	0,439	0,342	0,595	0,308	0,413	0,428	0,421
Por Gênero							
Mulheres	0,450	0,361	0,595	0,318	0,423	0,439	0,431
Homens	0,421	0,308	0,596	0,292	0,396	0,409	0,404
Por Idade							
Até 20 anos	0,409	0,394	0,554	0,292	0,403	0,422	0,412
21 a 30 anos	0,448	0,372	0,561	0,326	0,419	0,435	0,427
31 a 40 anos	0,442	0,339	0,583	0,323	0,414	0,427	0,422
41 a 50 anos	0,447	0,336	0,610	0,308	0,417	0,433	0,425
51 a 60 anos	0,447	0,322	0,641	0,300	0,418	0,434	0,428
Mais 60 anos	0,414	0,250	0,674	0,244	0,384	0,400	0,396
Por Escolaridade							
Analfabetos	0,530	0,391	0,684	0,317	0,469	0,498	0,480
1ª a 4ª série primária	0,490	0,382	0,640	0,342	0,455	0,473	0,464
5ª a 7ª série	0,454	0,361	0,613	0,320	0,428	0,444	0,437
1º Grau Completo	0,420	0,328	0,582	0,300	0,399	0,413	0,408
2º Grau Incompleto	0,371	0,302	0,535	0,272	0,362	0,373	0,370
2º Grau ou mais	0,326	0,229	0,480	0,236	0,312	0,319	0,318
Por Rendimento							
Sem rendimentos	0,510	0,465	0,593	0,358	0,473	0,498	0,481
Menos de 1/2 SM	0,561	0,474	0,624	0,387	0,503	0,530	0,511
Entre 1/2 e 1 SM	0,529	0,434	0,631	0,350	0,477	0,503	0,486
Entre 1 e 2 SM	0,400	0,283	0,593	0,282	0,381	0,392	0,390
Mais 3 SM	0,286	0,174	0,534	0,225	0,298	0,296	0,305

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Finalmente, a tabela 11 mostra a agregação das quatro dimensões, formando o Índice Multidimensional de Carências (IC) para Porto Alegre. Como foi explicado anteriormente, essa agregação utilizará duas ponderações. A primeira utiliza pesos empíricos, que refletem a proporção exata na qual os valores das dimensões entram nos julgamentos das pessoas, o IC 1. A segunda delas tem como base a ponderação inspirada pelo processo do OP, o IC 2. Para fins

de comparação, também será calculado um índice com as dimensões tendo o mesmo peso, ou seja, uma média simples, o IC 3.

O Índice Multidimensional de Carências para Porto Alegre praticamente não sofre alteração com os diferentes exercícios de ponderação. Enquanto pela ponderação da consulta (IC 1) ele fica em 0,413, pela ponderação do OP (IC 2), ele sobe um pouco para 0,428, valor parecido com o da média simples, 0,421. No entanto, cabe salientar, que o resultado aqui é menos importante do que o estabelecimento de um procedimento mais adequado para a identificação e ponderação de diferentes dimensões.

Em todos os estratos de gênero, idade, escolaridade e rendimentos, o Índice Multidimensional de Carências apresenta valores maiores quando é usada a ponderação do OP. Isso ocorre porque a dimensão Saúde, que fica em segundo lugar em níveis de carência tem um peso bem maior na ponderação do OP, de 40% contra 26% na consulta. Educação, apesar de apresentar o maior grau de carência, tem peso de 22% na consulta e de 20% no OP. Assim, não distorce para nenhuma dessas ponderações.

Uma análise sobre a natureza da pobreza encontrada em Porto Alegre aponta para os seguintes *fatos estilizados*:

- ➡ feminização da pobreza: as mulheres são mais pobres multidimensionalmente do que os homens, levando-se em consideração todos os diferentes tipos de ponderação;
- ➡ homogeneidade temporal da pobreza: levando-se em consideração que usamos dados coletados em um instante no tempo (cross-section), verificamos que a pobreza se mantém para todas as diferentes idades, sem encontrar evidência de que ela tem atacado algum grupo particular (como as crianças ou idosos);
- ➡ privação de capacitação educacional: verificou-se que as pessoas pobres são diferenciadas principalmente por sua baixa habilidade no uso ativo da informação. Os maiores índices de pobreza são referentes à esse tipo de privação. Existe uma grande sensibilidade com o nível de educação formal, sugerindo que indo à escola continua sendo a melhor maneira das pessoas evitarem a pobreza, não somente de renda, mas multidimensionalmente;
- ➡ os níveis gerais de pobreza encontrados sugerem privações de capacitações entre os pobres para essas quatro dimensões mais importantes. De modo algum isso quer dizer que não sofram privações de outras naturezas.

3.2 – Resultados Por Região do Orçamento Participativo

Um dos problemas comuns em estatísticas de pobreza, tal como são apresentadas, é o seu alto nível de agregação. Esse é um problema grave via de regra na maioria dos países subdesenvolvidos onde a desigualdade é uma característica recorrente, e em especial no Brasil, que continua sendo um dos países com maior desigualdade de renda, educacional, de saúde, etc do mundo. Isso para não mencionar as desigualdes geo-referenciadas, de natureza espacial, sobre as quais se sabe todavia muito pouco. Por esta razão, no que segue, procurou-se avaliar a situação do IC das regiões do OP, com o intuito de verificar suas peculiaridades. Uma análise detalhada das principais estatísticas descritivas por região é apresentada no Anexo III deste relatório.

Tabela 12: Ranking dos Índices de Carência por dimensão das regiões do OP

Região	Saúde	Ranking S	Trabalho e Renda	Ranking TeR	Educação	Ranking E	Habitação	Ranking H
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,424	9°	0,362	7°	0,667	2°	0,311	9°
2. Noroeste	0,403	10°	0,301	15°	0,605	6°	0,275	12°
3. Leste	0,396	13°	0,347	11°	0,609	5°	0,273	13°
4. Lomba do Pinheiro	0,402	11°	0,382	5°	0,550	14°	0,259	15°
5. Norte	0,398	12°	0,311	14°	0,580	8°	0,333	6°
6. Nordeste	0,484	4°	0,399	3°	0,639	3°	0,375	3°
7. Partenon	0,390	14°	0,292	16°	0,573	10°	0,249	16°
8. Restinga	0,596	1°	0,444	1°	0,559	13°	0,381	2°
9. Glória	0,385	16°	0,313	13°	0,562	12°	0,294	11°
10. Cruzeiro	0,474	5°	0,322	12°	0,709	1°	0,265	14°
11. Cristal	0,462	7°	0,382	4°	0,592	7°	0,322	7°
12. Centro-Sul	0,434	8°	0,354	10°	0,628	4°	0,342	5°
13. Extremo-Sul	0,467	6°	0,365	6°	0,544	16°	0,320	8°
14. Eixo-Baltazar	0,487	3°	0,426	2°	0,568	11°	0,383	1°
15. Sul	0,385	15°	0,355	8°	0,579	9°	0,303	10°
16. Centro	0,520	2°	0,354	9°	0,549	15°	0,342	4°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

A tabela 12 traz o ranking dos Índices de Carência por dimensão das regiões do OP. Dentro de uma análise multidimensional da pobreza, esta análise possibilita a identificação das dimensões particulares que constituem as principais carências ou problemas dos indivíduos.

Quando comparadas as diferentes regiões, identificamos que a Restinga apresenta os maiores níveis de carência nas dimensões Saúde e Trabalho & Renda, estando na segunda pior posição

na dimensão Habitação. Apenas na dimensão Educação a Restinga tem um nível menor de privação estando no 13º lugar. A região Nordeste ocupa a terceira pior colocação nas dimensões Trabalho & Renda, Educação e Habitação e a quarta na dimensão Saúde. A região Eixo-Baltazar chega a pior posição (primeira) na dimensão Habitação, a segunda na dimensão Trabalho & Renda e a terceira na dimensão Saúde. Já, na dimensão Educação, cai para o 11º lugar. Na dimensão Educação, o nível mais elevado de pobreza nessa dimensão encontra-se na região região Cruzeiro e o segundo pior com a região Humaitá/Navegantes/Ilhas¹.

Tabela 13: Indicadores da Dimensão Saúde por Região do OP

	MaisComi	ComeuMen	SentFome	VaoMedic	FreqDent	Medo	Saúde
Porto Alegre	0,772	0,419	0,272	0,119	0,526	0,528	0,439
1.Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,679	0,411	0,335	0,068	0,529	0,522	0,424
2. Noroeste	0,816	0,216	0,247	0,167	0,572	0,403	0,403
3. Leste	0,750	0,346	0,201	0,102	0,512	0,464	0,396
4. Lomba do Pinheiro	0,742	0,273	0,149	0,182	0,461	0,607	0,402
5. Norte	0,771	0,372	0,239	0,064	0,447	0,495	0,398
6. Nordeste	0,665	0,455	0,446	0,194	0,602	0,543	0,484
7. Partenon	0,723	0,361	0,276	0,091	0,457	0,430	0,390
8. Restinga	0,830	0,689	0,411	0,283	0,631	0,732	0,596
9. Glória	0,797	0,380	0,136	0,085	0,438	0,472	0,385
10. Cruzeiro	0,807	0,418	0,218	0,085	0,606	0,709	0,474
11. Cristal	0,836	0,526	0,267	0,103	0,506	0,534	0,462
12. Centro-Sul	0,623	0,444	0,371	0,140	0,574	0,450	0,434
13. Entremo-Sul	0,827	0,554	0,199	0,153	0,601	0,469	0,467
14. Eixo-Baltazar	0,710	0,451	0,373	0,176	0,596	0,615	0,487
15. Sul	0,795	0,303	0,114	0,114	0,477	0,508	0,385
16. Centro	0,874	0,558	0,389	0,118	0,556	0,622	0,520

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Uma análise separada da dimensão saúde (tabela 13) mostra que os indivíduos mais ‘saúde-pobres’ podem ser encontrados nas regiões da Restinga e do Centro. Em particular, pode-se ver que o componente nutricional e de insegurança (relacionado à presença de medo) são os dois

¹ Já as melhores performances são encontradas na região Partenon, que ocupa o menor grau de carência nas dimensões Trabalho e Renda e Habitação e o 14º lugar na dimensão Saúde. A região sobe algumas posições a mais em nível de carência apenas na dimensão Educação, quando chega a 10º colocado. A região Glória alcança a melhor colocação na dimensão Saúde, 13ª na dimensão Trabalho e Renda, 12ª na dimensão Educação e 11ª na dimensão Habitação. A Noroeste chega ao 15º lugar em nível de carência na dimensão Trabalho e Renda, o penúltimo mais baixo. Porém, a região sobe para 6ª posição na dimensão Educação, 10ª na dimensão Saúde e 12ª na dimensão Habitação. Na dimensão Educação, os melhores desempenhos são obtidos pelas regiões Extremo-Sul, Centro e Lomba do Pinheiro.

principais na caracterização desse tipo de pobreza tanto na Restinga como no Centro. Diferentemente do que se poderia esperar, a ida ao médico não constitui o maior problema na caracterização da pobreza na sua dimensão saúde entre as diferentes regiões do OP. A mensagem que surge desta análise é inequívoca: é preciso aumentar e melhorar o acesso que os indivíduos têm à comida nas regiões mais pobres da cidade.

Saúde

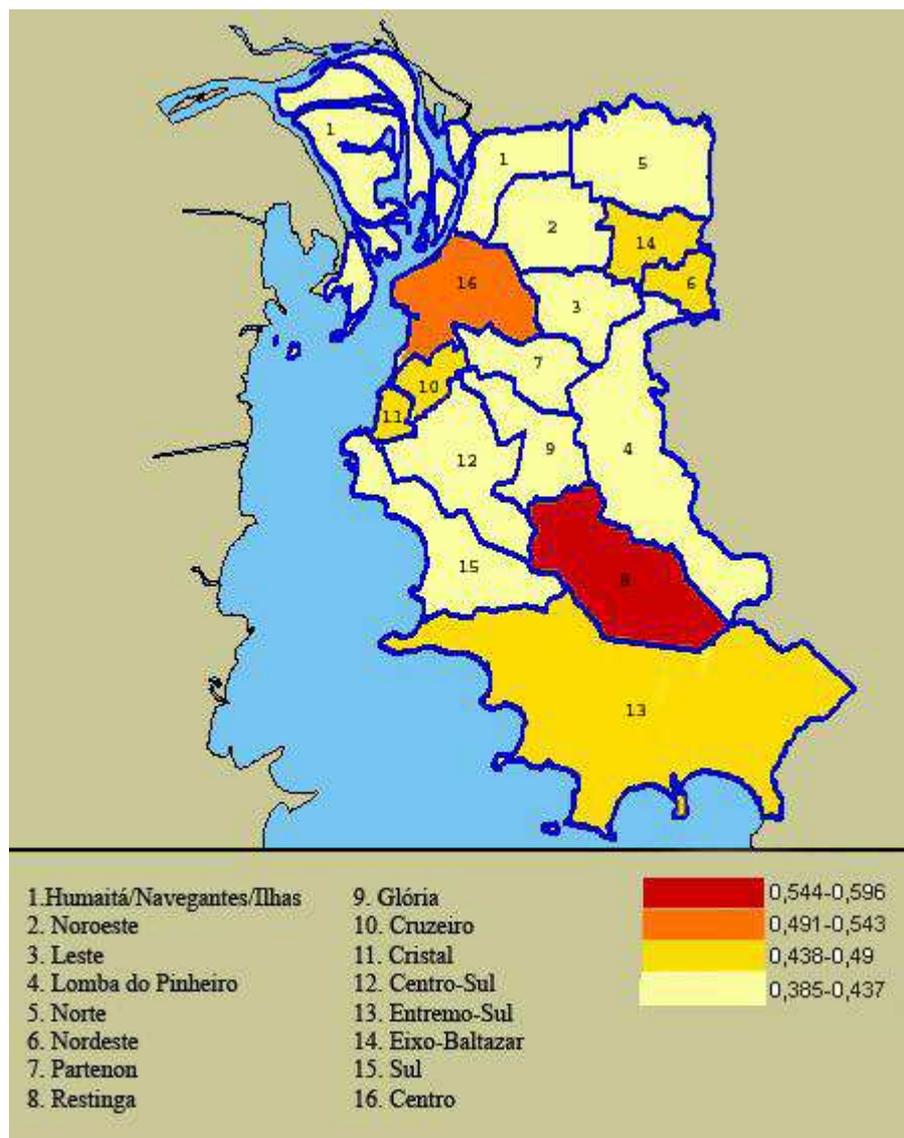


Tabela 14: Indicadores da Dimensão Trabalho e Renda por Região do OP

	Emprego	CartAssi	VenComer	PediuDinh	FilhoDin	ContaNP	Trabalho e Renda
Porto Alegre	0,552	0,228	0,344	0,503	0,056	0,369	0,342
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,636	0,202	0,417	0,526	0,052	0,339	0,362
2. Noroeste	0,571	0,233	0,240	0,386	0,018	0,356	0,301
3. Leste	0,549	0,283	0,326	0,503	0,042	0,380	0,347
4. Lomba do Pinheiro	0,584	0,425	0,276	0,502	0,037	0,465	0,382
5. Norte	0,458	0,142	0,313	0,521	0,030	0,403	0,311
6. Nordeste	0,578	0,344	0,460	0,496	0,106	0,408	0,399
7. Partenon	0,544	0,239	0,280	0,402	0,031	0,261	0,292
8. Restinga	0,602	0,218	0,479	0,673	0,110	0,585	0,445
9. Glória	0,591	0,202	0,325	0,430	0,020	0,308	0,313
10. Cruzeiro	0,437	0,127	0,341	0,545	0,057	0,425	0,322
11. Cristal	0,595	0,216	0,397	0,629	0,035	0,422	0,382
12. Centro-Sul	0,617	0,395	0,283	0,371	0,137	0,322	0,354
13. Entremo-Sul	0,580	0,186	0,388	0,521	0,061	0,452	0,365
14. Eixo-Baltazar	0,598	0,274	0,503	0,596	0,135	0,451	0,426
15. Sul	0,542	0,242	0,402	0,561	0,038	0,348	0,355
16. Centro	0,561	0,273	0,348	0,583	0,103	0,258	0,354

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Na dimensão trabalho e renda (tabela 14) vemos que a falta de empregos e a instabilidade financeira são as duas principais características dessa dimensão. Existe uma grande homogeneidade nos resultados obtidos, o que sugere que o grau de dificuldade em conseguir um emprego, entre as pessoas mais pobres, é pouco sensível às variações espaciais dentro das diferentes regiões do OP. Aqui, as regiões da Restinga e do Eixo-Baltazar são os principais focos de pobreza na cidade. A dificuldade de mobilidade devido à distância dessas regiões é seguramente parte do problema. Um resultado comparativo interessante é que a categoria ‘trabalho’ parece ser mais importante para definir a pobreza monetária do que a simples dimensão ‘emprego’, dado que os maiores níveis de pobreza foram encontrados não pela ausência de vínculo com o mercado formal, mas sim pela falta de vínculo com fontes de trabalho, mesmo informais.

Trabalho e Renda

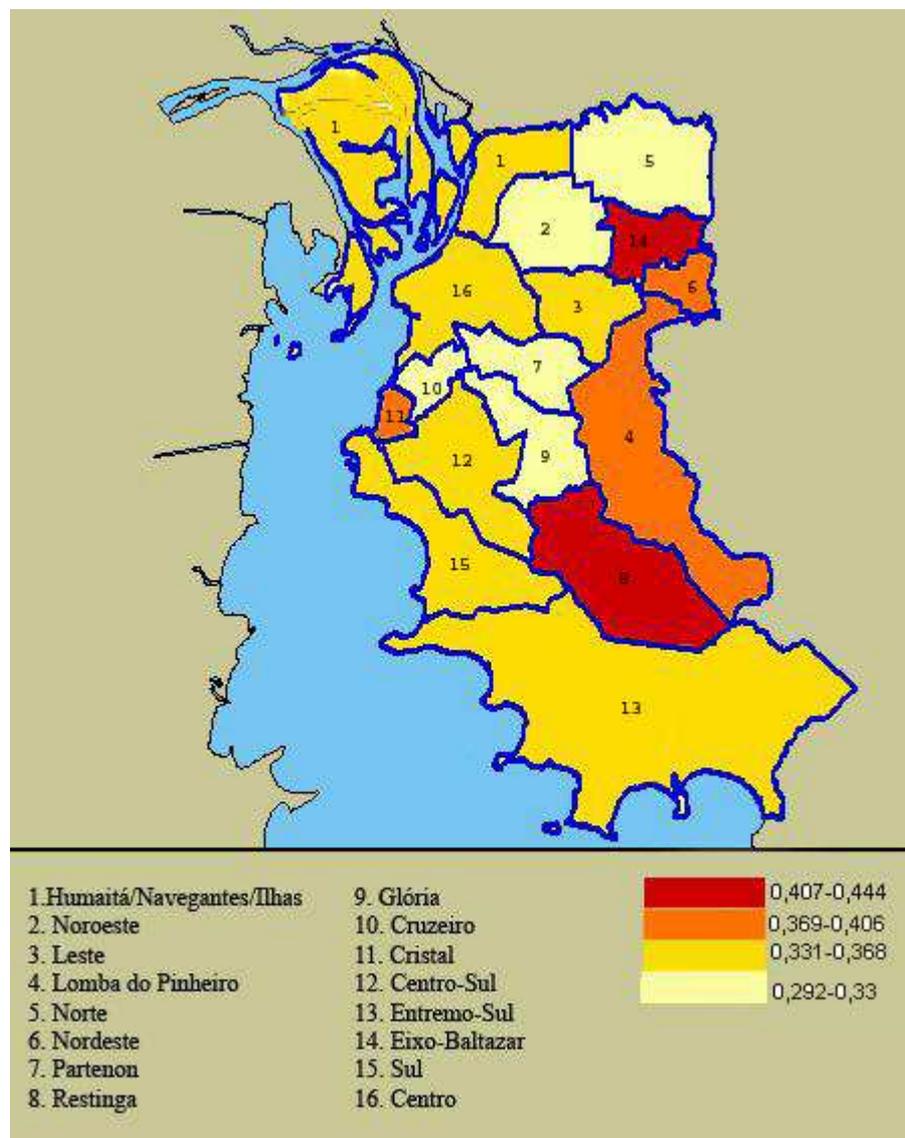


Tabela 15: Indicadores da Dimensão Educação por Região do OP

	PresGov	Internet	TemPlano	QuantEst	ResRProb	EmpEduc	Educação
Porto Alegre	0,602	0,828	0,660	0,351	0,898	0,231	0,595
1.Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,644	0,890	0,777	0,562	0,933	0,198	0,667
2. Noroeste	0,776	0,916	0,707	0,144	0,895	0,192	0,605
3. Leste	0,653	0,776	0,720	0,343	0,898	0,262	0,609
4. Lomba do Pinheiro	0,502	0,585	0,684	0,391	0,857	0,280	0,550
5. Norte	0,535	0,795	0,731	0,275	0,907	0,240	0,580
6. Nordeste	0,735	0,748	0,680	0,366	0,928	0,379	0,639
7. Partenon	0,648	0,741	0,740	0,240	0,806	0,259	0,573
8. Restinga	0,654	0,707	0,531	0,347	0,982	0,135	0,559
9. Glória	0,512	0,903	0,573	0,349	0,855	0,180	0,562
10. Cruzeiro	0,765	0,917	0,685	0,636	0,902	0,348	0,709

11. Cristal	0,603	0,716	0,534	0,491	0,912	0,293	0,592
12. Centro-Sul	0,558	0,793	0,775	0,517	0,918	0,207	0,628
13. Entremo-Sul	0,383	0,933	0,586	0,329	0,933	0,103	0,544
14. Eixo-Baltazar	0,593	0,725	0,575	0,282	0,862	0,372	0,568
15. Sul	0,580	0,818	0,629	0,280	0,886	0,282	0,579
16. Centro	0,514	0,915	0,467	0,263	0,934	0,198	0,549

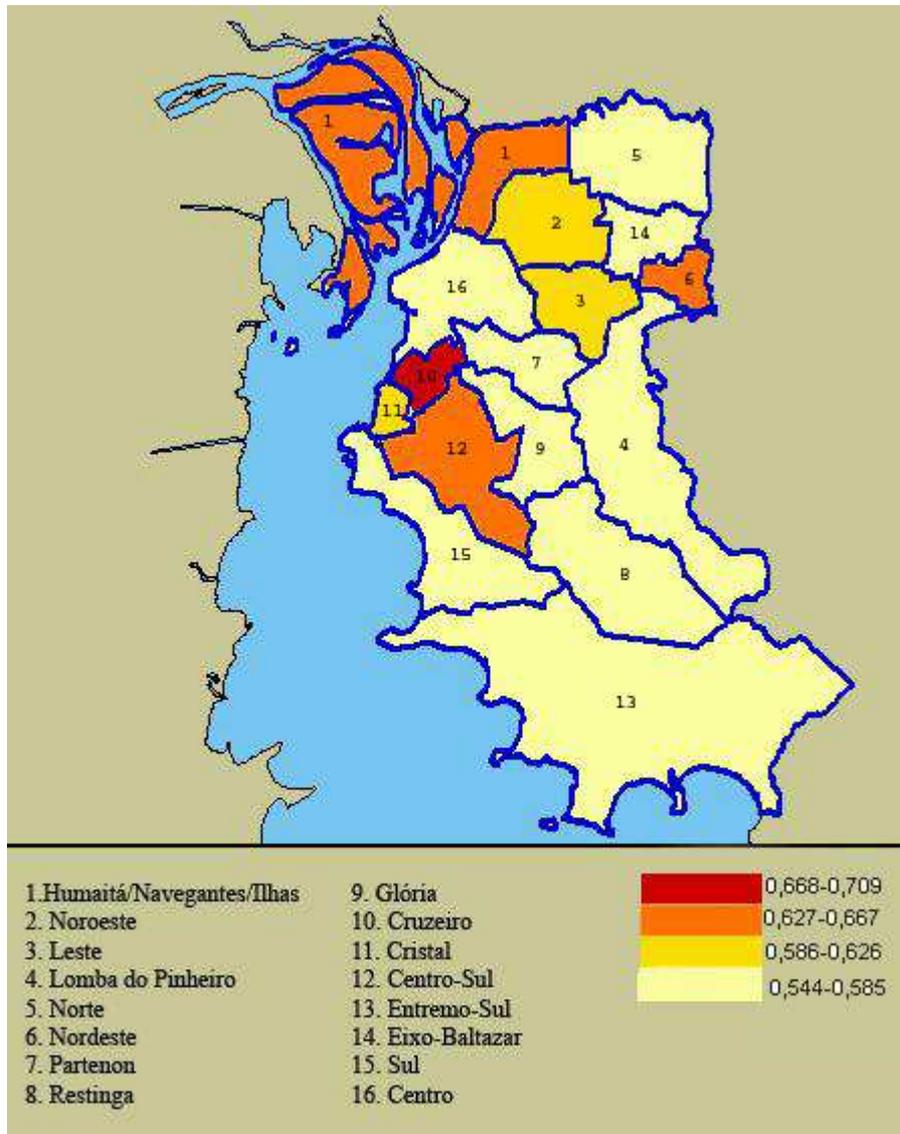
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

A dimensão educacional (tabela 15), como salientada anteriormente, é a que apresenta os maiores níveis de pobreza na formulação do IC. A quantidade de indivíduos ‘educação-pobres’ é significativa. Em termos de regiões do OP verificamos que a falta de conhecimento afeta alguns funcionamentos importantes dos indivíduos: eles não possuem uso básico da informação relacionada à participação política, são excluídos digitalmente, têm dificuldades de formar planos de vida e não se sentem responsáveis pela situação social que vivem.

Esses aspectos são de fundamental importância. Se entendemos educação não somente como um item formal, não somente como um instrumento para o mercado de trabalho, então podemos tentar enxergar melhor quais são as capacitações que uma pessoa educada tem a possibilidade de exercer e quais são negadas aos indivíduos que não têm acesso à educação. A gama de fatores citados acima ilustra a complexidade do problema e chama a atenção para *aspectos qualitativos da educação* que não podem ser resumidos à mera escolaridade. O problema a ser enfrentado aqui é de construção de uma cidadania em parceria com o fortalecimento da escola, na qual as crianças aprendam não somente conteúdos mas desenvolvam *valores* fundamentais ao exercício da democracia. Com a proliferação da *governança digital* é importante promover a inclusão digital, bem como o uso da informação pelos indivíduos.

Nessa dimensão as regiões Cruzeiro e Humaitá&Navegantes&Ilhas são as que apresentaram os piores índices de pobreza relacionada à educação. A falta do sentimento de responsabilidade, entendido como um valor a ser cultivado pela educação do tipo cidadã, e a exclusão digital foram os dois principais problemas que apareceram na caracterização dos indivíduos ‘educação-pobres’.

Educação



Diferentemente das demais, a dimensão habitação (tabela 16) não se refere à uma propriedade dos indivíduos, mas do espaço onde estes vivem. Indiretamente, afetam vários funcionamentos.

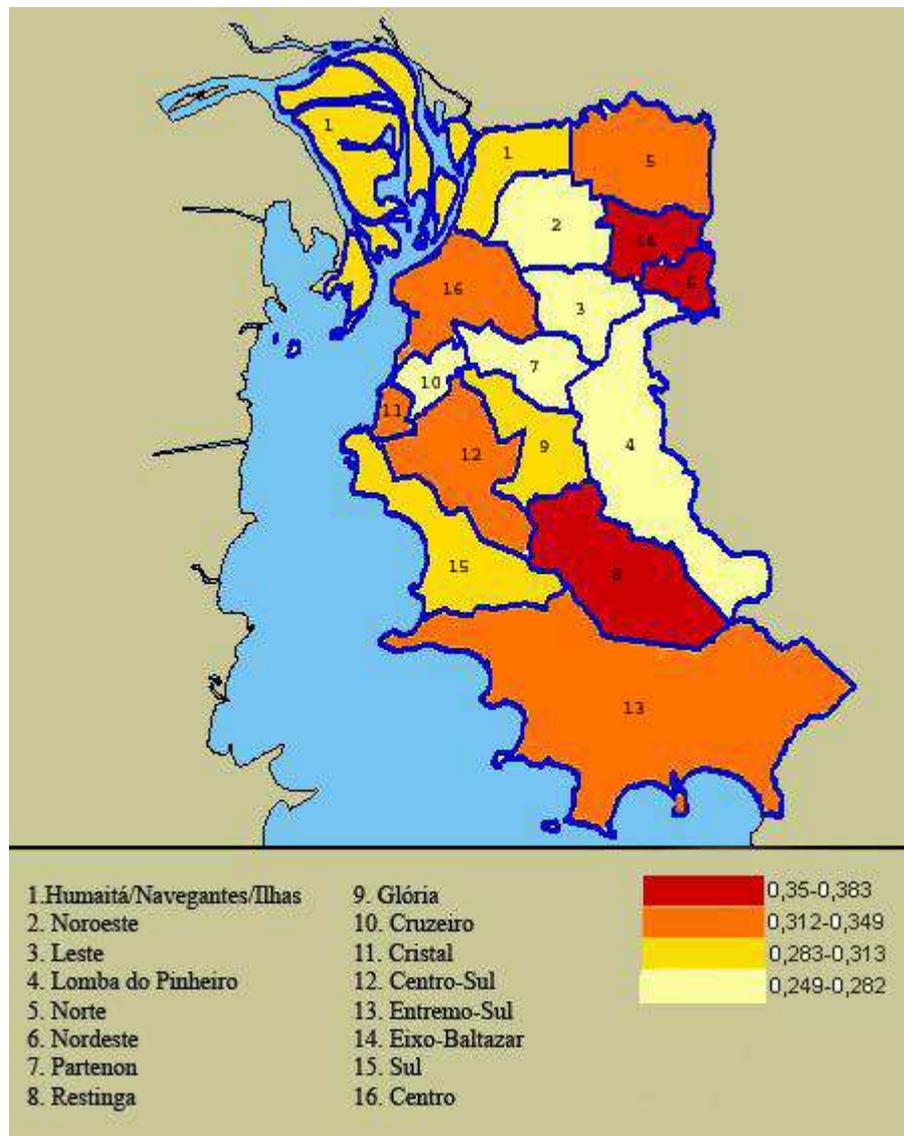
Tabela 16: Indicadores da Dimensão Habitação por Região do OP

	Tempcasa	Pqmudou	QuarSufi	Comora	Froubado	Banho	Habitação
Porto Alegre	0,192	0,402	0,430	0,386	0,327	0,111	0,308
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,238	0,502	0,380	0,356	0,250	0,141	0,311
2. Noroeste	0,076	0,267	0,560	0,317	0,321	0,111	0,275
3. Leste	0,193	0,233	0,366	0,412	0,346	0,089	0,273
4. Lomba do Pinheiro	0,193	0,247	0,350	0,359	0,319	0,087	0,259
5. Norte	0,185	0,472	0,453	0,449	0,353	0,087	0,333
6. Nordeste	0,261	0,428	0,590	0,497	0,315	0,161	0,375
7. Partenon	0,120	0,220	0,379	0,354	0,320	0,100	0,249
8. Restinga	0,150	0,651	0,583	0,457	0,277	0,170	0,381
9. Glória	0,169	0,358	0,388	0,426	0,342	0,084	0,294
10. Cruzeiro	0,072	0,231	0,492	0,420	0,322	0,054	0,265
11. Cristal	0,181	0,217	0,526	0,543	0,397	0,069	0,322
12. Centro-Sul	0,405	0,421	0,429	0,371	0,354	0,070	0,342
13. Entremo-Sul	0,142	0,719	0,374	0,287	0,305	0,091	0,320
14. Eixo-Baltazar	0,271	0,451	0,523	0,496	0,394	0,161	0,383
15. Sul	0,162	0,280	0,341	0,481	0,492	0,061	0,303
16. Centro	0,389	0,525	0,328	0,272	0,340	0,197	0,342

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

A falta de qualidade da moradia é destacadamente o pior problema de moradia, segundo a evidência coletada. As regiões Nordeste e Restinga são as duas piores neste quesito de qualidade de moradia, avaliada aqui pela superpopulação de pessoas em função do espaço físico disponível. No agregado, o Eixo-Baltazar, Restinga e Nordeste são as regiões com as piores condições de habitação.

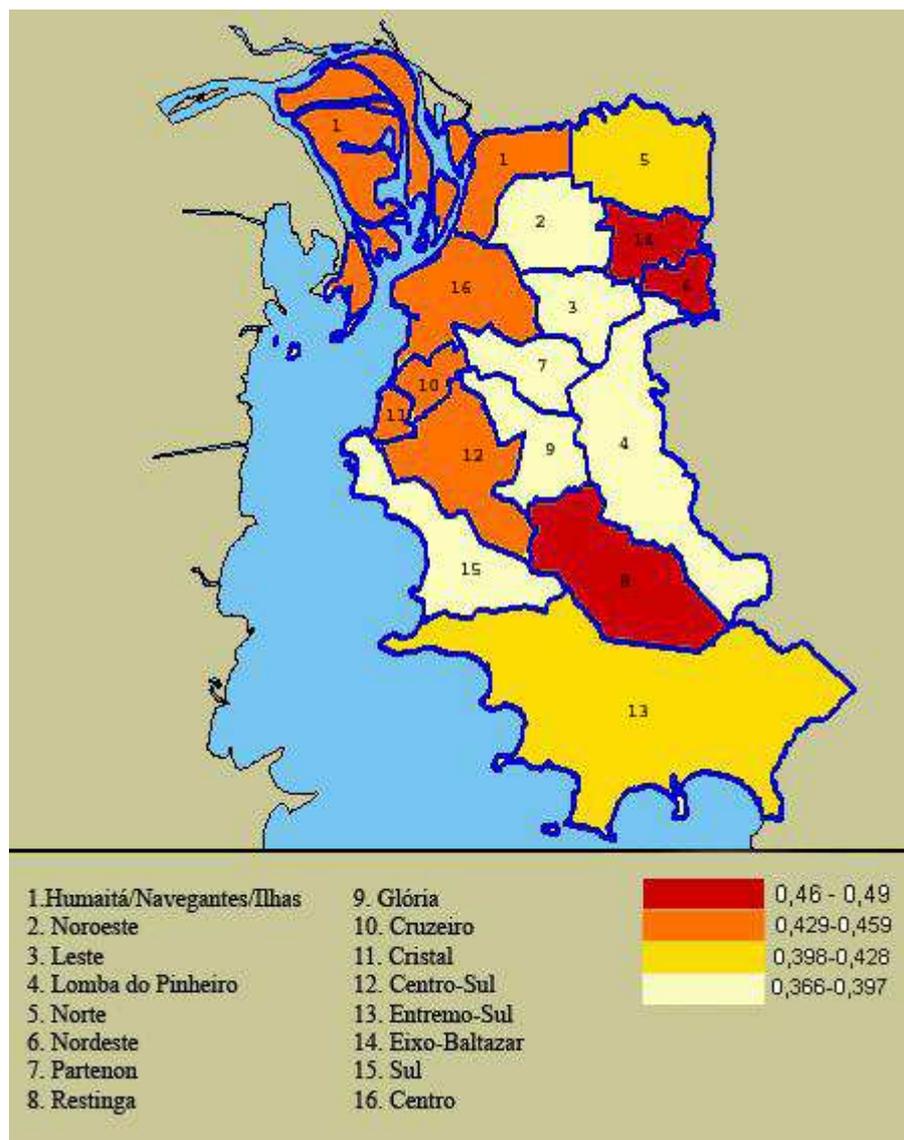
Habitação



Finalmente, cabe agregar todos os resultados para podermos visualizar a pobreza multidimensional na cidade. O primeiro resultado importante é que os três sistemas de ponderação utilizados, quais sejam, os de ‘pesos empíricos’, ‘pesos seguindo a prática do OP’ e ‘pesos iguais’ deram resultados parecidos. A região mais pobre da cidade, do ponto de vista multidimensional (de acordo com qualquer um dos três sistemas de ponderação), é a região da Restinga, onde o principal problema parece ser que os indivíduos são ‘saúde-pobres’. É importante notar que a segunda região mais pobre da cidade, a região Nordeste, apresenta o problema principal de que os indivíduos são ‘educação-pobres’. E assim por diante. Deste

modo, podemos ver os diferentes problemas que caracterizam a pobreza em Porto Alegre em função das suas distintas carências.

Índice de Carências para Porto Alegre



A tabela 17 mostra o ranking do Índice Multidimensional de Carência das regiões do Orçamento Participativo, utilizando as três diferentes ponderações para agregação. Podemos assim ver com clareza que com qualquer das ponderações empregas no cálculo do IC, **as regiões Restinga, Nordeste e Eixo-Baltazar são as mais pobres da cidade do ponto de vista multidimensional,**

ocupando respectivamente a primeira, a segunda e a terceira posição. Na outra ponta, as regiões Partenon, Glória e Noroeste apresentam os menores níveis de carência com qualquer um dos critérios de agregação empregados.

Tabela 17: Ranking do Índice Multidimensional de Carência com diferentes ponderações das dimensões para as regiões do OP

Região	IC 1	Ranking IC 1	IC 2	Ranking IC 2	IC 3	Ranking IC 3
8. Restinga	0,490	1°	0,522	1°	0,495	1°
6. Nordeste	0,467	2°	0,478	2°	0,474	2°
14. Eixo-Baltazar	0,460	3°	0,474	3°	0,466	3°
16. Centro	0,436	4°	0,458	4°	0,441	6°
12. Centro-Sul	0,431	5°	0,439	8°	0,439	8°
11. Cristal	0,431	6°	0,450	6°	0,440	7°
1.Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,430	7°	0,443	7°	0,441	5°
10. Cruzeiro	0,429	8°	0,454	5°	0,442	4°
13. Extremo-Sul	0,417	9°	0,437	9°	0,424	9°
5. Norte	0,400	10°	0,402	13°	0,406	11°
15. Sul	0,397	11°	0,407	12°	0,406	12°
3. Leste	0,395	12°	0,411	10°	0,406	10°
4. Lomba do Pinheiro	0,387	13°	0,411	11°	0,398	13°
2. Noroeste	0,387	14°	0,400	14°	0,396	14°
9. Glória	0,381	15°	0,390	15°	0,388	15°
7. Partenon	0,366	16°	0,383	16°	0,376	16°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Já nas posições intermediárias, há algumas mudanças no ranking quando são alterados os pesos das dimensões do IC. A região Centro, por exemplo, ocupa a quarta posição em pior nível de carência no IC 1 e no IC 2 e cai para a sexta posição no IC 3. Já a Lomba do Pinheiro fica na 13ª posição no IC 1 e no IC 3 e na 11ª posição no IC 2.

Na tabela 18, é feita uma comparação do ranking do IC com ranking do percentual de pobres em renda das regiões do OP. Este é um ponto interessante de ser analisado pois frequentemente a pobreza é vista apenas como insuficiência de renda. No Brasil, todas as políticas oficiais são baseadas no conceito de pobreza como insuficiência de renda. No entanto, se a correlação entre a renda e as demais dimensões da pobreza não for perfeita, então o uso da renda como principal parâmetro para avaliação do nível de privação dos indivíduos pode levar a distorções. É importante notar que esse problema nada tem a ver com ‘cadastros’ ou identificação dos indivíduos devido a dificuldade de se ter uma medida precisa da renda necessária para que os indivíduos possam satisfazer as suas necessidades.

Tabela 18: Ranking do Índice Multidimensional de Carência e do percentual de pobres em renda (menos de 1 SM) das regiões do OP

Região	IC 1	Ranking IC 1	Percentual de pobres (menos de 1 SM)	Ranking pobres em renda
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,430	7°	40,25%	9°
2. Noroeste	0,387	14°	42,47%	8°
3. Leste	0,395	12°	51,60%	3°
4. Lomba do Pinheiro	0,387	13°	36,50%	12°
5. Norte	0,400	10°	21,06%	16°
6. Nordeste	0,467	2°	49,56%	4°
7. Partenon	0,366	16°	38,03%	11°
8. Restinga	0,490	1°	53,72%	2°
9. Glória	0,381	15°	46,83%	6°
10. Cruzeiro	0,429	8°	31,66%	14°
11. Cristal	0,431	6°	38,79%	10°
12. Centro-Sul	0,431	5°	24,53%	15°
13. Extremo-Sul	0,417	9°	34,39%	13°
14. Eixo-Baltazar	0,460	3°	47,15%	5°
15. Sul	0,397	11°	44,70%	7°
16. Centro	0,436	4°	61,73%	1°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.
SM = Salário Mínimo

O ponto principal aqui é o reconhecimento de que a correlação entre renda e outras dimensões de bem-estar (ou o que é o mesmo, privações) dos indivíduos não é perfeita. Para auferir quem é ‘renda-pobre’, identificamos como pobres todos aqueles que ganham menos do que um salário mínimo. Para fins de comparação, utilizou-se apenas o IC 1. A Restinga, que ocupa a primeira posição no ranking do IC 1, fica com o segundo maior percentual de pobres em renda, com 53,72%. A Nordeste e o Eixo-Baltazar, que estão na segunda e terceira colocação no IC 1, caem respectivamente para o quarto e o quinto lugar em nível de pobreza de renda. A região Centro é a que apresenta o maior percentual de pobres monetários, com o índice chegando a 61,73%. No IC 1, a região cai para quarta posição.

A região Partenon sobe da última colocação no IC 1 para 11ª no percentual de pobres. Já as regiões Glória e Noroeste passam da 15ª e 14ª posições no IC 1 para a 6ª e 8ª, respectivamente, no percentual de pobres. Portanto, enquanto as regiões Restinga, Nordeste e o Eixo-Baltazar melhoram a sua posição no ranking quando se analisa apenas pobreza em renda, Partenon, Glória e Noroeste deterioram. A mensagem é simples: o grau de carências das regiões mais pobres da cidade é maior do que o usualmente estimado pelas medidas convencionais de pobreza como insuficiência de renda.

Tabela 19: Ranking do Índice de Carência Multidimensional e do percentual de pobres em renda (menos de meio SM) das regiões do OP

Região	IC 1	Ranking IC 1	Percentual de pobres (menos de ½ SM)	Ranking pobres em renda
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	0,430	7°	17,15%	14°
2. Noroeste	0,387	14°	23,24%	10°
3. Leste	0,395	12°	37,06%	2°
4. Lomba do Pinheiro	0,387	13°	21,90%	11°
5. Norte	0,400	10°	9,08%	16°
6. Nordeste	0,467	2°	31,27%	6°
7. Partenon	0,366	16°	29,02%	8°
8. Restinga	0,490	1°	36,02%	4°
9. Glória	0,381	15°	31,66%	5°
10. Cruzeiro	0,429	8°	10,69%	15°
11. Cristal	0,431	6°	23,28%	9°
12. Centro-Sul	0,431	5°	18,63%	13°
13. Extremo-Sul	0,417	9°	20,43%	12°
14. Eixo-Baltazar	0,460	3°	30,57%	7°
15. Sul	0,397	11°	36,36%	3°
16. Centro	0,436	4°	41,12%	1°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Utilizando-se uma linha de pobreza monetária mais baixa, de apenas meio salário mínimo (como utilizada pelo governo para a elaboração de estatísticas oficiais de pobreza), nota-se, na tabela 19, que enquanto as regiões Restinga, Nordeste e o Eixo-Baltazar são consideradas menos pobres quando se analisa apenas pobreza como insuficiência de renda, as regiões Partenon, Glória e Noroeste pioram. Os problemas que ocorrem aqui de *erros de exclusão* e *erros de inclusão* com o uso exclusivo de medidas de pobreza monetária devem ser auto-evidentes.

Para uma linha de pobreza de meio salário mínimo, a região Centro continua apresentando o maior percentual de pobres, com 41,12%. Depois vem a região Leste com 37,6% e a Sul com 36,36%. Mas uma vez a Norte é a região com o menor índice de pobreza de renda, com 9,08%. Em seguida, destacam-se as regiões Cruzeiro com 10,69% e Humaitá/Navegantes/Ilhas com 17,15%.

Índice de Carência reparametrizado

Apresentados em suas escalas originais os resultados do IC (em seus sistemas de ponderação), podem revelar insights sobre a natureza da pobreza em cada região do OP e sobre o seu grau particular de severidade. No entanto, para uma melhor *visualização* desses problemas procedemos a uma reparametrização desses indicadores, dando origem ao Índice de Carências reparametrizado (ICRep) , de acordo com os diferentes sistemas de peso. Para a construção desses índices, foram consideradas como base as regiões do OP com o menor Índice de Carência Multidimensional (IC) e com os menores índices de carência em cada dimensão.

Para reparametrizar os índices, utilizou-se a mesma fórmula para o cálculo do IC:

$$IC_{\text{Parametrizado}} = \frac{IC_x - IC_{\min}}{IC_{\max} - IC_{\min}},$$

onde IC_x é qualquer valor do Índice Multidimensional de Carência, IC_{\min} , o menor valor do IC e IC_{\max} , o maior valor do IC.

Para o cálculo do IC reparametrizado, o IC da Restinga, que apresentou o maior valor, foi utilizado como IC_{\max} e o IC do Partenon, com o menor índice, como IC_{\min} . Assim, a Restinga terá o maior IC reparametrizado (1,000) e o Partenon, o menor (0,000).

A tabela 20 traz o Índice de Carências reparametrizado para regiões do OP. É importante notar que as regiões mantêm a mesma posição do ranking do IC não-parametrizado (ver tabela 17), de forma que não há perda de informação.

Tabela 20: Ranking do Índice Multidimensional de Carência reparametrizado com diferentes ponderações das dimensões para as regiões do OP

Região	ICRep 1	Ranking ICRep 1	ICRep 2	Ranking ICRep 2	ICRep 3	Ranking ICRep 3
8. Restinga	1,000	1°	1,000	1°	1,000	1°
6. Nordeste	0,811	2°	0,689	2°	0,824	2°
14. Eixo-Baltazar	0,757	3°	0,659	3°	0,754	3°
16. Centro	0,565	4°	0,541	4°	0,547	6°
12. Centro-Sul	0,525	5°	0,407	8°	0,531	8°
11. Cristal	0,523	6°	0,484	6°	0,534	7°
1.Humaitá/Navegantes/ Ilhas	0,515	7°	0,431	7°	0,547	5°
10. Cruzeiro	0,510	8°	0,515	5°	0,558	4°
13. Extremo-Sul	0,413	9°	0,391	9°	0,403	9°
5. Norte	0,269	10°	0,137	13°	0,250	11°
15. Sul	0,245	11°	0,172	12°	0,250	12°
3. Leste	0,233	12°	0,206	10°	0,254	10°
4. Lomba do Pinheiro	0,169	13°	0,204	11°	0,187	13°
2. Noroeste	0,166	14°	0,124	14°	0,170	14°
9. Glória	0,117	15°	0,048	15°	0,106	15°
7. Partenon	0,000	16°	0,000	16°	0,000	16°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.
ICRep = Índice de Carências reparametrizado

A tabela 21 mostra os Índices de Carência reparametrizado por dimensão das regiões do OP. Para o cálculo do Índice de Carência reparametrizado de cada dimensão foram usados como índices máximos os da Restinga nas dimensões Saúde e Trabalho e Renda, o da Cruzeiro na dimensão Educação e o do Eixo-Baltazar na dimensão Habitação. Já, em relação aos índices mínimos, foram empregados o do bairro Glória na dimensão Saúde, os do Partenon nas dimensões Trabalho e Renda e Habitação e o do Extremo-Sul na dimensão Educação. Aqui, também as regiões mantêm as mesmas posições do ranking do Índice de Carência não-parametrizado.

Tabela 21; Ranking dos Índices de Carência reparametrizados por dimensão das regiões do OP

Região	Saúde rep.	Ranking Saúde	Trabalho e Renda rep.	Ranking TeR	Educ. rep.	Ranking Educ.	Habit. rep.	Ranking Habit.
1.Humaitá/ Navegantes/ Ilhas	0,185	9°	0,458	7°	0,747	2°	0,466	9°
2. Noroeste	0,088	10°	0,054	15°	0,370	6°	0,198	12°
3. Leste	0,052	13°	0,360	11°	0,391	5°	0,182	13°
4. Lomba do Pinheiro	0,082	11°	0,586	5°	0,033	14°	0,077	15°
5. Norte	0,063	12°	0,124	14°	0,219	8°	0,630	6°
6. Nordeste	0,469	4°	0,698	3°	0,577	3°	0,946	3°
7. Partenon	0,023	14°	0,000	16°	0,171	10°	0,000	16°
8. Restinga	1,000	1°	1,000	1°	0,090	13°	0,992	2°
9. Glória	0,000	16°	0,133	13°	0,107	12°	0,340	11°
10. Cruzeiro	0,422	5°	0,194	12°	1,000	1°	0,120	14°
11. Cristal	0,367	7°	0,590	4°	0,288	7°	0,548	7°
12. Centro-Sul	0,231	8°	0,405	10°	0,508	4°	0,693	5°
13. Extremo-Sul	0,391	6°	0,476	6°	0,000	16°	0,530	8°
14. Eixo-Baltazar	0,483	3°	0,878	2°	0,146	11°	1,000	1°
15. Sul	0,001	15°	0,414	8°	0,212	9°	0,403	10°
16. Centro	0,639	2°	0,407	9°	0,026	15°	0,696	4°

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Rep = reparametrizado

Índice de Carência relativo

A tabela 22 indica o ranking do Índice Multidimensional de Carência relativo (ICR) das regiões do OP. Para encontrar esse índice, foi considerado como base as regiões do OP com o menor IC. Para calcular os IC1 relativo, IC2 relativo e IC3 relativo, foi utilizado como base os índices da região Partenon. Isso possibilita a leitura de que a pobreza multidimensional nessas regiões é x% superior à pobreza encontrada no lugar menos pobre da cidade.

Os índices relativos apontam que a Restinga apresenta níveis de carência que variam de 32% a 36% superiores ao do Partenon. Já os graus de carência das regiões Nordeste e Eixo-Baltazar são respectivamente de 25% a 27% e de 24% a 26% maiores do que o do Partenon.

As regiões Glória e Noroeste possuem indicadores relativos bem próximos aos do Partenon. Enquanto os índices relativos da Glória são de 2% a 4% superiores, os do Noroeste são 4% e 6% maiores.

Tabela 22: Ranking do Índice Multidimensional de Carência relativo com diferentes ponderações das dimensões para as regiões do OP

Região	ICR 1	ICR 2	ICR 3
7. Partenon	100	100	100
9. Glória	104	102	103
2. Noroeste	106	104	105
4. Lomba do Pinheiro	106	107	106
15. Sul	108	106	108
5. Norte	109	105	108
3. Leste	108	107	108
13. Extremo-Sul	114	114	113
12. Centro-Sul	118	115	117
11. Cristal	118	118	117
16. Centro	119	120	117
1.Humaitá/Navegantes/Ilhas	117	116	117
10. Cruzeiro	117	119	118
14. Eixo-Baltazar	126	124	124
6. Nordeste	127	125	126
8. Restinga	134	136	132

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

A tabela acima possibilita uma melhor visualização das posições relativas das diferentes regiões do OP. Nos Índices de Carência relativos, vemos que a Restinga é 34% em média mais pobre do que o Partenon. Esse número nos dá uma indicação não somente de *ordem* da pobreza, o que é importante para focalização de ações públicas e governamentais, mas da *intensidade* do problema entre as diferentes regiões.

Essa análise pode ser feita por dimensões, com o propósito de se verificar com um maior nível de detalhamento os problemas enfrentados pelos indivíduos nas diferentes regiões. A tabela 23 mostra o ranking dos Índices de Carência relativos por dimensões das regiões do OP. No caso da dimensão Saúde, a região base foi a Glória. Comparando com essa, as regiões Restinga, Centro, Nordeste e Eixo-Baltazar foram as que apresentaram os maiores índices relativos de carência na dimensão saúde, com valores 55%, 35%, 26% e 26% superiores respectivamente. Deve-se qualificar esses percentuais como extremamente elevados, escondendo **grande diversidade espacial da pobreza dentro da cidade**.

Nas dimensões Trabalho & Renda e Habitação, a região base foi o Partenon. As regiões Restinga, Eixo-Baltazar e Nordeste alcançaram os maiores índices relativos na dimensão Trabalho e Renda, com percentuais de 52%, 46% e 36% respectivamente, superiores ao do Partenon. Na dimensão Habitação, as regiões Eixo-Baltazar, Restinga e Nordeste chegaram a

níveis de carência respectivos de 54%, 53% e 51% maiores do que o Partenon – percentuais ainda mais elevados.

No caso da dimensão Educação, a região base foi a Extremo-Sul. Relativamente a essa, as três regiões com os índices mais altos foram Eixo-Baltazar, Restinga e Nordeste, com percentuais respectivos de 54%, 53% e 51% superiores.

Tabela 23: Ranking dos Índices de Carência relativos por dimensão das regiões do OP

Região	Saúde Relativo	Trabalho e Renda Relativo	Educação Relativo	Habitação Relativo
1. Humaitá/Navegantes/Ilhas	110	124	123	125
2. Noroeste	105	103	111	111
3. Leste	103	119	112	110
4. Lomba do Pinheiro	105	130	101	104
5. Norte	103	106	107	134
6. Nordeste	126	136	117	151
7. Partenon	101	100	105	100
8. Restinga	155	152	103	153
9. Glória	100	107	103	118
10. Cruzeiro	123	110	130	106
11. Cristal	120	131	109	129
12. Centro-Sul	113	121	115	137
13. Extremo-Sul	121	125	100	128
14. Eixo-Baltazar	126	146	104	154
15. Sul	101	122	106	122
16. Centro	135	121	101	137

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa feita em Porto Alegre em junho de 2007.

Os principais resultados dos ICs e dos ICRs mostram como uma análise multidimensional da pobreza pode ser mais útil na identificação das principais privações enfrentadas pelas pessoas pobres. Os dados gerados por esta pesquisa foram centrados na noção de capacitações, de modo, que os indicadores calculados são sinalizações de privações multidimensionais de capacitações. Os resultados destes indicadores podem ser usados para a discussão de políticas públicas e governamentais necessárias para a mudança dessas realidades bem como para a definição de uma ordem de sequenciamento no tratamento do problema.

3.3 O Indicador de Pobreza Extrema (IPE)

3.3.1 Procedimento Metodológico

A pobreza extrema é destacada aqui como uma categoria distinta de pobreza. Isso porque a natureza dos problemas enfrentados pelas pessoas é diferente quando o grau de intensidade multidimensional das privações é muito elevado. O conceito de pobreza extrema não é claro na literatura. No entanto, nesta seção, apresenta-se um indicador específico de pobreza extrema (IPE), idealizado para avaliar, dentre as pessoas já consideradas pobres, quais são aquelas com as privações mais severas. O indicador varia entre 0 e 1, sendo consideradas extremamente pobres as pessoas com $IPE > 0.33$. Vale ressaltar que esse parâmetro é arbitrário e serve apenas para que se possa estimar o número de pessoas nessa situação. Assim, não se deve interpretar que as pessoas com $IPE < 0.33$ não estejam sujeitas a algum nível de miserabilidade. Como o IPE possui várias dimensões, pode-se encontrar um indivíduo que não seja extremamente pobre na média, privado de alguns funcionamentos importantes. Rigorosamente, só pode ser considerado efetivamente como “não pobre extremo” aquele indivíduo que tiver $IPE = 0$. Deste modo, ressalta-se que se $0 < IPE \leq 1$ o indivíduo tem algum grau de pobreza extrema. Obviamente, quanto mais próximo de 1 o valor estimado, mais pobre extremo o indivíduo é.

O IPE é composto por 6 variáveis, oriundas do bloco de carências extremas do questionário aplicado na presente pesquisa. Salienta-se que essas 6 questões não foram utilizadas para o cálculo do Indicador de Carências (IC), o que garante total independência entre os dois índices. Neste ponto, é importante resgatar a idéia de que o Indicador de Carências apresentado anteriormente não teve o objetivo de estimar o número de pobres em Porto Alegre, pois todos os entrevistados na pesquisa apresentavam alguma característica de pobreza. Já o IPE diferencia-se nesse aspecto, visto que busca estimar o número de pobres que vivem em condições de miserabilidade.

Deste modo, cabe agora apresentar as 6 variáveis utilizadas para o cálculo do IPE. Por não estarem explicitamente associadas às 4 dimensões consideradas na pesquisa, as variáveis aqui propostas foram incluídas com o mesmo peso na formulação do indicador.

i) Variável “Esmola”: questão que buscou estimar se o entrevistado já havia pedido esmola na rua, e qual a periodicidade com que isto acontecia ou acontece. Nesta variável, usou-se a informação do entrevistado sobre o “tempo de esmola” para diferenciar aqueles que esmolam a

pouco tempo daqueles que o fazem de longa data. Assim, quanto mais perto de 1 estiver a variável, mais tempo faz que o indivíduo encontra-se nessa situação². Caso o indivíduo nunca tenha pedido esmola, o indicador é igual a zero. Veja que algumas pessoas muito pobres não necessariamente podem ter passado pela experiência de pedir esmola. Esta dimensão, assim como as demais incluídas nesse índice, buscam ser específicas da condição de pobreza extrema.

ii) Variável “Humilhação”: questão que buscou averiguar se o entrevistado alguma vez já sofreu algum tipo de constrangimento em função de sua condição de pobreza. Quando o entrevistado declarou já ter sido humilhado, tem-se o indicador dessa questão igual a 1; por consequência, quando declarou nunca ter sido humilhado, tem-se o indicador igual a zero. Deve-se enfatizar aqui a relação associativa perguntada entre humilhação e pobreza. Outros tipos de humilhação, não-associados à pobreza, não foram considerados.

iii) Variável “Moradia”: questão formulada com o intuito de medir se os indivíduos possuem local onde possam desfrutar de uma noite de sono. Caso o indivíduo tenha declarado que alguma vez dormiu na rua por não ter para onde ir, tem-se o indicador igual a 1; caso tenha respondido negativamente, tem-se que seu indicador é igual a zero.

iv) Variável “Frio”: questão com o propósito de captar o número de pessoas entrevistadas que já passaram frio por não possuir roupas adequadas ou por estarem em local desprotegido. Se o entrevistado declarou que já passou frio por um desses motivos, tem-se o seu indicador igual a 1; caso contrário tem-se o indicador igual a zero. Reconhece-se que essa variável tem-se *a priori* um poder discriminatório mais baixo, por ser mais comum a experiência de passar frio entre os indivíduos mais pobres.

v) Variável “Fome”: questão formulada para estimar se o entrevistado alguma vez no último mês ficou um dia inteiro sem comer por não possuir dinheiro para comprar comida para si ou para os seus filhos. Os indivíduos que responderam positivamente tiveram seu indicador igualado a 1, da mesma forma que os indivíduos que declararam não ter passado fome, no último mês, tiveram seu indicador igualado a zero.

² Para fazer essa adaptação, fez-se uso da lógica *fuzzy*.

vi) Variável “Confiança”: questão que se propôs a medir em quantas pessoas cada indivíduo entrevistado confia. Acredita-se que esta questão é importante no âmbito do estudo da miserabilidade, visto que no questionário aplicado anteriormente boa parte dos entrevistados referiram que é miserável aquele que não quem possa o ajudar nos momentos de dificuldade. Assim, caso o entrevistado tenha assinalado que não confia em ninguém, teve seu indicador considerado igual a 1; caso tenha assinalado que confia em uma ou mais pessoas, seu indicador foi considerado igual a zero.

Não obstante, duas idéias centrais merecem ser reforçadas. A primeira é de que cada um dos 6 componentes do IPE foi estimado para cada indivíduo entrevistado, resultando obviamente em um índice geral para cada pessoa. A segunda idéia central é que todas as 6 variáveis que compõem o IPE têm a mesma importância, ou seja, cada uma dessas variáveis tem peso 1/6 na formulação final. Desta forma, pode-se escrever o Indicador de Pobreza Extrema do indivíduo *i* de acordo com a seguinte expressão:

$$\mathbf{IPE}_i = (V_{esm})(1/6) + (V_{hum})(1/6) + (V_{mor})(1/6) + (V_{fri})(1/6) + (V_{fom})(1/6) + (V_{con})(1/6)$$

Embora seja um indicador calculado individualmente, salienta-se que não há qualquer restrição matemática ou metodológica à agregação dos indicadores e obtenção de valores médios para grupos ou localidades diferentes. Nesse sentido, além dos cálculos para Porto Alegre, optou-se por estimar um índice equivalente por gênero e também para cada uma das 16 regiões do OP. Em outras palavras, para calcular o IPE para a cidade como um todo ou para alguma região, basta calcular a média do índice entre todos os moradores do local de interesse. Da mesma forma, para estimar o IPE por gênero, basta calcular separadamente o índice médio dos indivíduos dos sexos masculino e feminino.

A vantagem desse procedimento é a possibilidade de investigação sobre as diferenças no padrão de distribuição da miserabilidade entre localidades e diferentes grupos de interesse.

3.3.2) Resultados: Indicador de Pobreza Extrema para Porto Alegre

O número de questionários válidos para o cálculo do IPE para a cidade de Porto Alegre foi de 8998³. O resultado mais expressivo é que, dentre o total de entrevistados, tem-se 3087 pessoas extremamente pobres, o que corresponde a **34,3% dos indivíduos**. Em situação oposta, tem-se 3310 indivíduos com IPE = 0. Tais pessoas, cuja proporção é de 36,8% da amostra, não podem ser consideradas extremamente pobres, de acordo com os nossos critérios. Ainda existe o grupo de pessoas com grau de miserabilidade diferente de zero, mas que de acordo com o parâmetro considerado não estão entre os que enfrentam situação de pobreza extrema. Em outras palavras, são pessoas com grau de miserabilidade baixo.

Obviamente, pode-se dividir a amostra em diversos grupos, de forma a captar melhor a informação existente no indicador sobre cada entrevistado. Assim, apresenta-se a seguir um gráfico que nos permite esta visualização mais precisa.

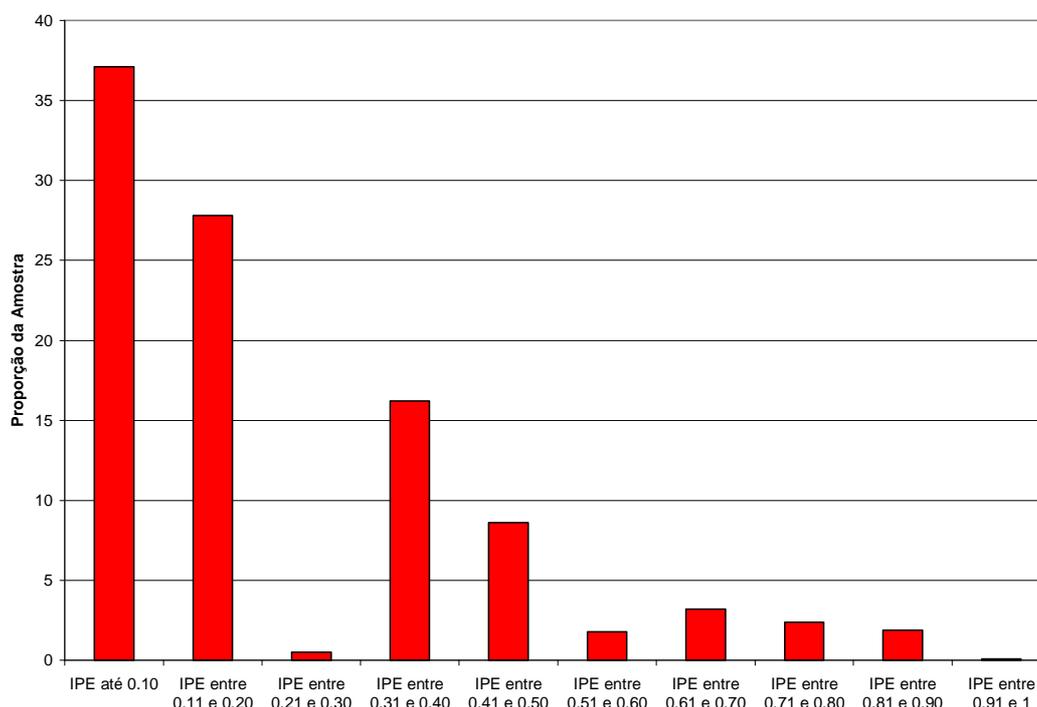


Gráfico 1 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

Cabe, por fim, o seguinte exercício de abstração. Caso a cidade de Porto Alegre fosse representada por apenas um indivíduo dessa amostra, esse elemento representativo teria IPE =

³ Em todos os IPEs calculados, teve-se alguma perda de questionário por preenchimento insuficiente.

0.21. Isto indica que a cidade estaria no grupo que não é considerado miserável, mas também não está livre de algum grau de privação extrema, mesmo que relativamente moderada. Este raciocínio pode ser bastante útil se quisermos comparar sinteticamente cada região da cidade com a média municipal.

3.3.3) Resultados: Indicador de Pobreza Extrema por Gênero

Como já brevemente exposto, nesta seção busca-se estimar se a extrema pobreza é um fenômeno que atinge homens e mulheres com a mesma intensidade. O gráfico a seguir resume as informações de homens e mulheres, que por sua vez foram dispostos em categorias de privação distintas. Assim, pode-se fazer visualmente a comparação entre os sexos na questão da incidência da miserabilidade.

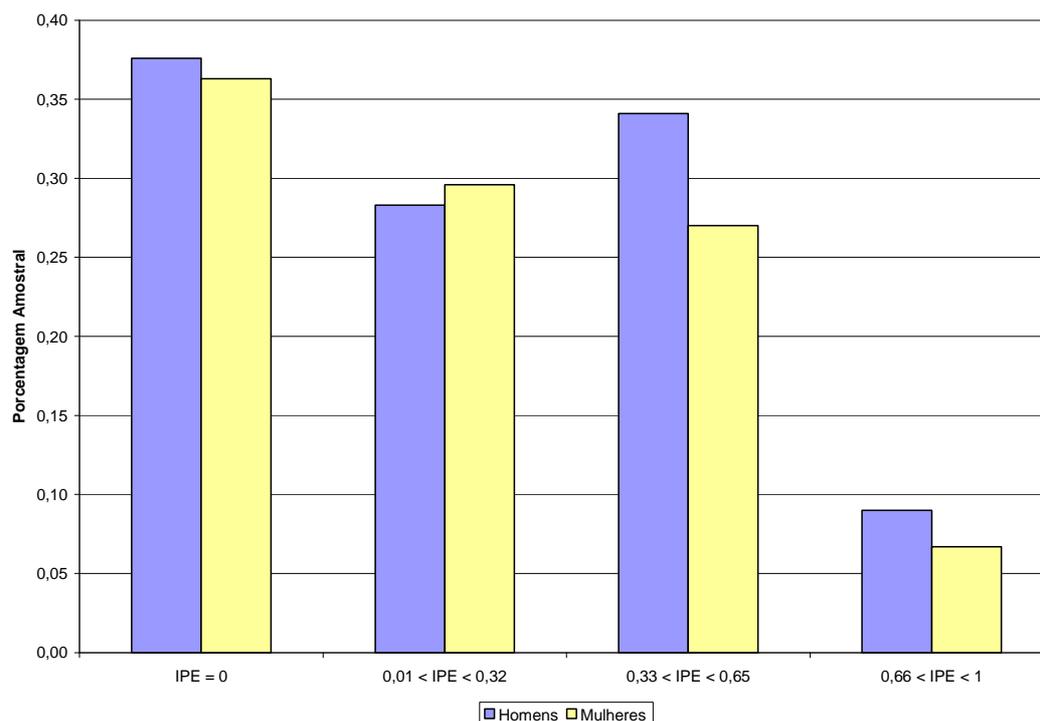


Gráfico 2 – Distribuição por Gênero do Índice de Pobreza Extrema - IPE

Constata-se que a proporção de homens e mulheres dentro das faixas consideradas é semelhante. As diferenças existentes são muito reduzidas para que se possa esboçar alguma argumentação a respeito. Prova disso é que ao estimar-se IPEs médios para homens e mulheres, os resultados são respectivamente 0.22 e 0.21.

3.3.4) Resultados: Indicador de Pobreza Extrema por Região

1) Humaitá Navegantes Ilhas

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 36%, valor apenas um pouco superior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 41%, valor este também superior ao encontrado na cidade. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.20$.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.43. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.01. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

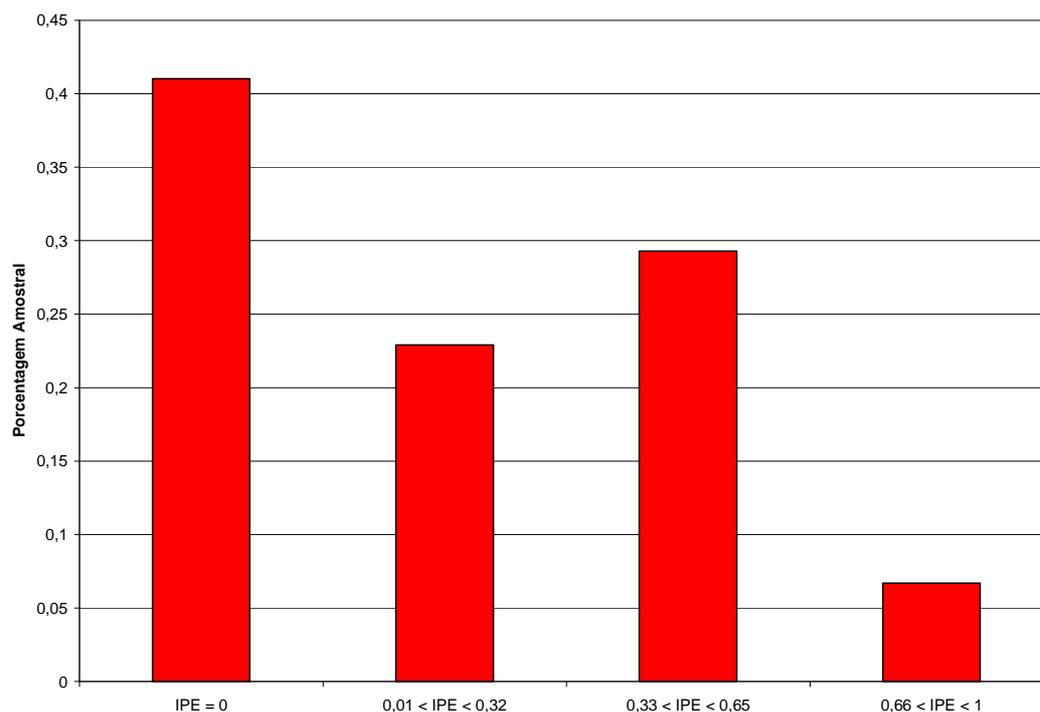


Gráfico 3 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

2) Noroeste

A proporção de entrevistados nesta região em situação de pobreza extrema é de 38,4%, acima do encontrado em Porto Alegre como um todo. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 41,4%, o que é um número relativamente alto, quando se compara com outras regiões. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.19$, valor relativamente satisfatório, indicando grau de miserabilidade baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.48. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.01, assim como na região anterior. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

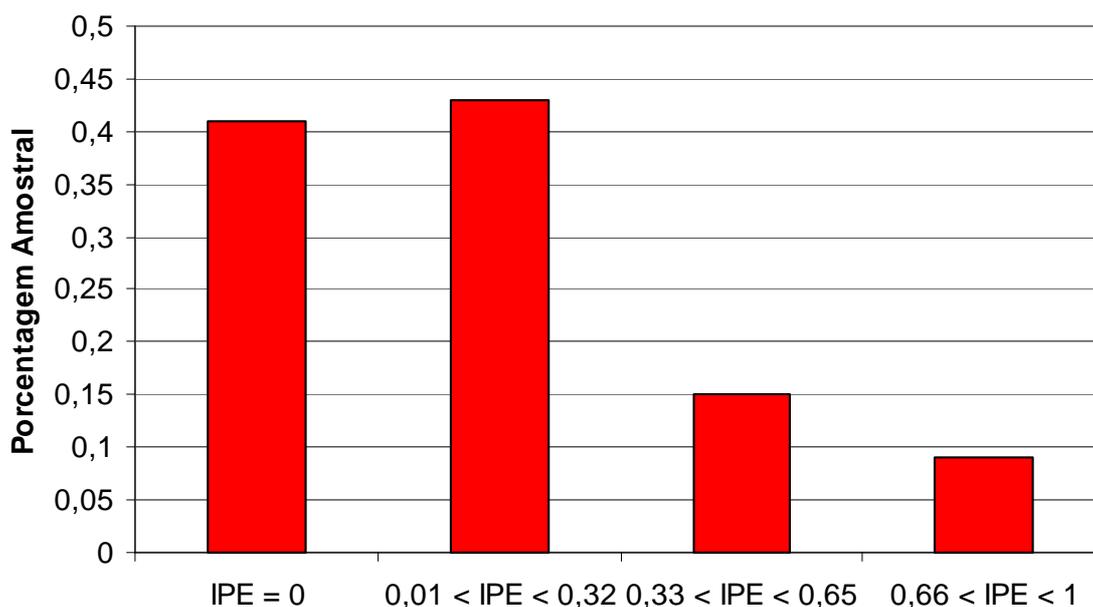


Gráfico 4 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

3) Leste

Nesta região, a proporção de entrevistados em situação de pobreza extrema é de 30,1%, valor um pouco menor do que o encontrado em Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 35,9%. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.20$, valor relativamente satisfatório, indicando grau de miserabilidade baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0,37. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

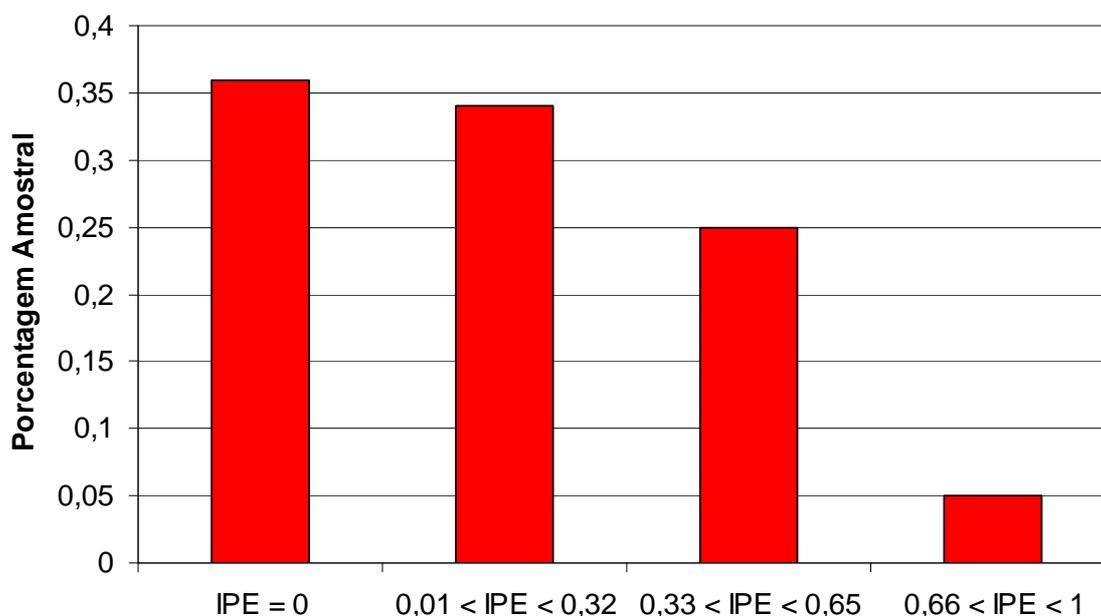


Gráfico 5 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

4) Lomba do Pinheiro

Nesta região, a proporção de entrevistados em situação de pobreza extrema é de 30,9%, valor um pouco menor do que o encontrado em Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 42,7%. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.17$, valor relativamente satisfatório, indicando grau de miserabilidade baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Humilhação”, que atingiu o valor de 0,39. Nas regiões anteriores essa dimensão não apareceu como a de pior desempenho. Já a dimensão com melhor desempenho continua sendo a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.



Gráfico 6 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

5) Norte

A proporção de entrevistados nesta região em situação de pobreza extrema é de 27,7%, patamar consideravelmente inferior ao de Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 42,3%, o que é um número relativamente satisfatório, quando se compara com outras regiões. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.18$, o que indica grau de miséria relativamente baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0,36. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0,02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

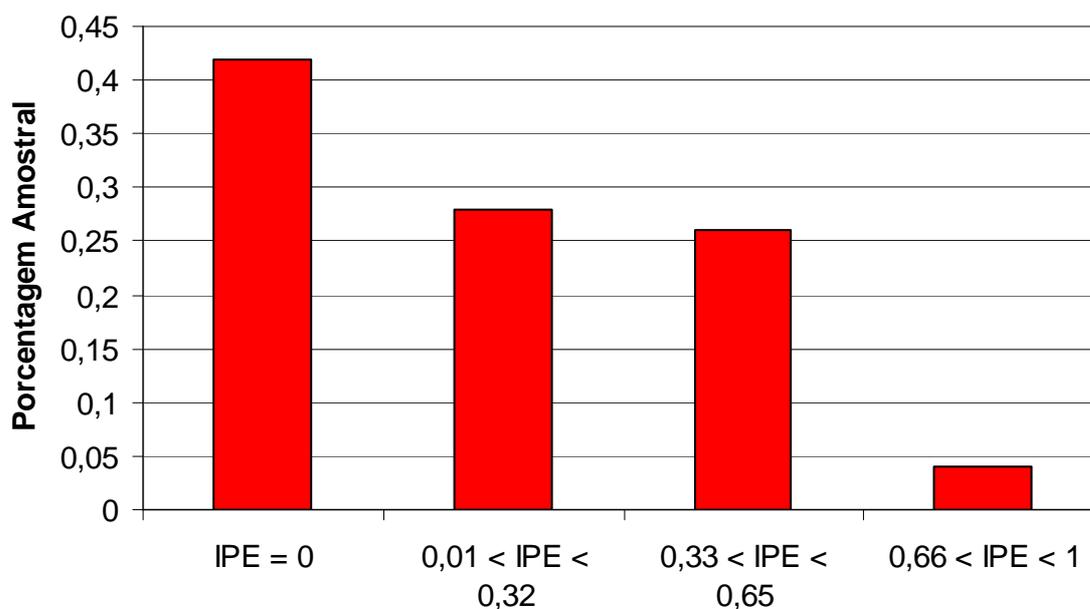


Gráfico 7 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

6) Nordeste

Nesta região tem-se um dos mais altos níveis de pobreza extrema de Porto Alegre, o percentual de pessoas em situação de miséria é de 44,8%. Cabe ressaltar que a proporção de extremamente pobres estimada para Porto Alegre foi de 34,3%, e em algumas regiões este número está em torno de 27%. Desta forma, tais números podem evidenciar um problema específico da região nordeste. Apenas 29% dos entrevistados não apresentaram nenhum grau de miserabilidade. O IPE médio da região é de 0,27.

Não obstante, dentre as 6 questões consideradas, a que teve pior desempenho foi novamente a Variável “Frio”, com indicador de 0,46. A questão com melhor desempenho relativo foi a Variável “Esmola”, com indicador de 0,7. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

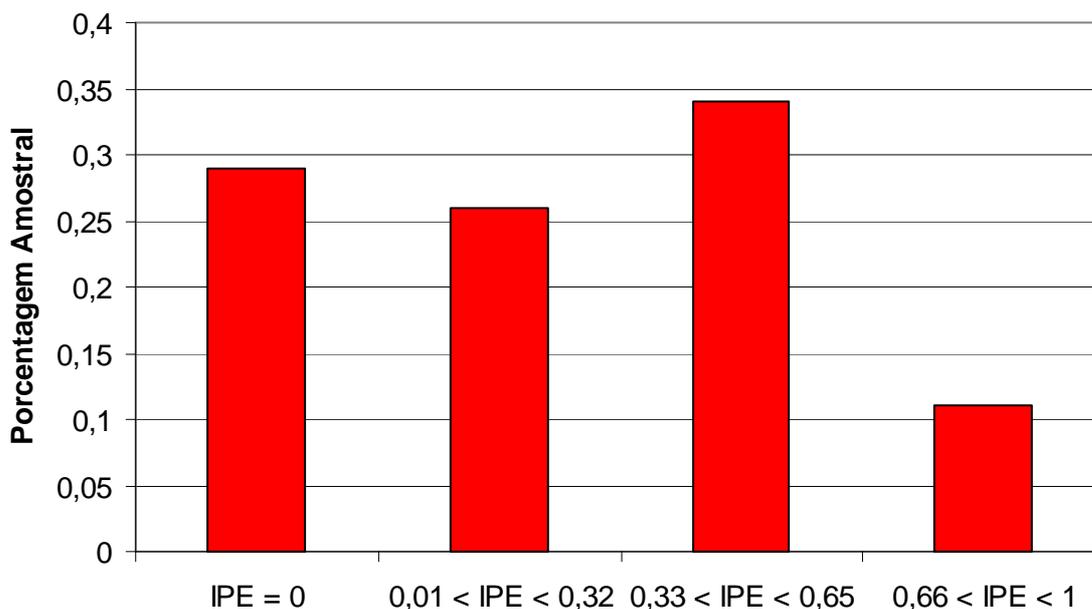


Gráfico 8 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

7) Partenon

A proporção de entrevistados nesta região em situação de pobreza extrema é de 36,6%, estando assim bastante próxima ao encontrado em Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 34,3%. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.19$, o que indica grau de miséria relativamente baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Humilhação”, que atingiu o valor de 0,35. Já a dimensão com melhor desempenho foi novamente a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0,02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

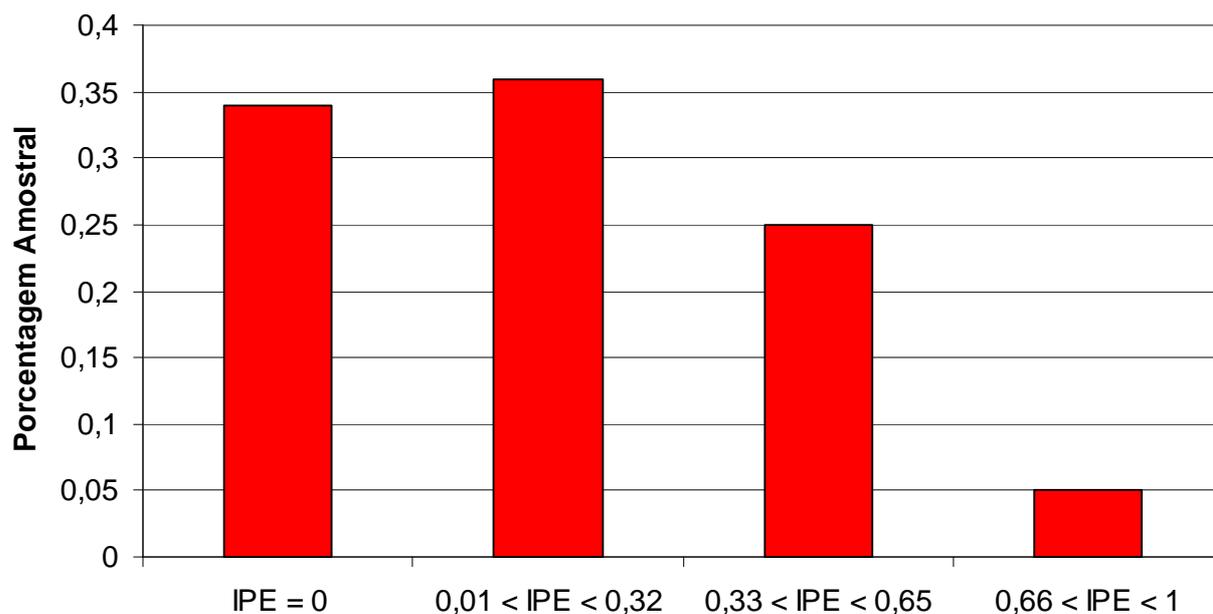


Gráfico 9 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

8) Restinga

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 45,4%, percentual bastante elevado, que reflete uma realidade de privações severas. Prova disso é que apenas 15% da amostra não apresenta nenhum traço de miserabilidade. Assim como na região Nordeste, há evidências de privação espacialmente concentrada. Complementarmente, ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.27$, valor relativamente elevado.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.74, bastante acima das demais regiões. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

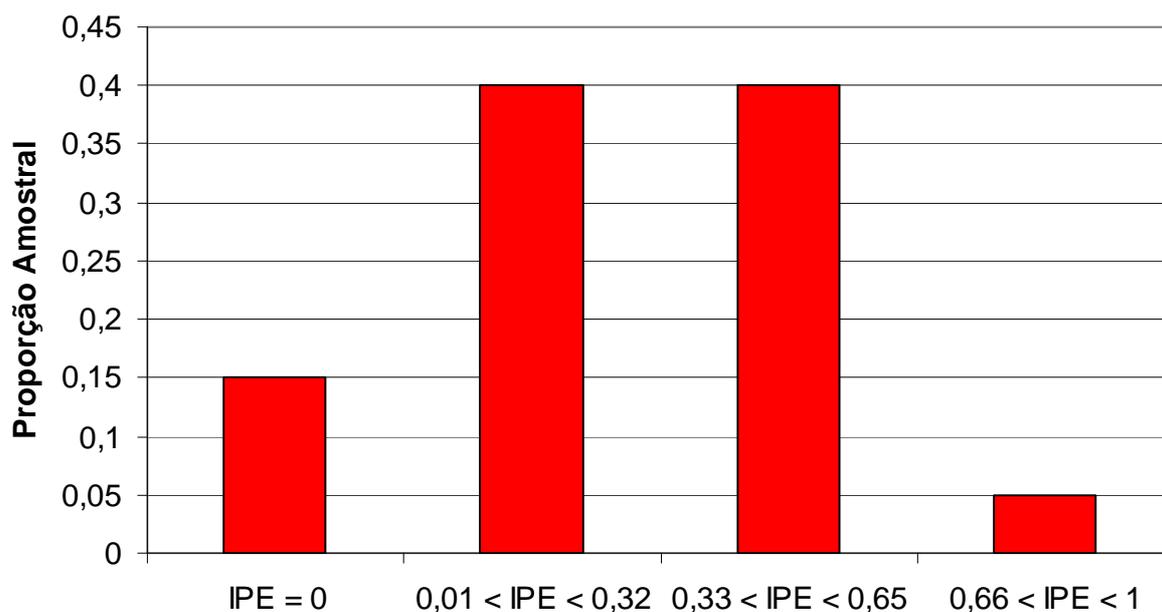


Gráfico 10 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

9) Glória

A proporção de entrevistados nesta região em situação de pobreza extrema é de 25%, valor consideravelmente inferior ao da maioria das regiões. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é elevada, em torno de 47%. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.16$, um dos menores indicadores de Porto Alegre.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Humilhação”, que atingiu o valor de 0,32. Já a dimensão com melhor desempenho foi novamente a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0,03. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

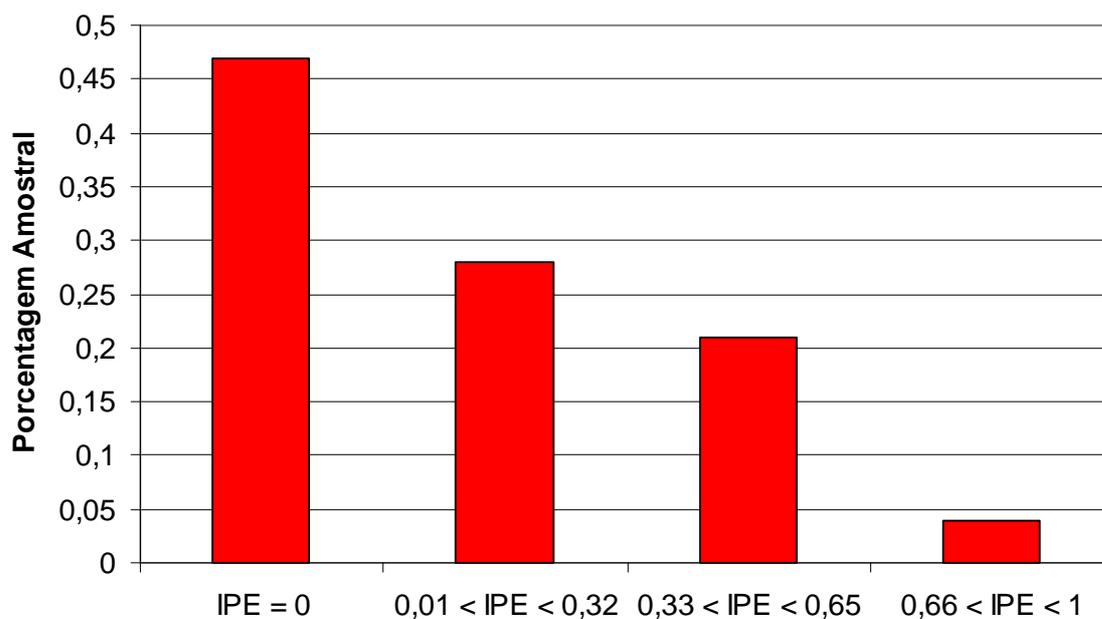


Gráfico 11 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

10) Cruzeiro

A proporção de entrevistados nesta região em situação de pobreza extrema é de 30,9%, estando assim bastante próxima à média para toda a cidade de Porto Alegre. Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 38,6%. Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0.20$, o que indica grau de miséria relativamente baixo.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Humilhação”, que atingiu o valor de 0,35. Já a dimensão com melhor desempenho foi novamente a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0,02. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

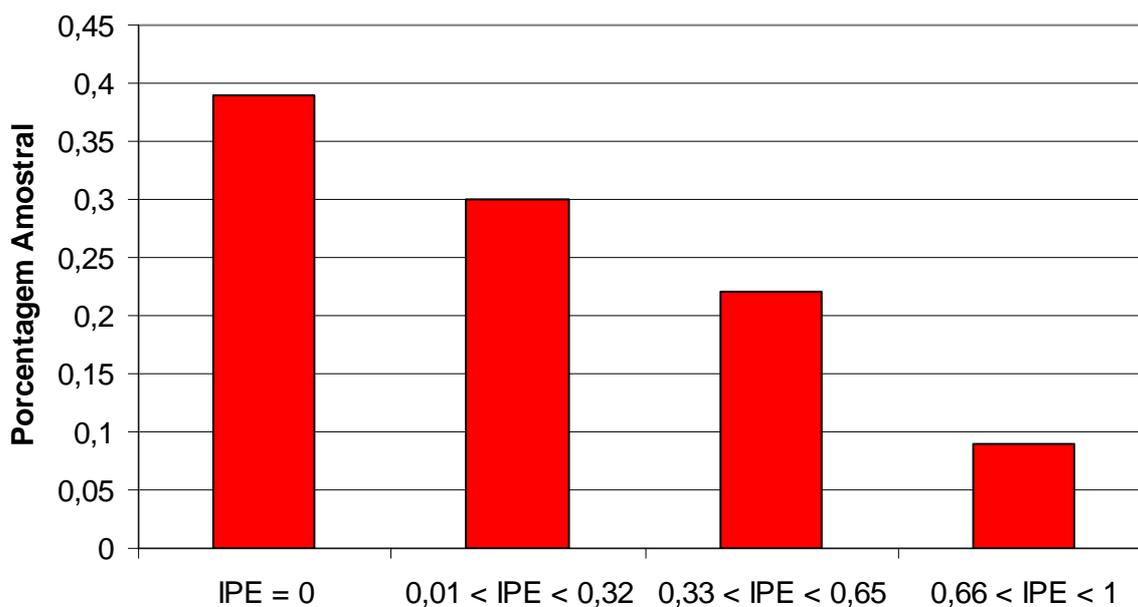


Gráfico 12 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

11) Cristal

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 47,5%, valor sensivelmente superior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 25,9%, percentual este inferior ao encontrado na cidade (36,8%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a IPE = 0.28.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.47. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.05. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

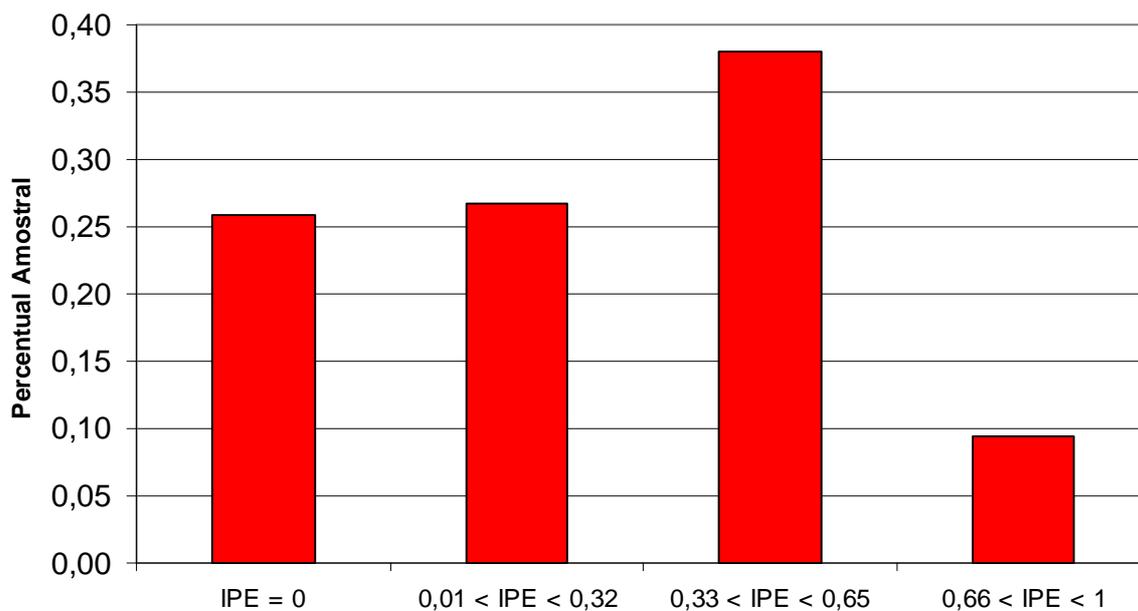


Gráfico 13 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

12) Centro-Sul

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 27,3%, valor inferior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 38,4%, percentual este também superior ao encontrado na cidade (36,8%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a IPE = 0.18.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.30. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.03. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

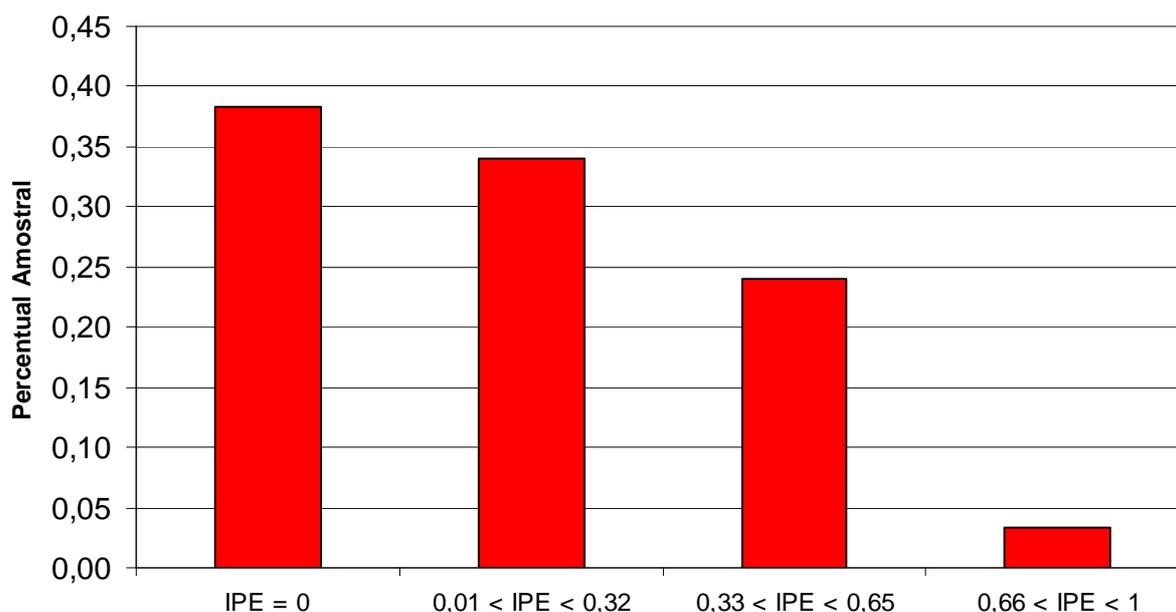


Gráfico 14 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

13) Extremo-Sul

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 30,3%, valor inferior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum vestígio de pobreza extrema é de 39,1%, percentual este também superior ao encontrado na cidade (36,8%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a IPE = 0.20.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.30. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.03. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

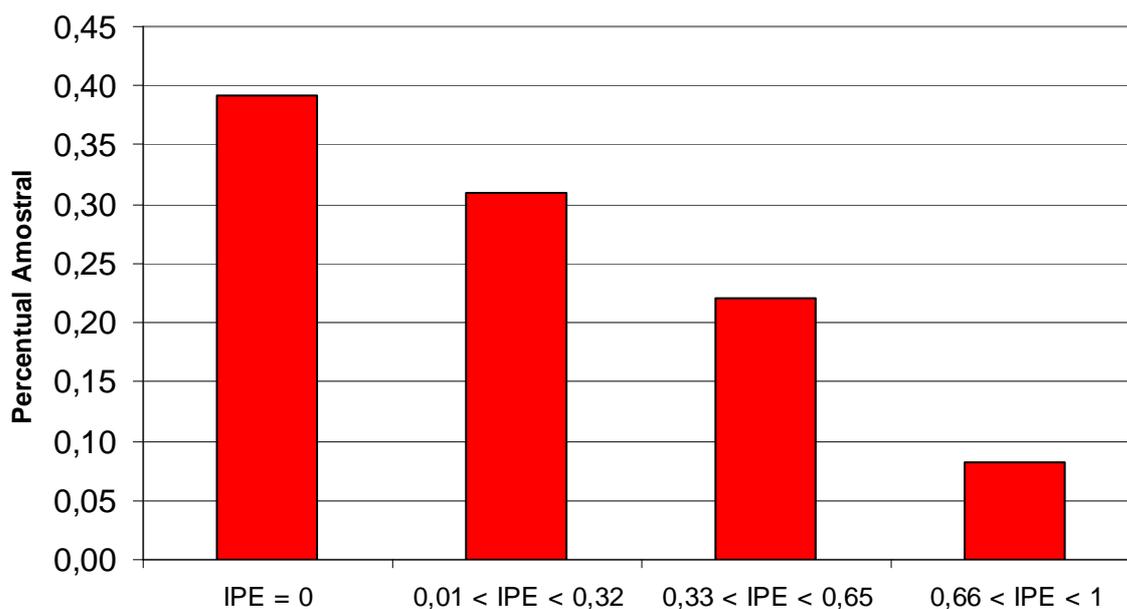


Gráfico 15 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

14) Eixo-Baltazar

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 36,8%, valor superior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum indício de pobreza extrema é de 30,9%, percentual este também inferior ao encontrado na cidade (30,1%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0,23$.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.43. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.05. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

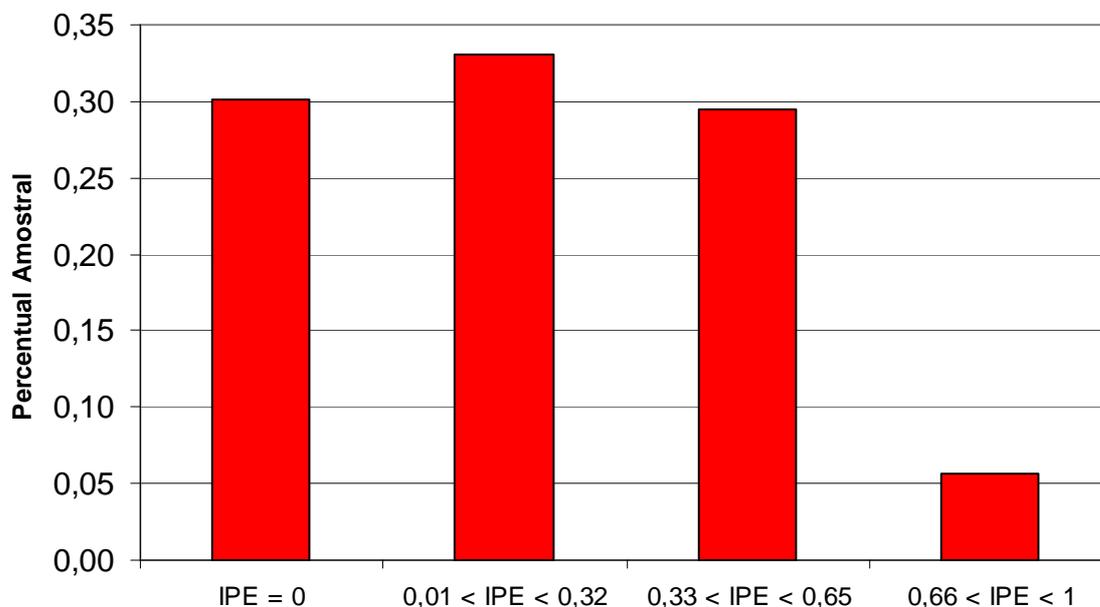


Gráfico 16 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

15) Sul

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 32,9%, valor levemente abaixo ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum indício de pobreza extrema é de 33,3%, percentual este também inferior ao encontrado na cidade (36,8%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a IPE = 0,22.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Confiança”, que atingiu o valor de 0.43. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.08. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

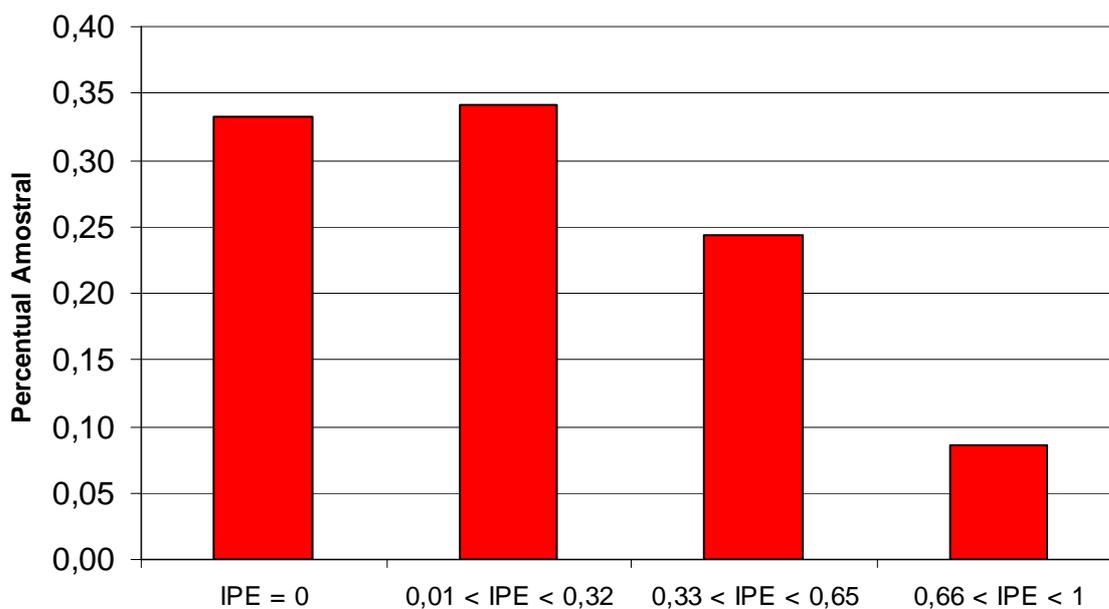


Gráfico 17 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

16) Centro

A proporção de entrevistados desta região em situação de pobreza extrema é de 49,1%, valor superior ao encontrado para a cidade de Porto Alegre (34,3%). Já a proporção de pessoas sem nenhum indício de pobreza extrema é de 30,9%, percentual este também inferior ao encontrado na cidade (36,8%). Ao extrair-se a média da amostra da região, chega-se a $IPE = 0,33$.

Salienta-se que, dentre as 6 dimensões consideradas, a que teve pior desempenho nesta região foi a Variável “Frio”, que atingiu o valor de 0.47. Já a dimensão com melhor desempenho foi a Variável “Esmola”, com indicador de apenas 0.08. O gráfico a seguir mostra mais detalhadamente a distribuição da amostra.

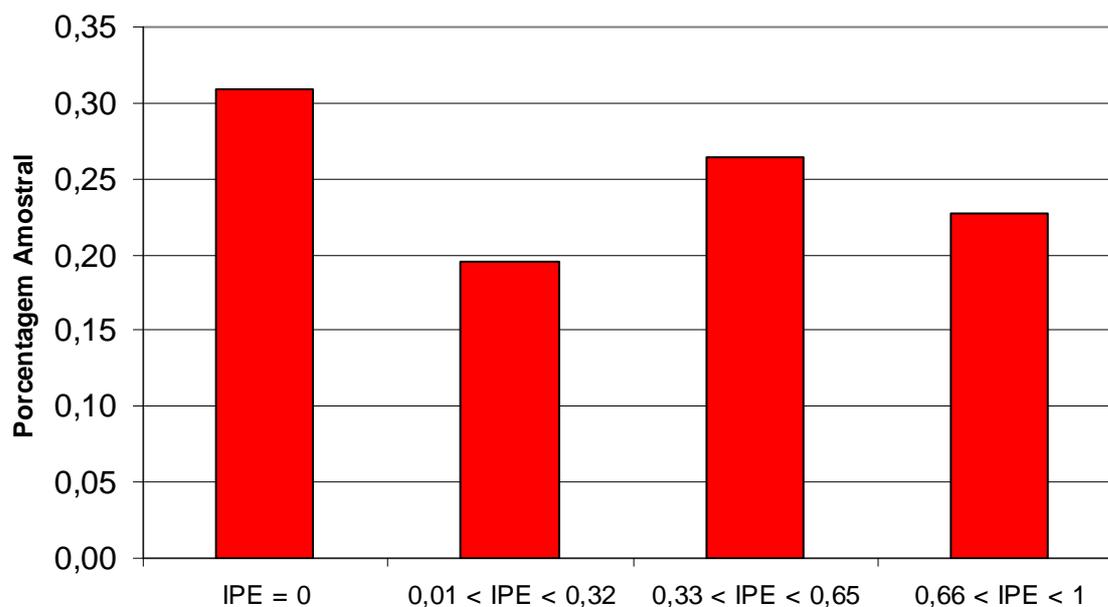


Gráfico 18 – Distribuição por faixas do Índice de Pobreza Extrema - IPE

3.3.5) Ranking Comparativo entre Regiões (IPE)

Para finalizar a apresentação do Indicador de Pobreza Extrema, discute-se aqui com um pouco mais de detalhamento o desempenho relativo entre as regiões de Porto Alegre. No decorrer deste relatório, ficou evidenciado que existem heterogeneidades dentro da cidade, no que diz respeito ao fenômeno da pobreza e da extrema pobreza.

Neste sentido, tem-se a seguir uma tabela que resume as informações mais importantes relativas ao Indicador de Pobreza Extrema.

Tabela 1 – Classificação das Regiões no Indicador de Pobreza Extrema

Regiões	% de Pobres Extremos	IPE médio	Rank IPE médio
Humaitá Navegantes Ilhas	36,0%	0,2039	8
Noroeste	38,4%	0,1938	11
Leste	30,1%	0,1976	9
Lomba do Pinheiro	30,9%	0,1752	15
Norte	27,7%	0,1839	13
Nordeste	44,8%	0,2668	4
Partenon	36,6%	0,1935	12
Restinga	45,4%	0,2669	3
Glória	25,0%	0,1627	16
Cruzeiro	30,9%	0,2056	7
Cristal	47,5%	0,2759	2
Centro-Sul	27,3%	0,1807	14
Extremo-Sul	30,3%	0,1964	10
Eixo-Baltazar	36,8%	0,2294	5
Sul	32,9%	0,2246	6
Centro	49,1%	0,3251	1
Porto Alegre	34,3%	0,2131	-

Percebe-se que 10 regiões encontram-se em situação relativamente melhor do que a cidade como um todo. Tal fato sugere que as 6 regiões com desempenho pior do que a média acumulam um percentual elevado da amostra. A região Centro foi a que obteve pior desempenho, classificada como número 1 no ranking da pobreza extrema. As regiões Cristal, Restinga e Nordeste também apresentaram IPE superior às demais localidades.

No outro extremo, temos as regiões com desempenho relativo satisfatório, como por exemplo a Glória, que tem “apenas” 25% de seus entrevistados em situação de miserabilidade. As regiões Lomba do Pinheiro e Centro-Sul também destacaram-se relativamente nesse sentido.

4 – Considerações Finais

Este relatório mostrou que é possível construir uma visão multidimensional da pobreza, de uma maneira ao mesmo tempo participativa e objetiva. Ou seja, ao integrar um processo de *consulta* à preparação do questionário, possibilitou-se a identificação de dimensões e seleção de pesos na montagem do indicador baseada em um exercício valorativo conduzido pelas próprias pessoas da comunidade. Com isso evitou-se o elemento de arbitrariedade na seleção de variáveis quase sempre presente na formulação de novos indicadores. As dimensões selecionadas foram transformadas, através do uso da Abordagem das Capacitações, em questões objetivas, com o propósito de evitar distorções comuns em análises participativas. Mais do que isso, no entanto, é importante mencionar que este trabalho envolveu uma capacitação de líderes comunitários, que foram preparados para atuar como pesquisadores do projeto. Esta capacitação envolveu uma reflexão sobre os conceitos de pobreza e sobre as técnicas de trabalho utilizadas.

Os resultados obtidos fornecem informações específicas para a priorização espacial de políticas públicas na cidade de Porto Alegre. Com a informação de quais regiões do OP são mais pobres e em quais dimensões pode-se decidir melhor sobre a alocação de recursos dentro da cidade, focalizando naqueles problemas considerados importantes pelas próprias pessoas entrevistadas. Esse é um grande avanço metodológico em relação a outros tipos de indicadores produzidos em gabinete, que não refletem julgamentos normativos feitos pela comunidade.

Espera-se que o esforço posto na formulação dessa metodologia para a obtenção dos resultados alcançados seja apenas o princípio de um processo de aperfeiçoamento das instituições de governança na cidade. Com uma informação de melhor qualidade, produzida a nível de região do OP podemos aperfeiçoar o próprio processo de entendimento dos cidadãos sobre a natureza dos problemas a serem enfrentados, com conseqüente melhoria dos mecanismos de tomada de decisão.

Anexo I – Instruções para Pesquisadores



Pesquisa Condições de Pobreza em Porto Alegre - Consulta Instruções para pesquisadores

Apresentação & Objetivo da Pesquisa

Sugestão: “Bom Dia/Boa Tarde. Por favor, estamos fazendo uma pesquisa sobre as dificuldades e privações das pessoas que vivem em Porto Alegre. O senhor (ou senhora) tem 5-10 minutos para responder a algumas poucas perguntas? Nós estamos fazendo essa pesquisa juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a PUC e a Prefeitura de Porto Alegre. O objetivo da pesquisa é dar informação para a população sobre as reais necessidades das pessoas, ajudando também o governo em programas de redução da pobreza. As perguntas não são sobre o senhor (ou senhora), mas são sobre a sua opinião sobre a comunidade em que vive.”

Organização da Pesquisa de Campo

Nos primeiros dias das entrevistas, os pesquisadores serão divididos em grupos por região do OP, formados por 3 pessoas (ou quantos houverem). Cada grupo deve combinar para irem juntos e entrevistar o número de questionários estabelecido para cada bairro. As equipes poderão trabalhar dentro da sua região, mas deverão aplicar questionários fora do seu bairro. Sugere-se que a equipe (grupo) se reúna no início da manhã ou tarde e procurem fazer as entrevistas nas ruas juntos. Isso dá mais segurança. Em um segundo momento, a pesquisa será organizada em grupos maiores.

A pesquisa é dividida em duas rodadas. Na primeira rodada, que chamamos ‘Consulta’, serão entrevistadas 10 mil pessoas. Na segunda rodada, que será o questionário em sí, serão entrevistadas 10 mil pessoas também. Acharmos que serão necessários de 7-10 dias para fazer as entrevistas da ‘Consulta’ e 15 dias para a segunda rodada de entrevistas.

Desempenho

O critério que será utilizado para avaliar o quanto cada pessoa trabalha é o número de questionários feito. É importante que todos os questionários da consulta tenham o endereço dos entrevistados pois depois outros pesquisadores voltarão para entrevistá-los na próxima rodada. **Só serão contados questionários que tenham o endereço ‘achável’ dos entrevistados.**

Verificação

Haverá uma equipe responsável por apoiar os colegas pesquisadores. Eles acompanharão as equipes de campo, solucionando dúvidas. Só receberão a remuneração final e terão cópias dos resultados da pesquisa aqueles entrevistadores que trabalharem nas duas rodadas e fizerem pelo menos 200 entrevistas na primeira rodada e pelo menos 200 entrevistas na segunda rodada. Estima-se que para isso serão necessárias algo como 4 horas de trabalho diário. Não haverá remuneração proporcional.

Anexo II - Descrição das Variáveis

1. A dimensão **Saúde (S)** será composta pelos indicadores:

1.1. Compraria mais comida se tivesse mais dinheiro (MaisCom):

= 0 para não

= 1 para sim

1.2. Comeu menos porque não tinha dinheiro (ComeuMen):

= 0 para não

= 1 para sim

1.3. Sentiu fome, mas não comeu (SentFome):

= 0 para não

= 1 para sim

1.4. Vai ao médico sempre que está doente (VaoMedic):

= 0 para sim

= 1 para não

1.5. Frequência que vai ao dentista (FreqDent):

= 0 para menos de 1 vez por ano

= 1/3 para 1 vez por ano

= 2/3 para só quando tem dor de dente

= 1 para nunca foi

1.6. Vive com medo de alguma coisa (Medo):

= 0 para não

= 1 para sim

2. A dimensão **Trabalho e Renda (TeR)** será composta pelos indicadores:

2.1. Está empregado (Emprego):

= 0 para empregado com carteira assinada

= 0,5 para empregado informal

= 1 para desempregado

2.2. Já trabalhou com carteira assinada (CartAssi):

= 0 para sim

= 1 para não

2.3. Já vendeu alguma coisa de dentro de casa para comer (VenComer):

= 0 para não

= 1 para sim

2.4. Precisou pedir dinheiro para poder comer (PediuDin):

= 0 para não

= 1 para sim

2.5. Mandou filho pedir dinheiro (FilhoDin):

= 0 para não

= 1 para sim

2.6. Alguma conta de casa não foi paga (ContaNP).

= 0 para não

= 1 para sim

3. A dimensão **Educação (E)** será composta pelos indicadores:

3.1. Cite o nome completo do presidente e da governadora (PresGov):

= 0 se acertou os dois nomes

= 0,5 se acertou um dos nomes

= 1 se errou os dois nomes

3.2. Já usou a internet (Internet):

= 0 para sim

= 1 para não

3.3. Tem algum plano para sair da pobreza (Plano):

= 0 para sim

= 1 para não

3.4. Até que série o seu filho deve estudar (SerieFilho):

= 0 para quem respondeu faculdade ou mais

= 1 para quem respondeu segundo grau ou menos

3.5. Responsável por resolver o principal problema do país (RespProb):

= 0 para quem se incluiu entre os responsáveis

= 1 para quem não se incluiu entre os responsáveis

3.6. O que é preciso para conseguir um bom trabalho (BomTrab):

= 0 para quem citou educação, capacitação ou treinamento

= 1 para quem não citou esses tipos de itens

4. A dimensão **Habitação (H)** será composta pelos indicadores:

4.1. Tempo que mora na casa (TempCasa):

- = 0 para quem mora há mais de 5 anos
- = 1/3 para quem mora entre 1 e 5 anos
- = 2/3 para quem mora entre 6 meses e 1 ano
- = 1 para quem mora há menos de 6 meses

4.2. Razão da mudança de endereço (Mudanca):

- = 0 para justificativas do tipo “casamento”, “separação” ou “quis mudar”
- = 1 para justificativas do tipo “violência”, “alagamento”, “área de risco”, “reassentamento”, “despejo” ou “preço do aluguel”

4.3. O número de quartos da casa é suficiente (Quartos):

- = 0 para sim
- = 1 para não

4.4. Condições de moradia no inverno (ConMoradia):

- = 0 para bem aquecida e não chove dentro
- = 1/3 para faz um frio moderado, mas não chove dentro
- = 2/3 para faz um frio insuportável, mas não chove dentro
- = 1 para faz um frio insuportável e chove dentro

4.5. Foi roubado dentro de casa ou chegando em casa (Roubo):

- = 0 para não
- = 1 para sim

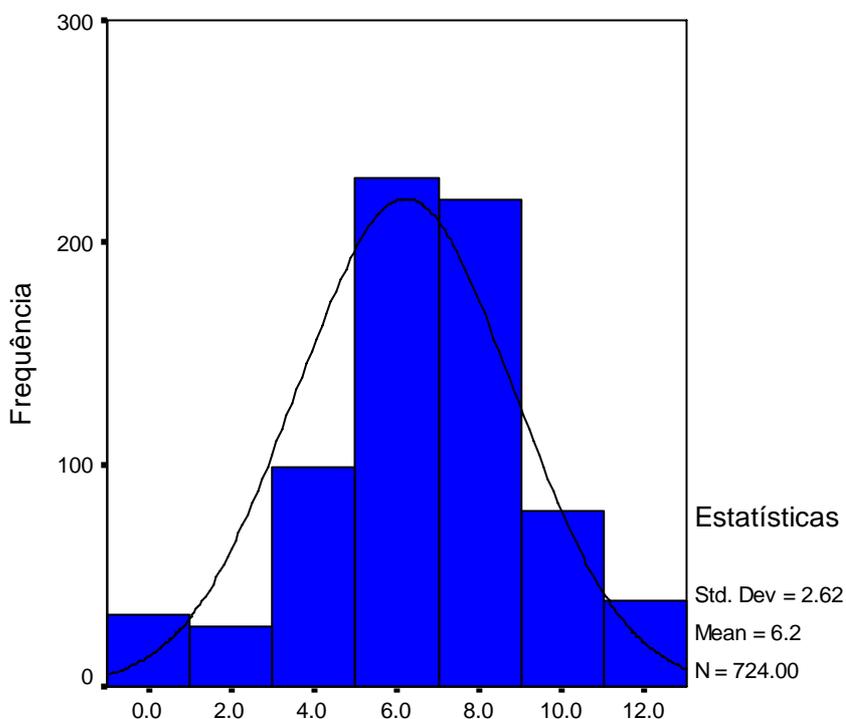
4.6. Dá para tomar banho todos os dias em casa (Banho):

- = 0 para sim
- = 1 para não

Anexo III - Descrição

Estatísticas: **Região 1 – Humaitá Navegantes**

Histograma: Anos de Estudo



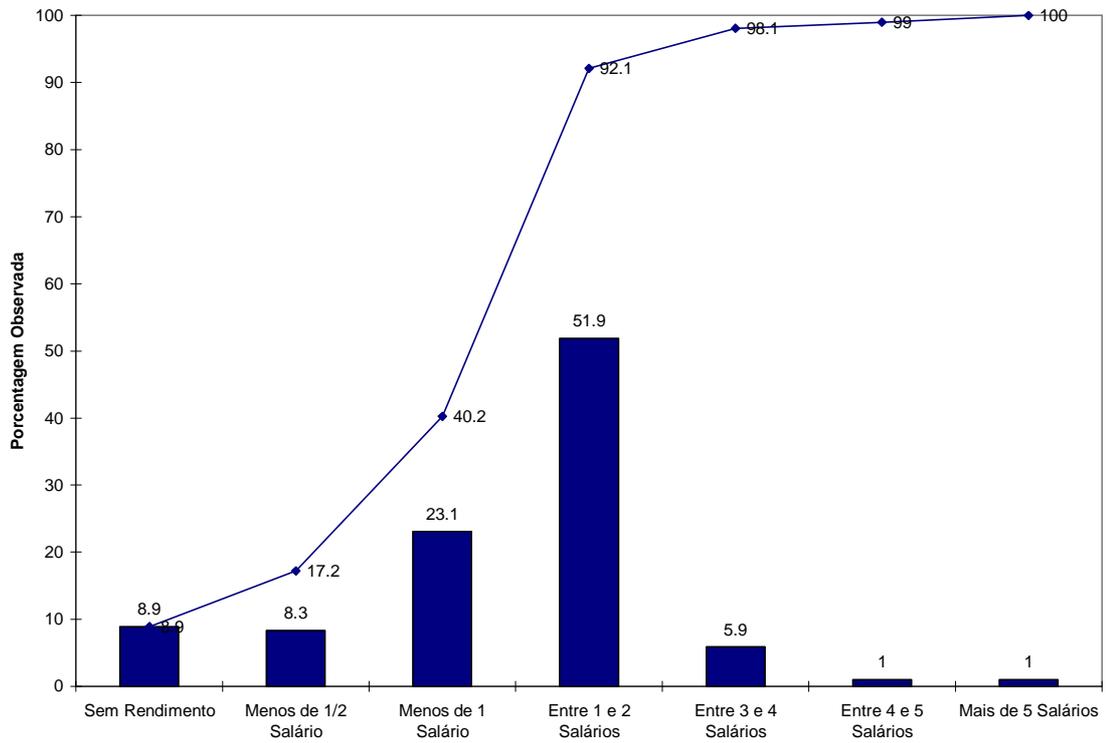
Foram aplicados 725 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 40%, contra 60% de mulheres. A idade mínima observada foi de 12 anos e a máxima de 91 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 39 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

A média de escolaridade observada na região foi semelhante a de Porto Alegre, em torno de 6.2 anos de estudo. Destaca-se que a frequência acumulada de até 8 anos de escolaridade foi relativamente alta, de 83,7%. Um ponto relativamente positivo foi a baixa proporção de pessoas sem nenhuma escolarização, em torno de 4.4% do total.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

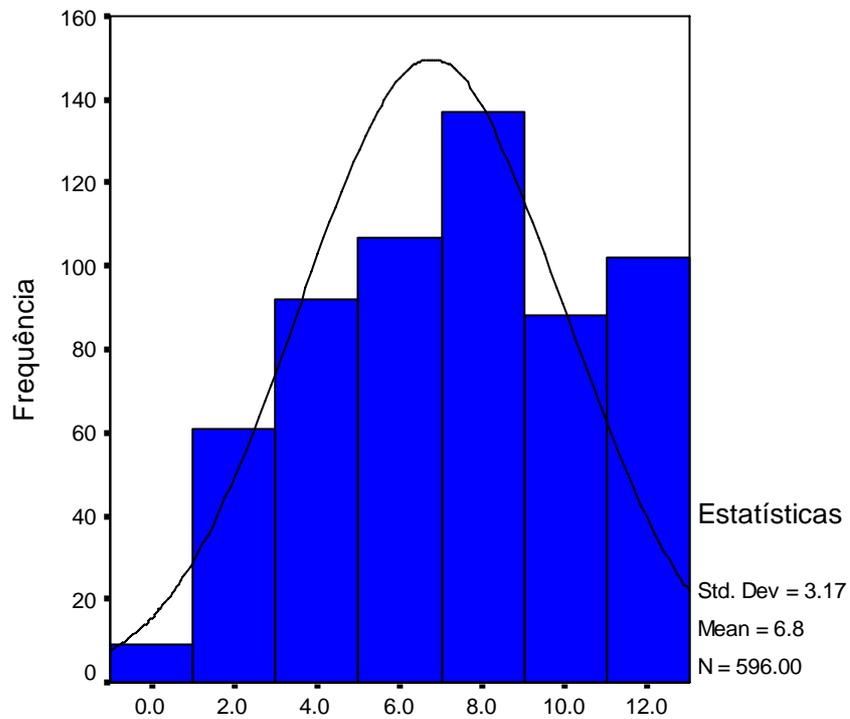
É interessante sublinhar que a proporção de pessoas que declarou não ter nenhum tipo de rendimento foi de 8,9%, valor este consideravelmente inferior ao observado em Porto Alegre. A frequência acumulada atingiu um valor bastante elevado já na faixa até dois salários mínimos, em torno de 92,1%. Nota-se ainda uma grande concentração de respostas na faixa entre 1 e 2 salários mínimos, ao redor de 51,9% dos entrevistados.

Rendimento Declarado



Estatísticas: **Região 2 – Noroeste**

Histograma: Anos de Estudo

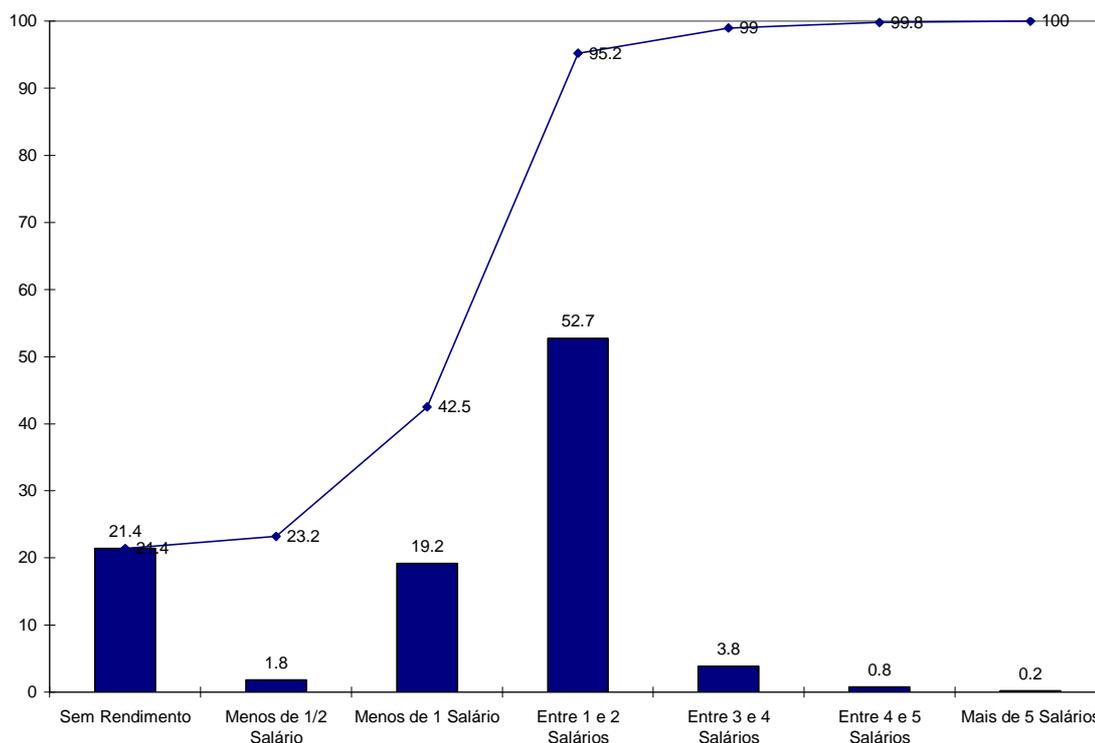


Foram aplicados 604 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 48%, contra 62% de mulheres. A idade mínima observada foi de 16 anos e a máxima de 80 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 40 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

A média de escolaridade declarada na região Noroeste foi em torno de 6,8 anos. A moda amostral foi de 8 anos de estudo, com frequência absoluta de 18,3%. Um ponto positivo foi que encontramos uma proporção considerável de entrevistados com 12 anos de escolaridade, o que equivale ao término do ensino médio, como já foi referido. De uma maneira geral, a situação da região em termos de educação formal é relativamente superior à da amostra como um todo.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado

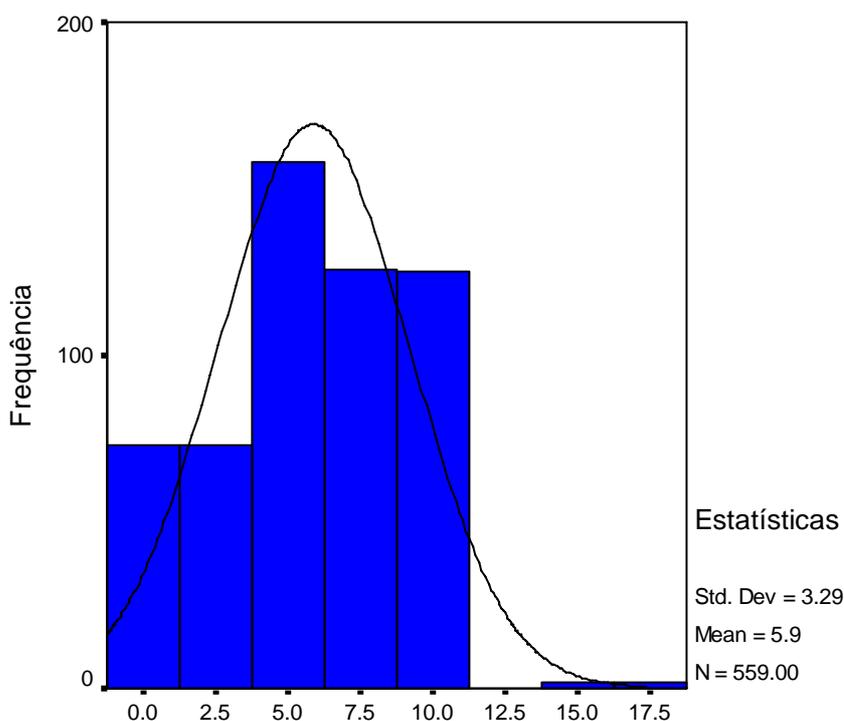


De forma contrária ao relativo bom desempenho no que tange à escolarização, o nível de renda dos entrevistados é baixo. A parcela de pessoas sem rendimento declarado foi de 21,4%, proporção bastante significativa. Em outras regiões este número encontra-se abaixo de

10%. Novamente a maior proporção de pessoas esteve na faixa entre 1 e 2 salários, com frequência de 52,7%. O número de pessoas nas faixas mais elevadas foi de menos de 4%.

Estatísticas: **Região 3 – Leste**

Histograma: Anos de Estudo

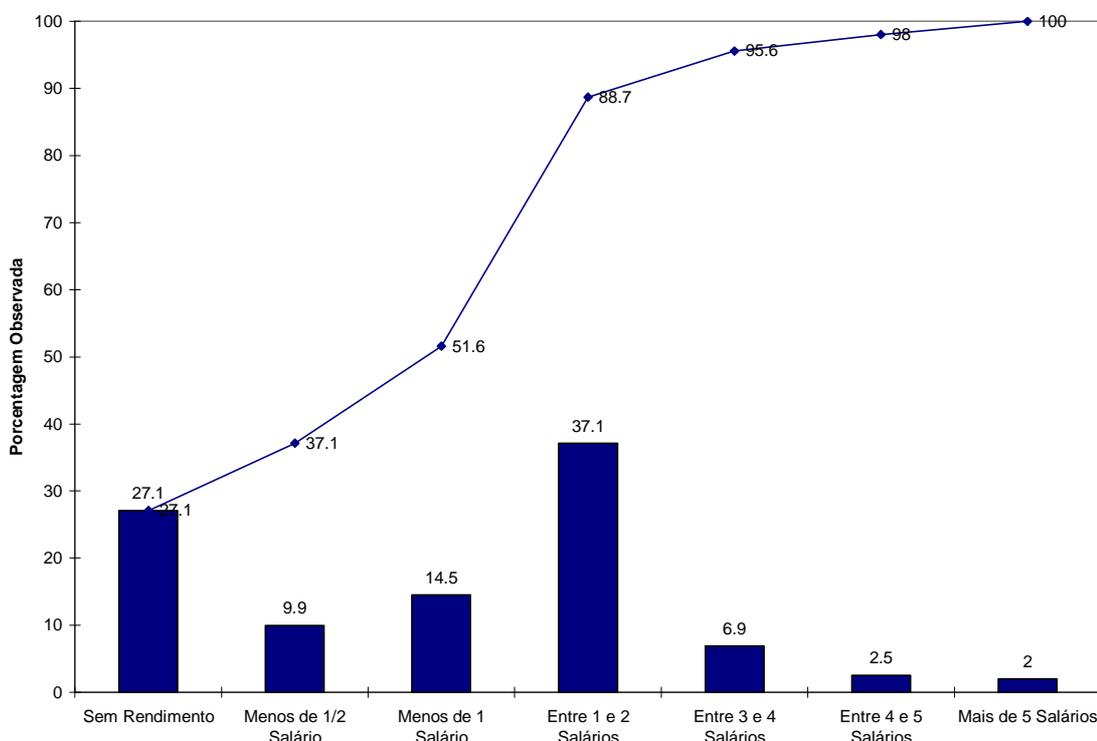


Foram aplicados 567 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 43,7%, contra 56,3% de mulheres. A idade mínima observada foi de 13 anos e a máxima de 98 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 36 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

Aqui, tem-se um quadro de baixa escolaridade, com média de 5.9 (menor do que a média de Porto Alegre), moda amostral de 5 anos de estudo e a frequência acumulada de pessoas que estudaram até 8 anos foi de 76,9%. Outro ponto negativo foi que praticamente inexistem entrevistados que tenham concluído o ensino médio, com um percentual em torno 0,8% da amostra.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado

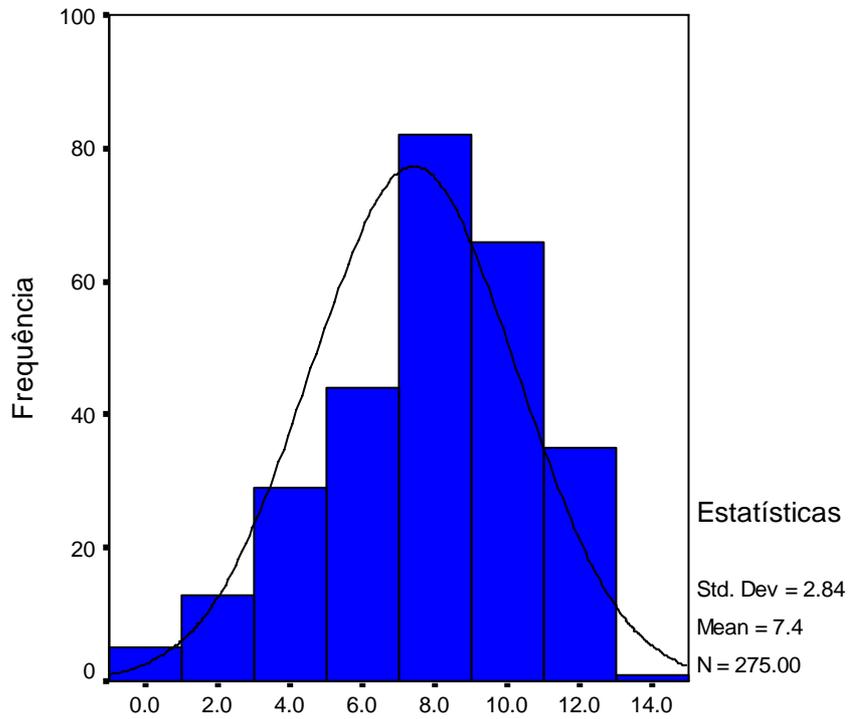


Nesta região, a proporção de pessoas sem rendimento declarado foi de 27,1%. Tal valor foi bastante elevado, mesmo levando-se em conta que estamos analisando uma amostra conhecidamente portadora de privações. Assim como em Porto Alegre, a maior parte das pessoas está na faixa entre 1 e 2 salários. No entanto, esse número é relativamente mais baixo, em torno de 37,1%, se compararmos com as demais regiões.

Estatísticas: **Região 4 – Lomba do Pinheiro**

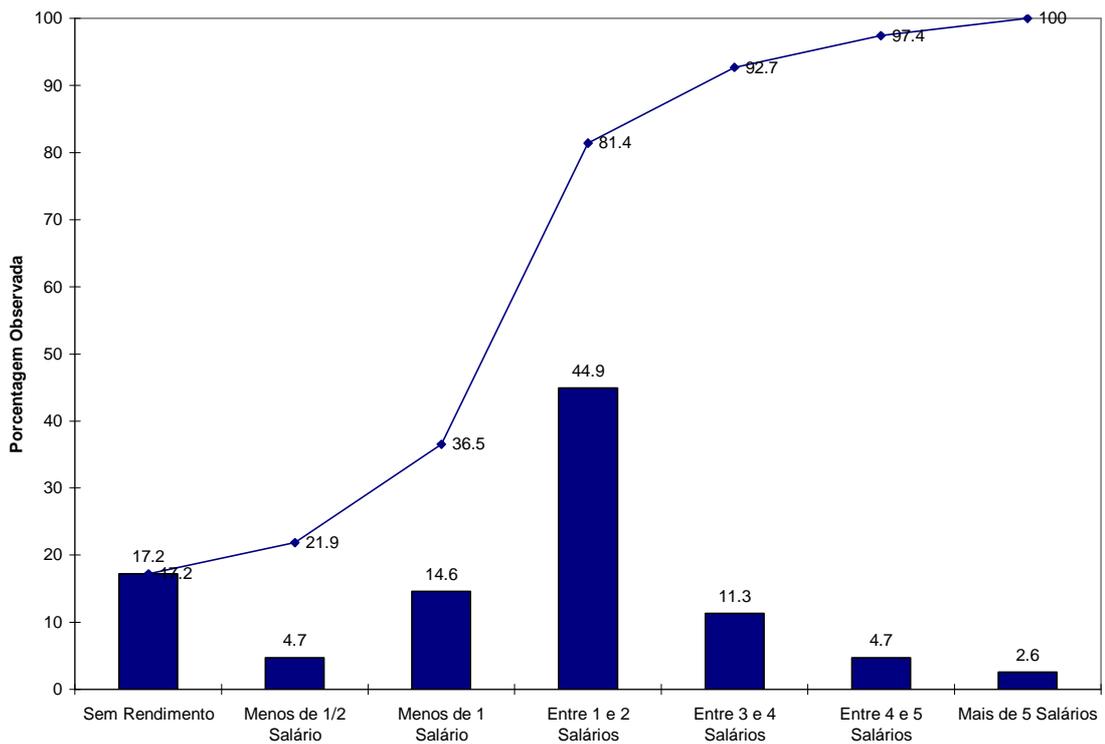
Nesta região, a média de anos de estudo da amostra é elevada para os padrões brasileiros, estando o valor em torno de 7,4 anos de estudo. Mais do que isso, temos que 22,5% das pessoas entrevistadas concluíram o ensino fundamental, e que 12,7% concluíram o ensino médio. Na mesma linha, o percentual de pessoas sem escolarização foi de apenas 1,8%, o que é um valor relativamente baixo para o universo observado.

Histograma: Anos de Estudo



O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

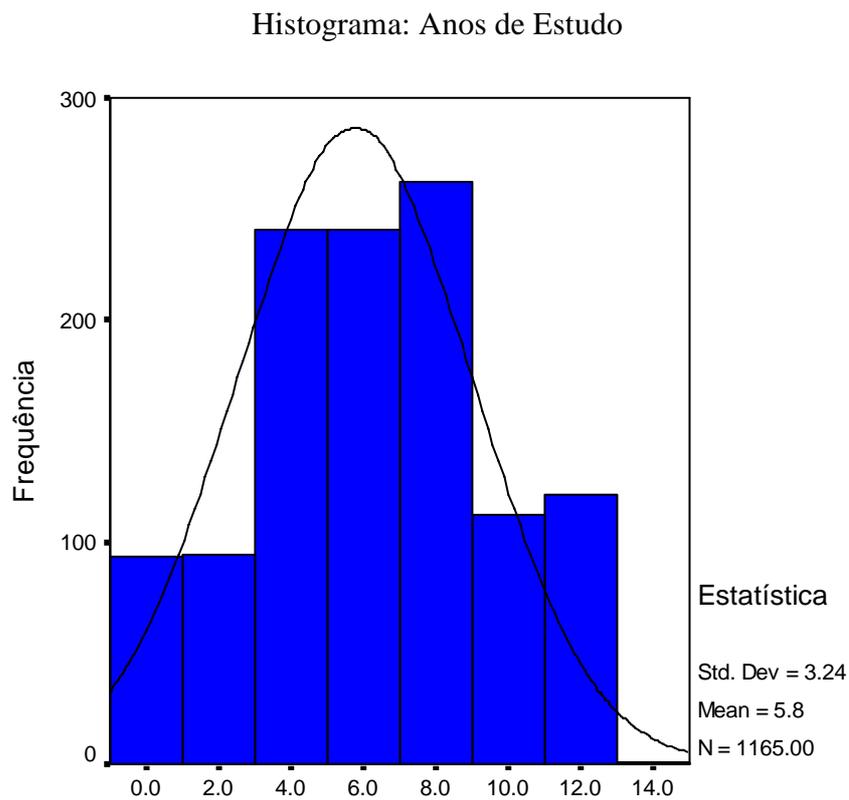
Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado (em Salários Mínimos)



A distribuição da amostra por níveis de renda na região da Lomba do Pinheiro é, de forma geral, semelhante ao que verificou-se em Porto Alegre. Novamente, pode-se ver que a maioria das pessoas encontra-se na faixa entre 1 e 2 salários. Nesse caso a proporção foi de 44.9%. A distribuição acumulada até esse ponto atingiu 81,4%, valor também próximo ao estimado para a amostra como um todo.

Estatísticas: **Região 5 – Norte**

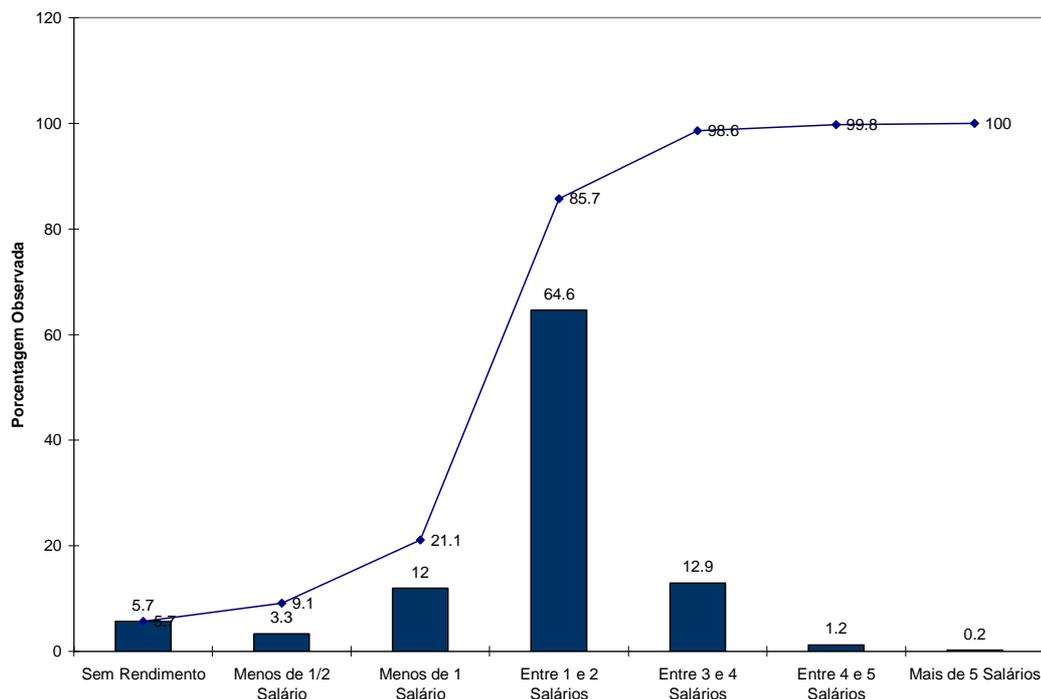
Foram aplicados 1169 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 28.8%, contra 71,2% de mulheres. Tal proporção de mulheres foi alta quando comparamos com as demais regiões. A idade mínima observada foi de 11 anos e a máxima de 81 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 41 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.



A média de escolaridade desta região foi de 5,8 anos, inferior à média de Porto Alegre. Outro ponto negativo é que a proporção de pessoas sem escolaridade foi relativamente alta, em torno de 8%. A moda amostral foi de 8 anos, com frequência de 17%.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

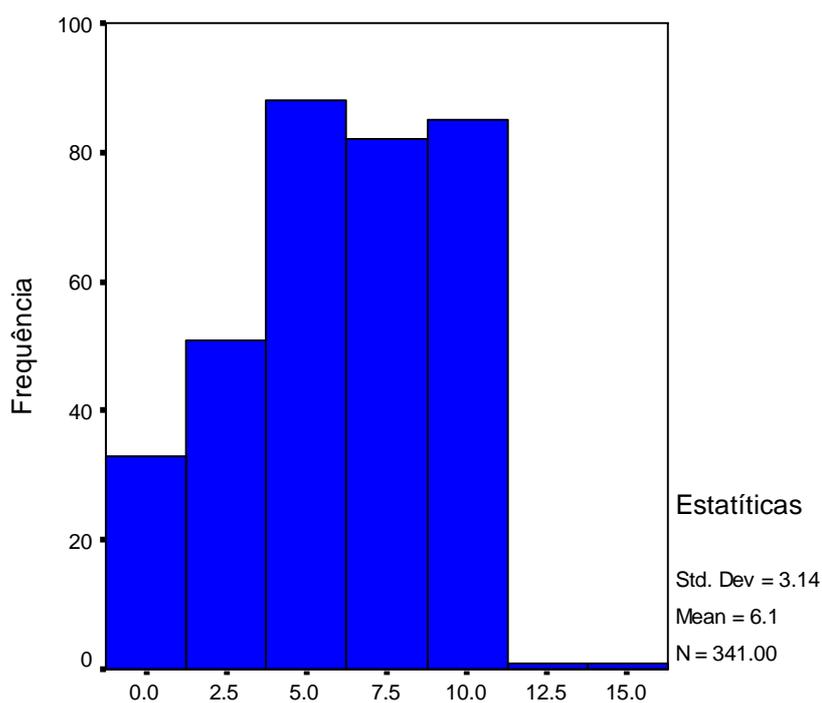
Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado (em Salários Mínimos)



O que mais chama a atenção nesse ponto é que 64,6% da amostra declarou rendimentos entre 1 e 2 salários. Tal proporção é alta mesmo para os padrões considerados. Outra constatação é que praticamente inexistem pessoas nas 2 faixas mais elevadas de renda.

Estatísticas: **Região 6 – Nordeste**

Histograma: Anos de Estudo

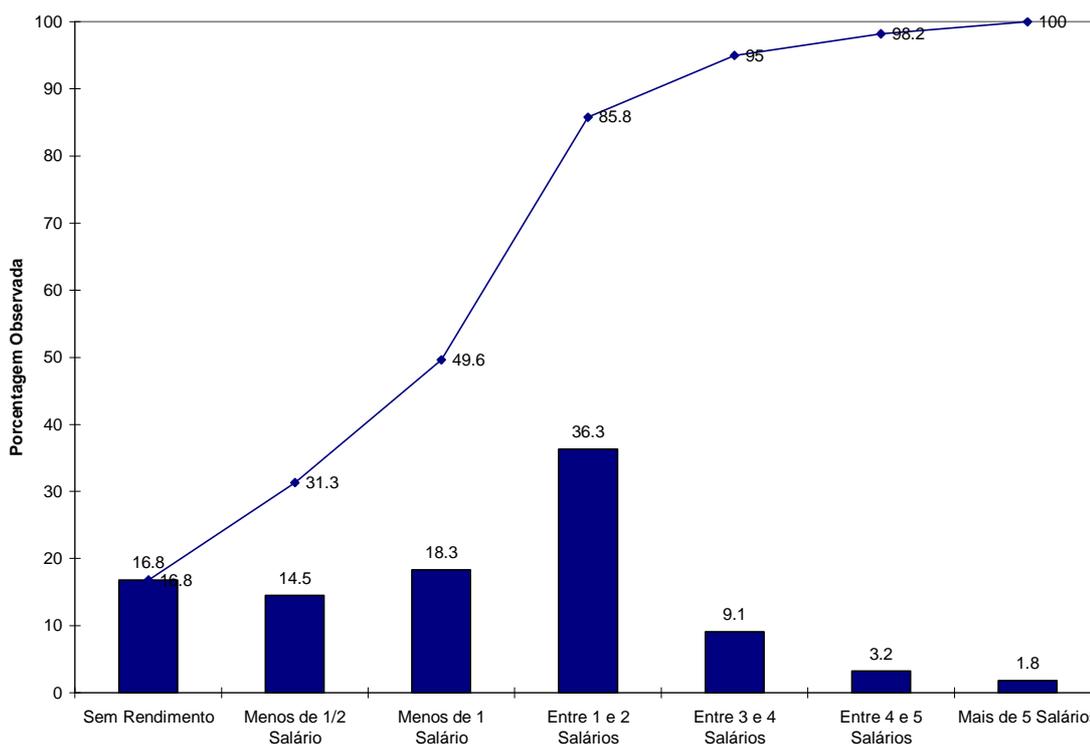


Foram aplicados 341 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 32,9%, contra 67,1% de mulheres. A idade mínima observada foi de 15 anos e a máxima de 90 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 34,8 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

A média de escolaridade desta região foi de 6,09 anos, ficando próxima da média de Porto Alegre. Nesta região apenas 4,4% das pessoas possuem nível zero de escolaridade. A maioria da população desta região, 74,5%, possui de 0 a 8 anos de estudo. Destes, apenas 13,8 completaram o ensino fundamental.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

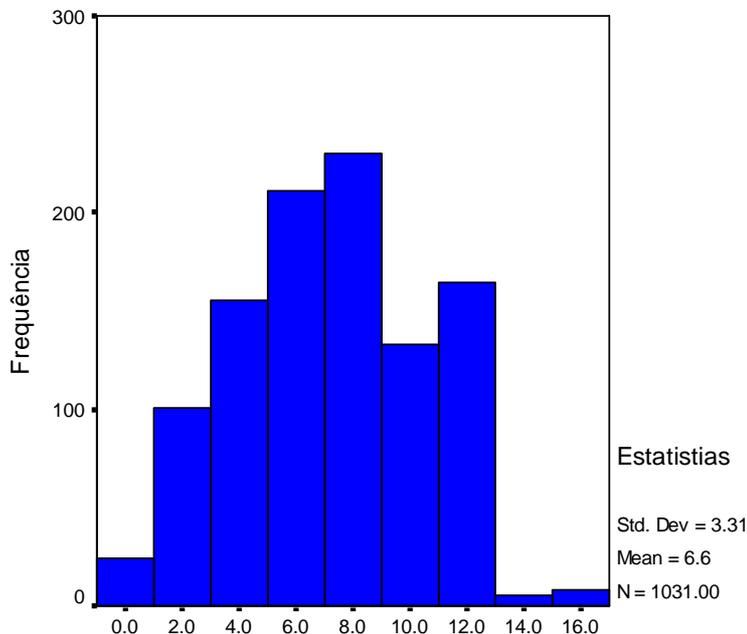
Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado (em Salários Mínimos)



A característica da distribuição desta variável para a região Nordeste é um maior achatamento em relação às demais regiões. Em outras palavras, a distância entre as porcentagens observadas nas faixas é relativamente menor. Um exemplo disso foi o alto percentual de pessoas que declararam-se sem rendimentos (16,8%) e o fato da faixa modal (entre 1 e 2 salários) ter frequência sensivelmente inferior em relação às outras regiões.

Estatísticas: **Região 7 – Partenon**

Histograma: Anos de Estudo



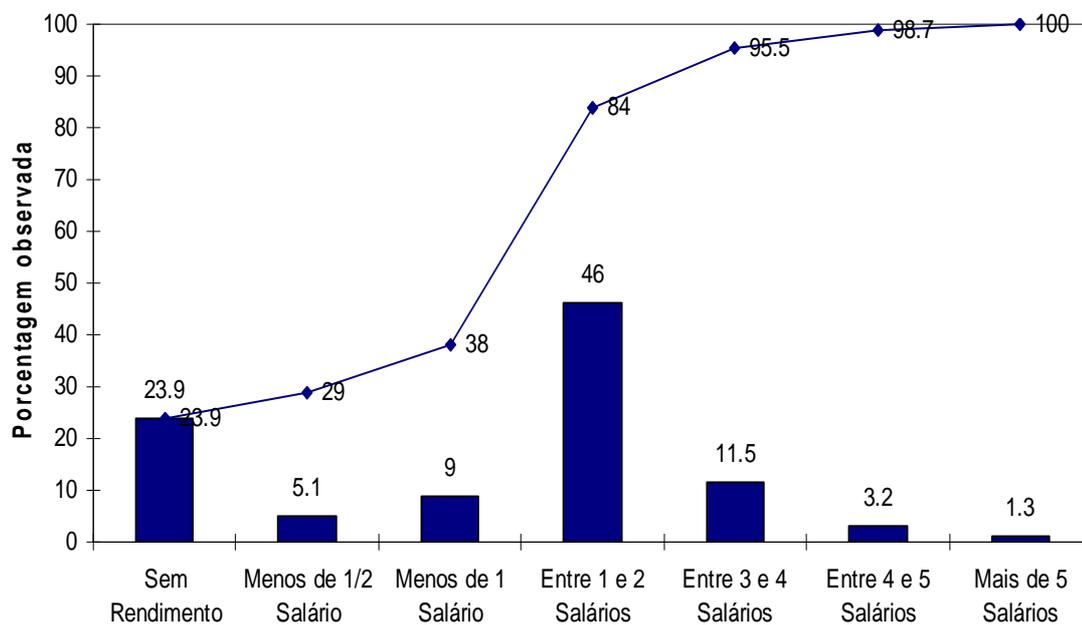
Foram aplicados 1018 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 37,8%, contra 62,2% de mulheres. A idade mínima observada foi de 11 anos e a máxima de 94 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 40,9 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

A média de escolaridade desta região foi de 6,65 anos, ficando bastante próxima da média de Porto Alegre. Nesta região apenas 2,3% não possuía escolaridade alguma. Dos residentes entrevistados no Partenon 98,4% possuía escolaridade variando entre 0 a 11 anos de estudo.

O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

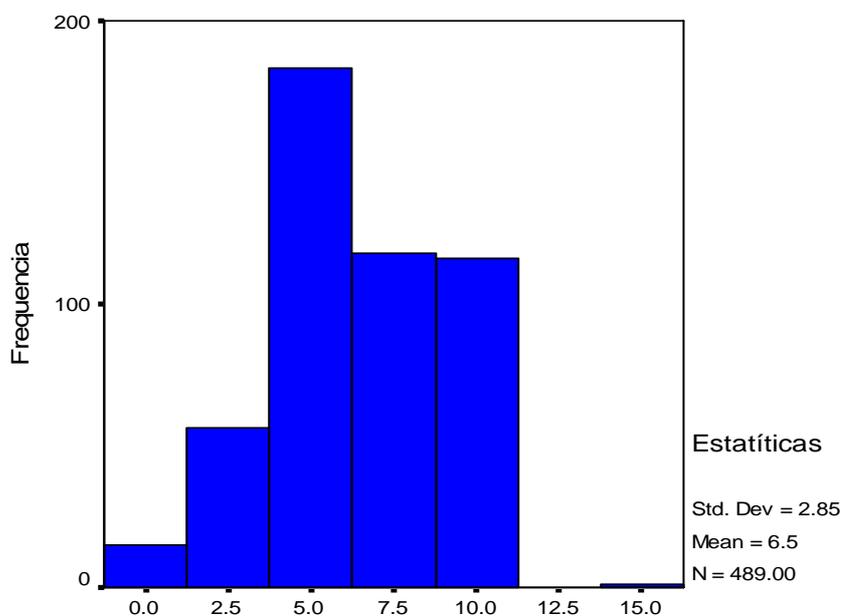
Nesta região, 23,9% das pessoas não tinham qualquer rendimento e 84% recebiam até 2 salários mínimos. Apenas 1,3% da amostra entrevistada recebia mais de 5 salários mínimos.

Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado (em Salários Mínimos)



Estatísticas: **Região 8 – Restinga**

Histograma: Anos de Estudo

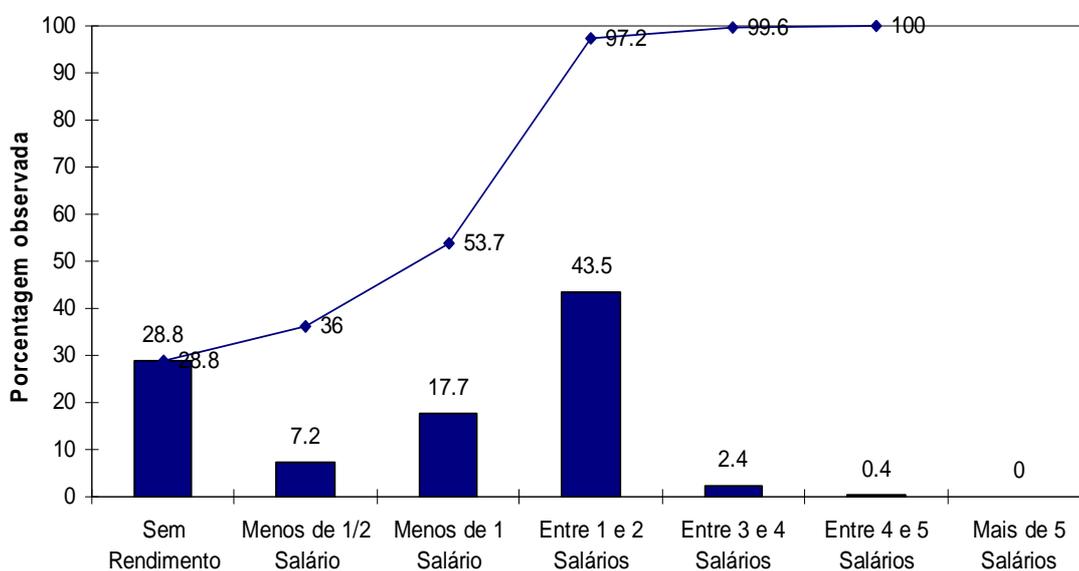


Foram aplicados 501 questionários nesta região, sendo que a proporção de homens foi de 21,6%, contra 78,2% de mulheres. A idade mínima observada foi de 15 anos e a máxima de

78 anos. A média de idade dos entrevistados foi de 37 anos. Temos a seguir as distribuições dos entrevistados em relação ao estoque de educação formal e ao nível de renda.

A média de escolaridade desta região foi de 6,5 anos, ficando bastante próxima da média de Porto Alegre. Nesta região apenas 1,4% não possuía escolaridade alguma. Dos residentes entrevistados na Restinga 99,8% possuíam escolaridade igual ou inferior a 11 anos de estudo. O gráfico a seguir mostra o nível de renda declarado pelos entrevistados.

Gráfico: Percentual Válido e Acumulado do Rendimento Declarado (em Salários Mínimos)



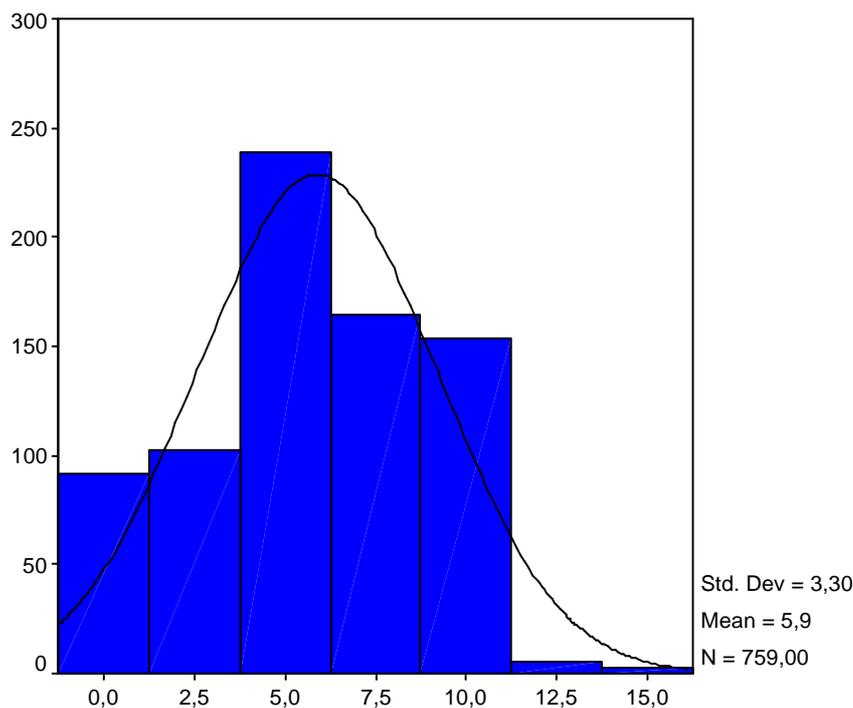
A proporção de pessoas sem rendimento declarado nessa região é relativamente alta, em torno de 28,8%. A faixa de renda com mais concentração é entre 1 e 2 salários, como na maioria das regiões. O ponto a ser salientado aqui é que, nesta região, o número de pessoas com rendimento superior a 2 salários foi muito pequeno, a prova disso é que a frequência acumulada até a faixa anterior foi de 97,2%.

Estadísticas: **Região 9 – Glória**

Na Região Glória foram entrevistados um total de 766 pessoas, número que corresponde a 8,5% do total da amostra, sendo 37,7% do sexo masculino e 62,3% do sexo feminino. A idade média dos entrevistados foi de 40,16 anos, com mínima observada de 14 e máxima de 93 anos. A escolaridade média dos entrevistados foi de 5,9 anos de estudo, abaixo da escolaridade média de Porto Alegre (6,8 anos). Ressalta-se, aqui o elevado percentual de

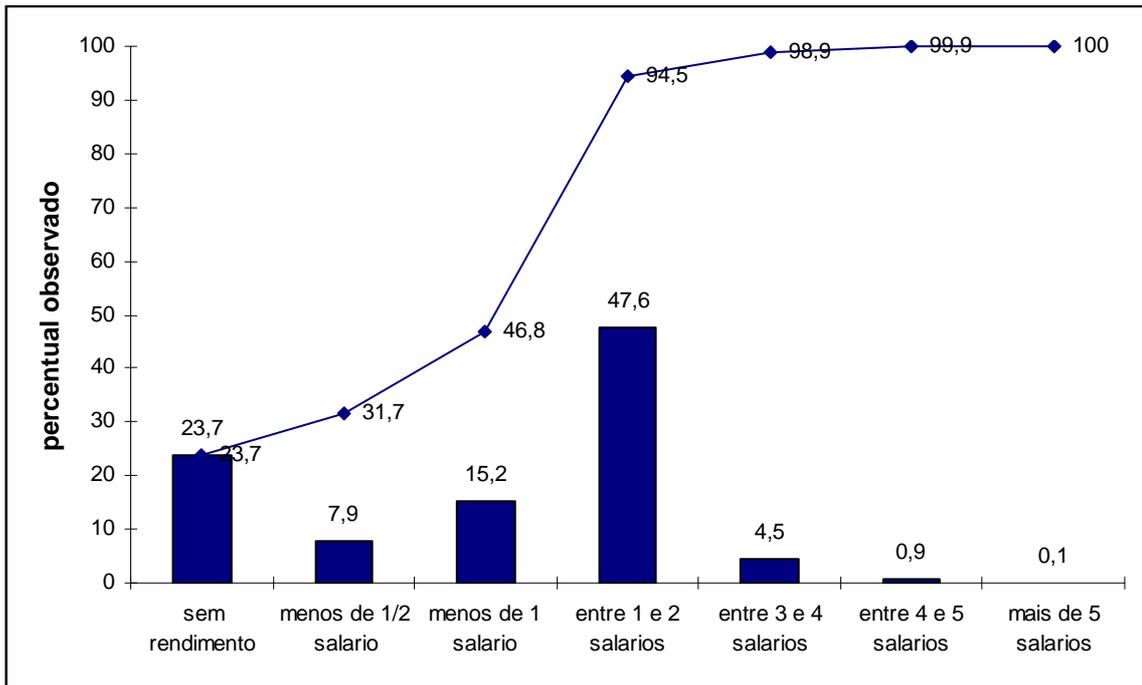
peças sem escolaridade, 4,3%. Considerando o resultado acumulado, observa-se que mais de 32% dos entrevistados possuem somente até quarta série. Tais resultados evidenciam o acentuado grau de privação na dimensão educação. As distribuições completas por níveis de escolaridade são expostas no histograma abaixo.

Histograma – Anos de estudo



Em termos de renda, 47,1% dos entrevistados da região declaram ganhar entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto 46,8% declaram ganhar menos de 1 salário mínimo por mês e dentre estes, 23,7% não possuem renda. Se comparado a Porto Alegre, o percentuais são superiores pois os dados agregados evidenciam que para Porto Alegre a percentagem de pessoas que auferem rendimentos de até um salário mínimo é 40,5%, evidenciando o acentuado grau de privação na dimensão renda. Por outro lado, somente 5,6% declaram ganhar mais de 2 salários mínimos mensais. Estas informações podem ser observadas no gráfico abaixo, em que as barras representam os percentuais por faixa de renda e a linha o percentual acumulado.

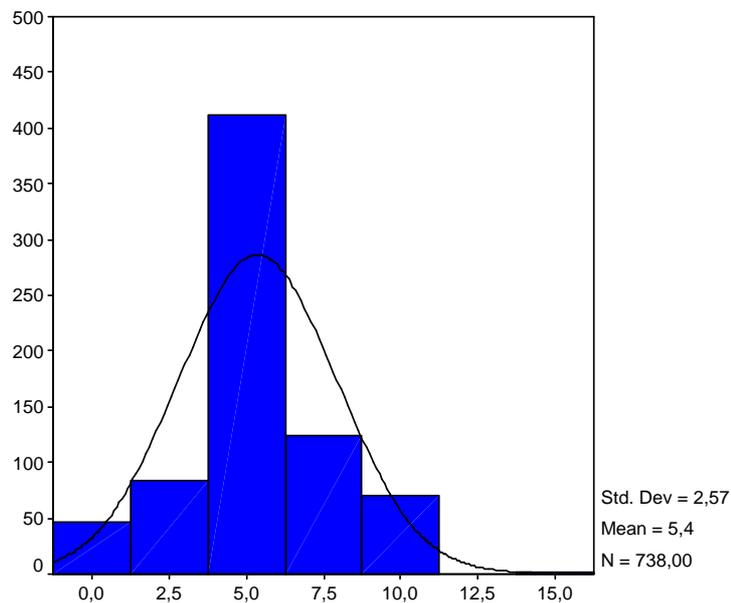
Gráfico – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado



Estatísticas: **Região 10 – Cruzeiro**

Na região Cruzeiro foram aplicados 739 questionários (8,21% do total), dos quais 72,4% dos entrevistados são do sexo feminino e 26,4% do sexo masculino. A idade mínima observada foi de 11 anos e a máxima foi de 90 anos. Sendo a média de idade da amostra encontrada de 38,91 anos.

Histograma – Anos de estudo



Em relação à escolaridade, observou-se que a média de anos de estudo da região foi 5,36 anos, abaixo da média total da amostra (6,1 anos) e também da média da população de Porto Alegre (6,8 anos). Esse fato pode ser verificado pela análise do histograma, por meio do qual constata-se que mais de 24% dos entrevistados (400 pessoas) possuía cerca de 5 anos de estudo. Por outro lado, observa-se que menos de 0,5% (43 pessoas) possuía ensino médio completo.

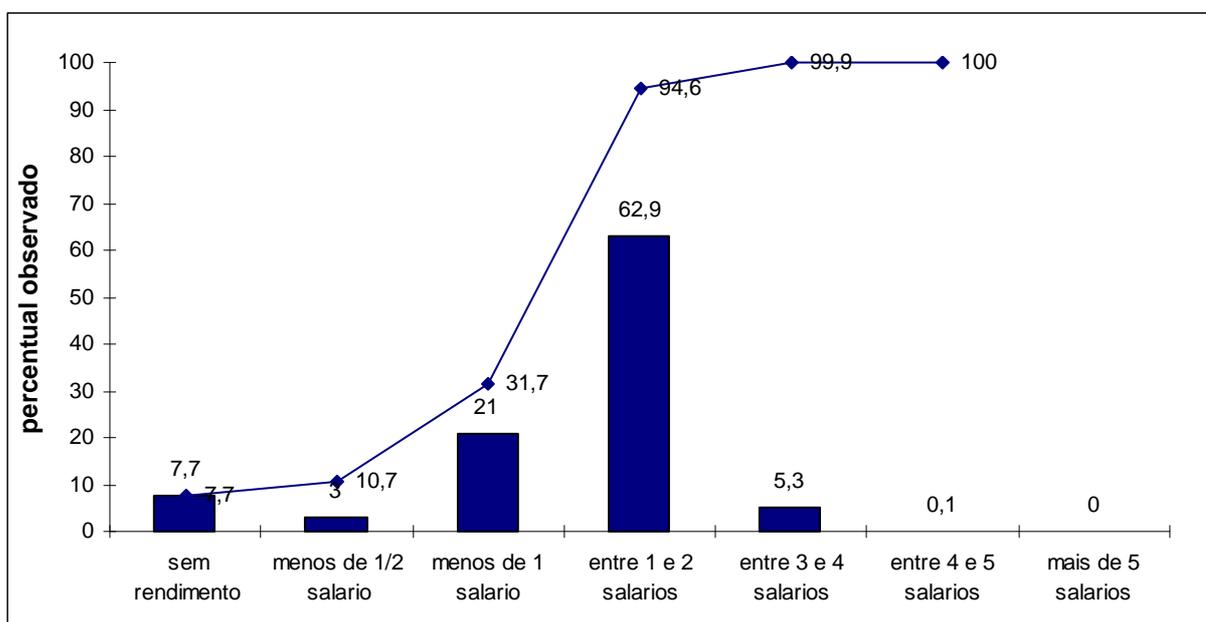


Figura – Percentual válido e acumulado do rendimento declarado

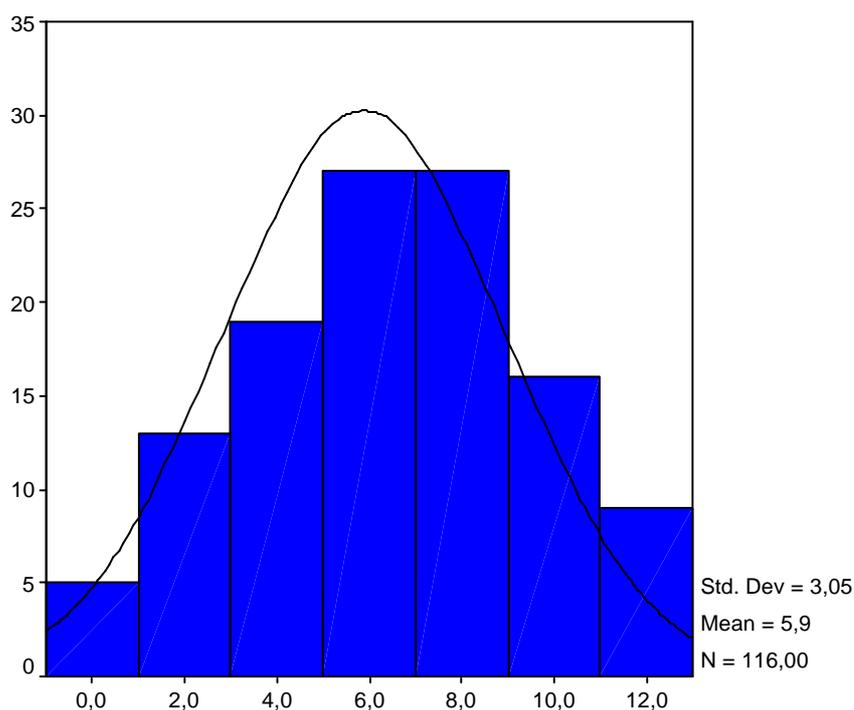
Em relação à renda, a primeira constatação foi que 7,7% dos entrevistados declararam-se não possuir rendimentos, percentual inferior ao de Porto Alegre (18,6%). Por outro lado, grande parte dos entrevistados, cerca de 62,9%, declararam que auferem rendimento entre um e dois salários mínimos. Considerando a frequência acumulada esse percentual eleva-se para 94,6% das pessoas que recebem até dois salários mínimos mensais.

Estadísticas: **Região 11 – Cristal**

Na região Cristal foram entrevistados um total de 116 pessoas. Em relação ao gênero, 56% eram do sexo feminino e 44% do sexo masculino. A idade média da amostra foi de 36,22 anos, sendo a idade mínima de 16 anos (2 pessoas) e máxima de 72 anos (2 pessoas). A escolaridade da amostragem da região Cristal foi de 5,9 anos, abaixo da média de Porto Alegre (6,8 anos). Nesta região deve-se ressaltar que aproximadamente 9,5% dos

entrevistados possuem o ensino fundamental completo e cerca de 8% possuíam o ensino médio completo. Quando compara-se com o percentual da amostra total, com percentuais de pessoas que possuem o ensino fundamental e médio completo sendo de 15,7% e 9,4%, verifica-se a condição de privação na dimensão educação. O histograma abaixo retrata com maior clareza essa situação.

Histograma – Anos de estudo



Em relação à dimensão renda, observa-se que a média dos rendimentos declarados pelos entrevistados foi de 2,25 salários mínimos. No entanto, essa média não reflete completamente as condições da população entrevistada na região Cristal, uma vez que cerca de 19% das pessoas declararam não possuir qualquer rendimento, percentual semelhante ao observado na amostra total (18,6%). Enquanto que, 56% declararam obter rendimentos entre um e dois salários mínimos. O gráfico abaixo apresenta as faixas de rendimento válido e acumulado.

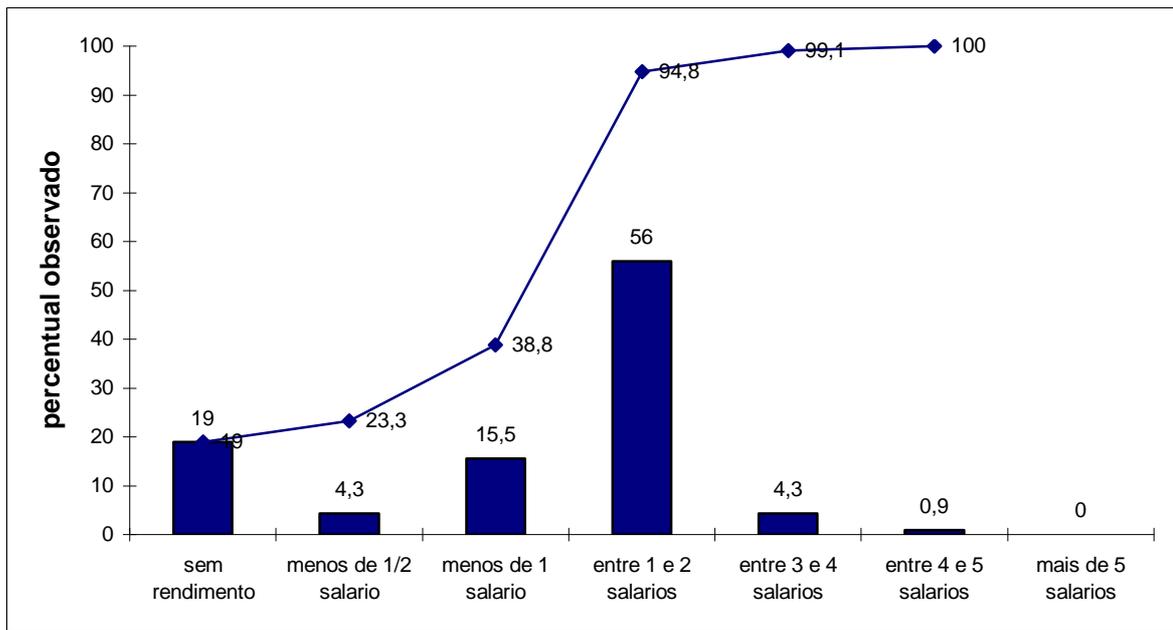
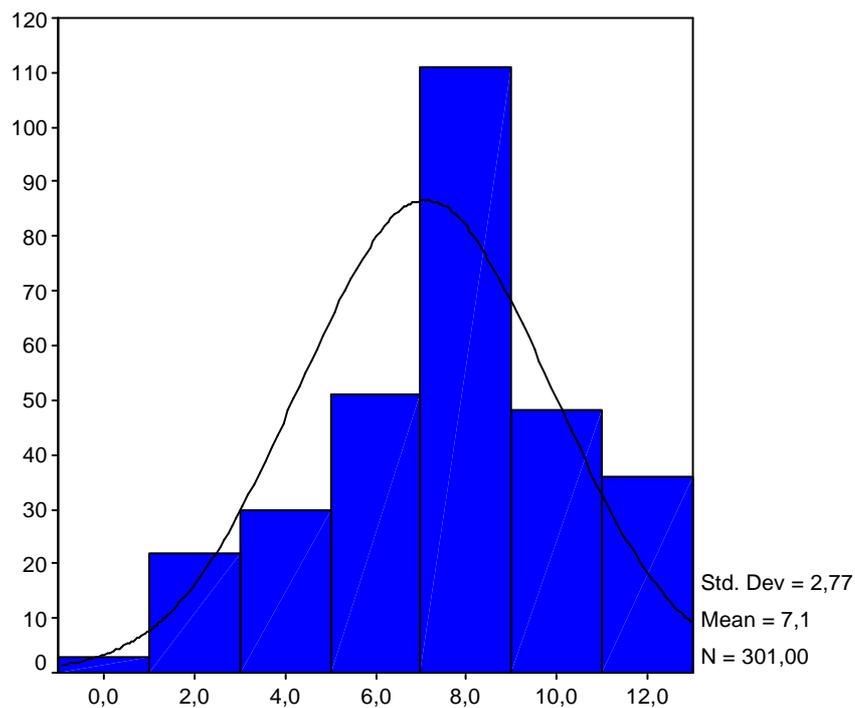


Gráfico – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado

Estatísticas: **Região 12 – Centro-Sul**

Na região Centro-Sul foram aplicados um total de 329 questionários, dos quais 43,2% foram homens e 56,8% mulheres. A idade média da população foi de 36,12 anos, sendo a idade mínima de 13 anos (1 pessoa) e máxima de 83 anos (1 pessoa).

Histograma – Anos de estudo



A escolaridade da amostragem da região Centro-Sul foi de 7,1 anos, levemente superior a média de Porto Alegre. Nesta região deve-se ressaltar o baixo percentual de entrevistados que não possuía escolaridade, apenas cerca de 1%. Por outro lado, corrobora para o resultado melhor em termos de escolarização, uma vez que 22,6% dos entrevistados (66 pessoas) possuíam ensino fundamental completo e 12% (36 pessoas) o ensino médio completo, percentuais acima da amostra total (15,7% e 9,4%). No histograma abaixo estão expostos os dados completos.

Em relação à renda, a primeira constatação relevante é que aproximadamente 15% dos entrevistados declararam-se não possuir rendimentos. Da mesma forma que o observado em grande parte das regiões, cerca de 62,9%, declararam que auferiam rendimentos entre um e dois salários mínimos. Quando considerada a frequência acumulada esse percentual eleva-se para 83,9% das pessoas que recebem até dois salários mínimos mensais. Tais dados estão expostos no gráfico abaixo.

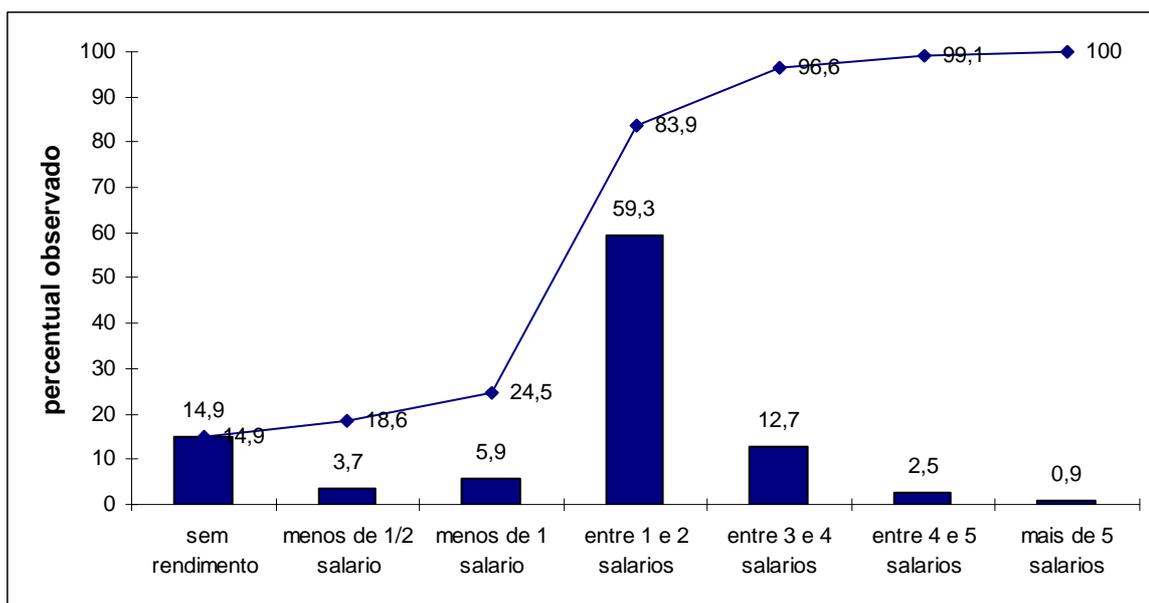


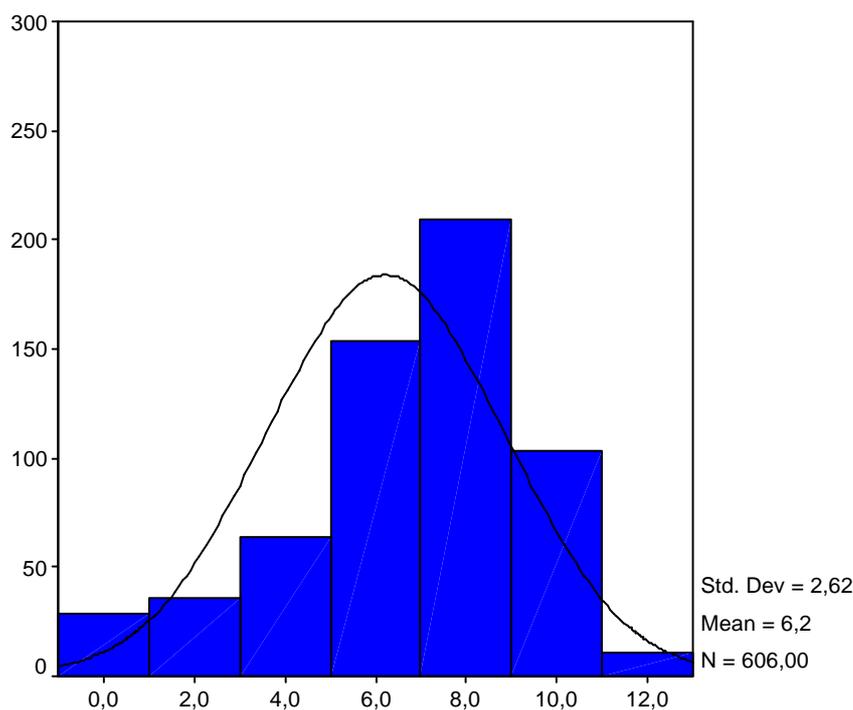
Figura – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado

Estatísticas: Região 13 – Extremo-Sul

Na região Extremo-Sul foram entrevistados um total de 606 pessoas, correspondendo a 6,73% do total aplicado. A amostra entrevistada nesta região foi composta por 69,9% de mulheres e 30,1% de homens. A idade média da amostra foi de 37,52 anos, com intervalo entre 17 e 81 anos. A escolaridade da amostragem da região Centro-Sul foi de 6,2 anos, semelhante ao percentual da amostra total, porém inferior ao percentual encontrado em Porto Alegre. Nesta

região deve-se ressaltar que 4,8% dos entrevistados não possuía escolaridade, percentual abaixo da média das demais regiões. Por outro lado, resalta-se o elevado percentual de pessoas com o ensino fundamental completo, 19,1% (116 pessoas). Tal fato pode ser observado com maior clareza no histograma abaixo.

Histograma – Anos de estudo



Em relação à dimensão renda, observa-se que a média dos rendimentos declarados pelos entrevistados foi de 2,62 salários mínimos. O percentual de pessoas que declararam-se sem rendimento, cerca de 12%, foi abaixo do obtido na amostra total (18,6%). No entanto, se considerarmos o total de pessoas entrevistadas que declararam receber menos de um salário mínimo mensal, esse percentual eleva-se para 34,4%. Enquanto, 57,5% declararam rendimentos entre um e dois salários mínimos mensais. No gráfico abaixo são apresentadas as faixas de rendimento válido e acumulado para a população entrevistada na região extremo-sul.

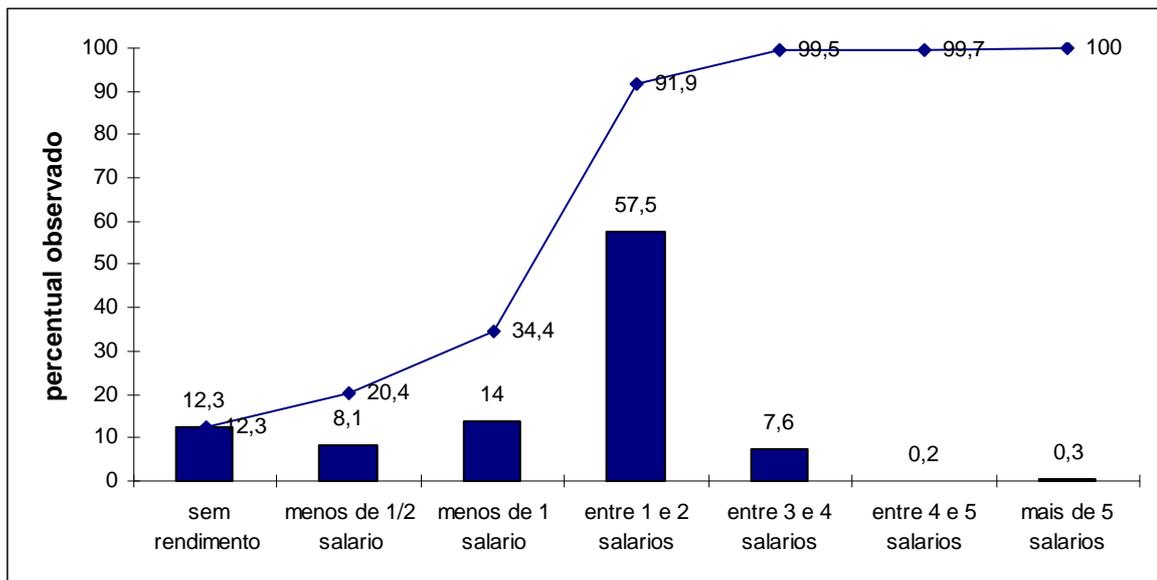
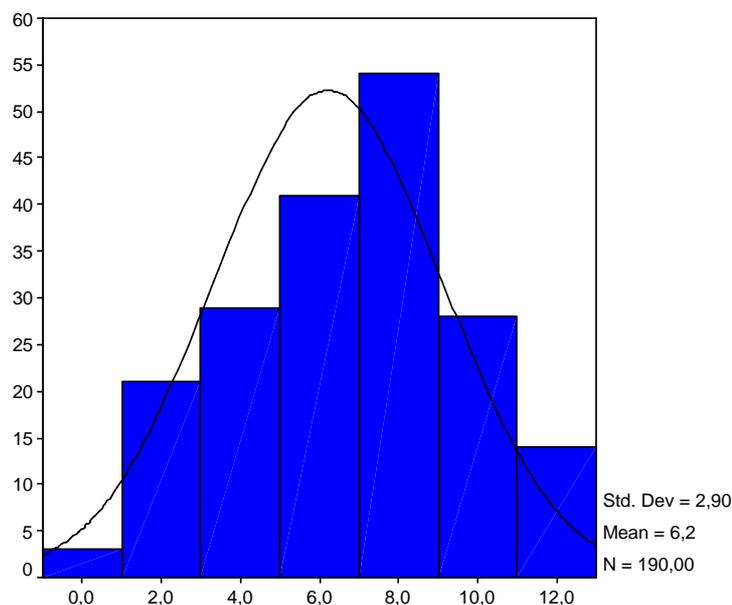


Gráfico – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado

Estatísticas: Região 14 – Eixo-Baltazar

Na Região 14 – Eixo-Baltazar foram aplicados um total de 193 questionários, dos quais 35,8% do sexo masculino e 64,2% do sexo feminino. A idade média dos entrevistados foi de 36,72 anos, com o intervalo amostral entre 16 e 91 anos. A escolaridade média dos entrevistados desta região foi de 6,2 anos, dado similar ao obtido na media de escolaridade da amostra geral (6,1 anos), porém pouco abaixo da escolaridade média da população de Porto Alegre.

Histograma – Anos de estudo



Destaca-se o baixo percentual de pessoas que nunca estudaram, cerca de 1,6%. Por outro lado, cabe notar o elevado percentual de pessoas que possuía sete e oito anos de estudos, os quais somados atingiam cerca de 28,5%. Também, ressalta-se o significativo percentual de pessoas com ensino médio completo, aproximadamente 7,5%. As distribuições completas por níveis de escolaridade da população entrevistada encontram-se expostas no histograma abaixo.

Em relação à dimensão renda, constata-se que 19,7% declararam-se sem rendimento, percentual acima das demais regiões. A situação acentua-se quando utiliza-se o percentual acumulado das pessoas que declararam auferir rendas de até um salário, cerca de 47,2%, o que evidencia um alto grau de privação nesta dimensão. Por outro lado, cerca de 49,9% da população entrevistada declarou receber entre um e dois salários. Estas informações podem ser observadas no gráfico abaixo, em que as barras representam os percentuais por faixa de renda e a linha o percentual acumulado.

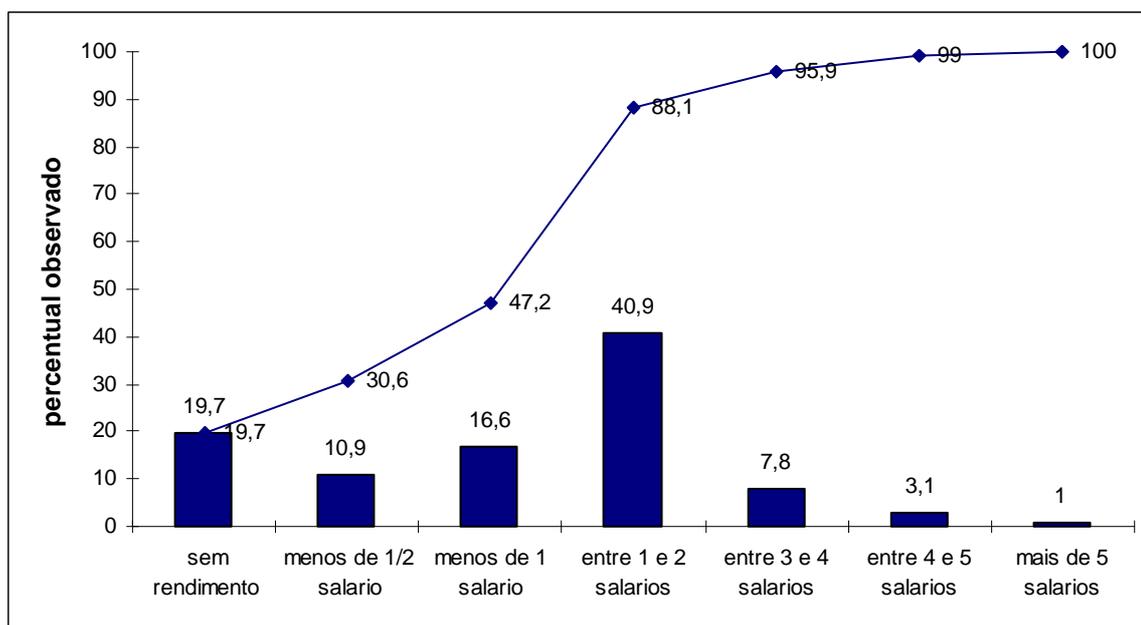


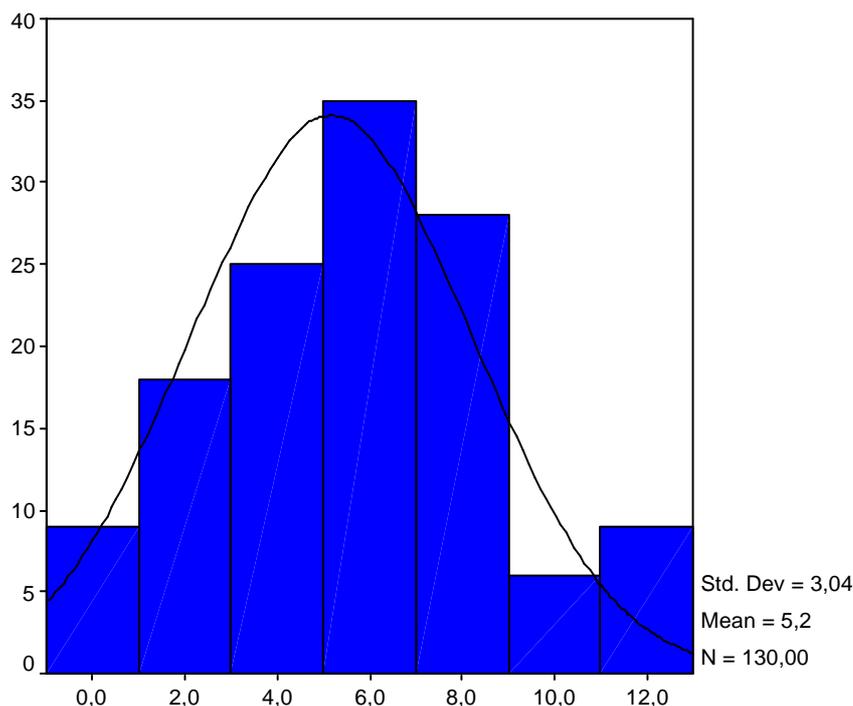
Gráfico – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado

Estatísticas: **Região 15 – Sul**

Na região Sul foram entrevistadas um total de 132 pessoas, dentre as quais 68% eram do sexo feminino e 32% do sexo masculino. A idade media da amostra foi de 39,24 anos, sendo a idade mínima de 16 anos (4 pessoas) e máxima de 81 anos (1 pessoas). A escolaridade da amostragem da região Sul foi de 5,17 anos, sensivelmente abaixo da media da geral da

pesquisa (6,1 anos) e também da população de Porto Alegre (6,8 anos). Nesta região ressalta-se que cerca de 14,6% dos entrevistados tinham o ensino fundamental completo e cerca de 7% tinham o ensino médio completo, percentuais próximos ao obtidos na amostra total, 15,7% e 9,4%. No histograma abaixo encontram-se as distribuições por faixa de escolaridade.

Histograma – Anos de estudo



Em relação à dimensão renda, observa-se que a media dos rendimentos declarados pelos entrevistados foi de 2,01 salários mínimos. No entanto, essa media não reflete completamente as condições da população entrevistada na região, uma vez que 27,3% das pessoas declararam não possuir qualquer rendimento. Esse percentual se eleva para 44,7% quando se utiliza o acumulado de pessoas que declararam receber até um salário mínimo mensal. Essa situação evidencia o acentuado grau de privação relacionado à dimensão renda. Por outro lado, 50% declararam obter rendimentos entre um e dois salários mínimos. O gráfico abaixo apresenta as faixas de rendimento válido e acumulado.

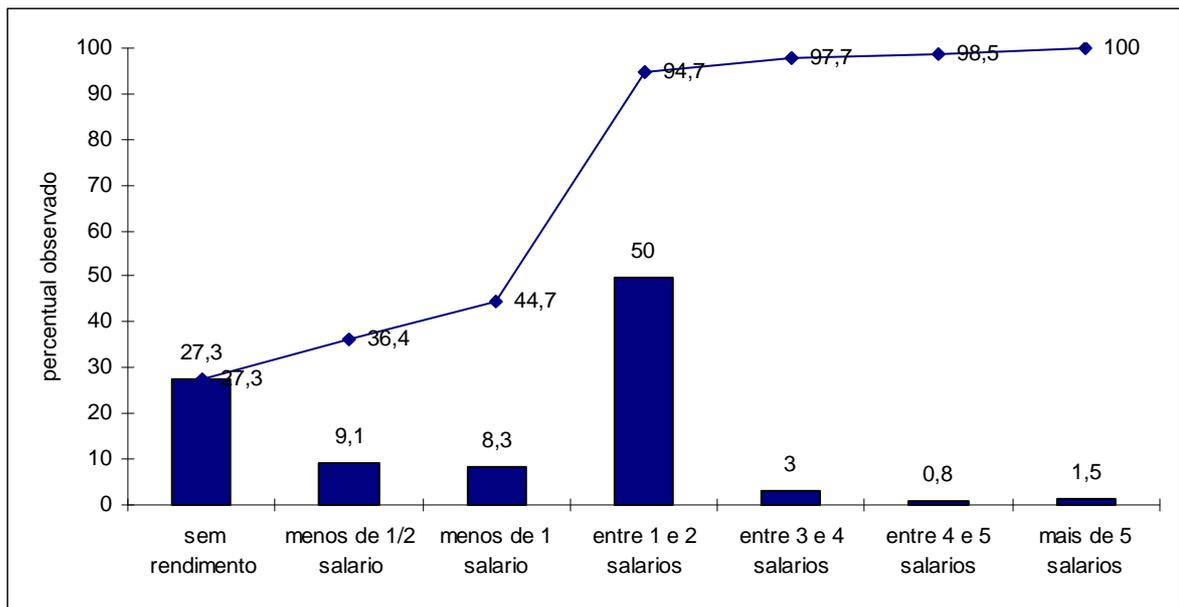
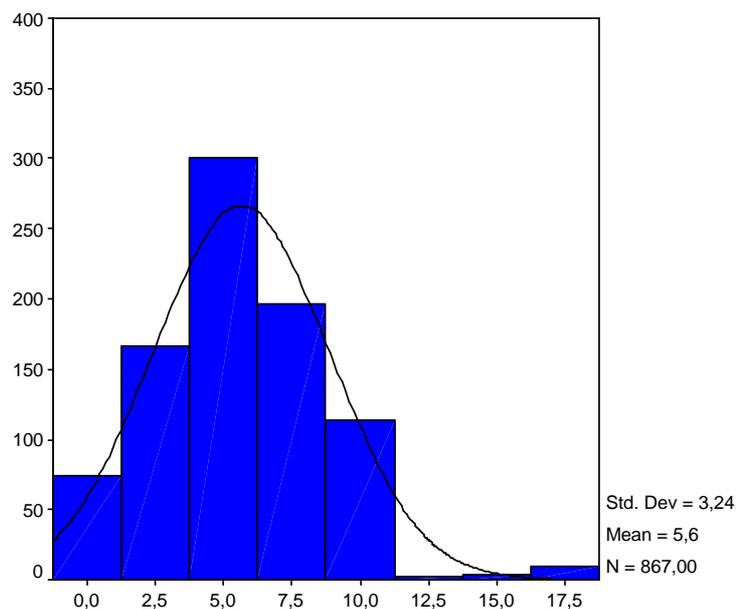


Gráfico – Percentual válido e acumulado do rendimento declarado

Estatísticas: Região 16 – Centro

Na Região 16 – Centro foram aplicados um total de 890 questionários, que corresponde a 9,88% do total aplicado. Em relação ao gênero, 40,5% foram do sexo masculino e 59,5% do sexo feminino. A idade média dos entrevistados foi de 36,92 anos, com o intervalo amostral entre 12 e 81 anos.

Histograma – Anos de estudo



Em termos de escolaridade, verifica-se que a média de anos de estudo dos entrevistados desta região foi de 5,64, dado inferior ao obtido na media de escolaridade da amostra geral e também inferior da escolaridade media da população de Porto Alegre. Outros dados relevantes estão no elevado percentual de pessoas que nunca estudaram ou cursaram até a quarta série do ensino fundamental, cerca de 40%. Por outro lado, 12,9% das pessoas entrevistadas que tinham o ensino fundamental completo e 8,8% dos entrevistados possuíam ensino médio completo ou mais. As distribuições completas por níveis de escolaridade da população entrevistada encontram expostas no histograma abaixo.

Em relação à dimensão renda, evidencia-se que 34,5% declararam-se sem rendimento, percentual sensivelmente acima das demais regiões, cujo percentual da amostra total situa-se em 18,6%. A situação acentua-se quando se utiliza o percentual acumulado das pessoas que declararam auferir rendimento de até um salário, tais percentuais atingem 61,7%, o que caracteriza o elevado grau de privação na renda nesta região. Por outro lado, contrariamente as demais regiões, somente 29% da população entrevistada declarou receber entre um e dois salários. Estas informações podem ser observadas no gráfico abaixo, em que as barras representam os percentuais por faixa de renda e a linha o percentual acumulado.

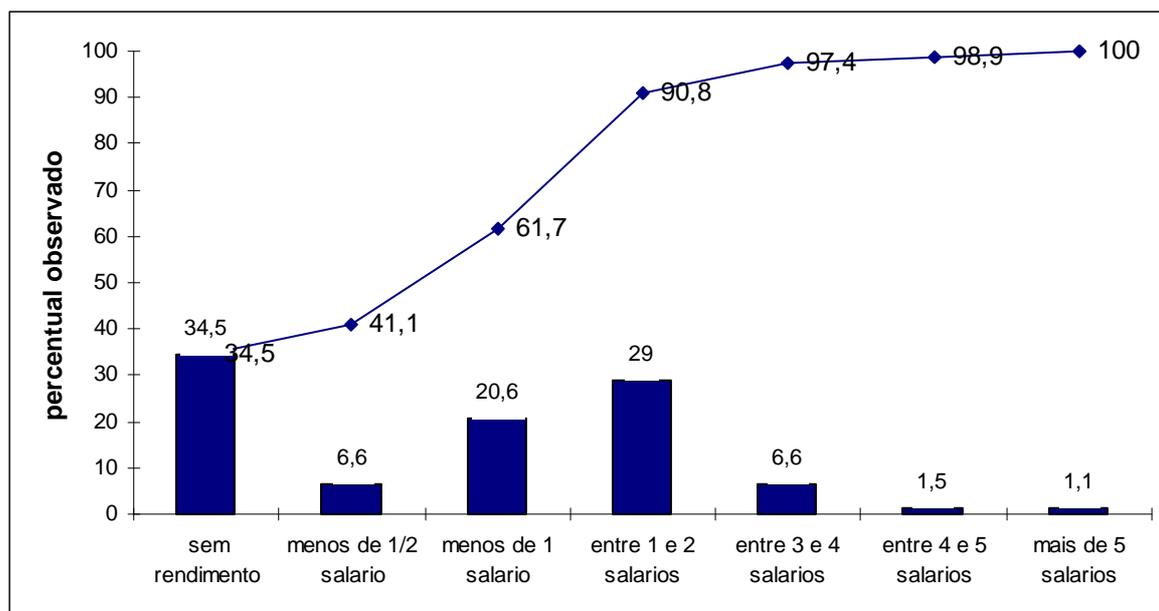


Gráfico – Percentual valido e acumulado do rendimento declarado

Anexo IV – Entrevistadores

Lista Total de Entrevistadores por Regiões			
Indicação	Nome	Telefone	Região
Deoclécio	Deoclécio Leiria	9603-5989	1 – Humaitá/Navegantes
Deoclécio	Valdirene Mendez Leiria	9606-8984	1 – Humaitá/Navegantes
Deoclécio	Lurimar Almeida Fiuza	9621-7692	1 – Humaitá/Navegantes
Mirna	Mirna Schwantes	9275-1158	2 – Noroeste
Mirna	Cely Proença da Silveira	3345-3220	2 – Noroeste
Mirna	Adroaldo Barboza	3341-6407	2 – Noroeste
André	André Soares Calçado	9888-2484	3 – Leste
André	Nelson Gonçalves Guimarães	9814-3745	3 – Leste
André	Marlene Arruda C. dos Santos	9894-8492	3 – Leste
	Maisa Carla Silva		3 – Leste
	Giane da S. Mendes		3 – Leste
	Tamisie M. Conceição		3 – Leste
	Josiane B. Ávila de Farias		3 – Leste
	Daiane Martins da Silva		3 – Leste
	Aliony Bessa		3 – Leste
	Juliana Martins da Silva		3 – Leste
Arnaldo	Mairi Matilde Variani	9703-3488	4 – Lomba do Pinheiro
Arnaldo	Carla Barison	9196-1193	4 – Lomba do Pinheiro
Arnaldo	Claúdia Viegas Pinto	3317-1830	4 – Lomba do Pinheiro
	Fabiana Cristina C. Santos		4 – Lomba do Pinheiro
Alminda	Alminda Flores	8131-6453	5 – Norte
Alminda	Edir Ribeiro de Oliveira	9171-8308	5 – Norte
Alminda	Suziane Nunes da Silva	9813-1681	5 – Norte
	Pâmela Mattos Andreoli		5 – Norte
	Cenilda T. V. de Mattos		5 – Norte
	Kátia Lorde		5 – Norte
	Anelise Regina da Cruz		5 – Norte
	Ronie Gomes	8156-6055	5 – Norte
	Antônia C. A. S. Gomes		5 – Norte
Irma	Irma Miranda da Rosa	9927-4810	6 – Nordeste
Irma	Ângela Mendes dos Santos	3387-0134	6 – Nordeste
Irma	Clarice Torres Custódio	3389-1528	6 – Nordeste
	Carlos Augusto O. Lencina	9263-9189	6 – Nordeste
Jane	Jane Pinheiro	3336-3363	7 – Partenon
Jane	Juçara Bitencourt Pires	8429-8331	7 – Partenon
Jane	Jane Brochado	9838-8637	7 – Partenon
	Darlan Antônio Oliveira	3212-6175	7 – Partenon

		9159-3355	
	Daiane da Silva	9754-1500	7 – Partenon

Adaclides	Adaclides Neli Martins Leite	8403-6546	8 – Restinga
Adaclides	João Luis Vieira Ventura	9192-4823	8 – Restinga
Adaclides	Rodrigo Bonfim	3261-7492	8 – Restinga
Adaclides	Priscila Torres Elias	3257-5797	8 – Restinga

Marlon	Luís Carlos da Silva	3339-8852	9 – Glória
Marlon	Roseni Rodrigues de Almeida	8193-0178	9 – Glória
Marlon	Vera Regina da Silva Pintos	3317-2673	9 – Glória
Marlon	Silvio Luiz P. Ilha		9 – Glória
Marlon	Marlon Ferraz da Costa		9 – Glória

Jorge	Elisângela de Fátima M. Lima	3232-8389	10 – Cruzeiro
Jorge	Gislaine Moraes de Lima	3232-8389	10 – Cruzeiro
Jorge	Gilberto Machado Almeida	8166-9513	10 – Cruzeiro
	Carmencita M. da Silva		10 – Cruzeiro
	Vera Rodrigues	8128-4710	10 – Cruzeiro
	Daniel Borges		10 – Cruzeiro

Sérgio	Rudimar Arbelo	9896-4236	11 – Cristal
Sérgio	Paulo Roni Aires	9706-5565	11 – Cristal
Sérgio	Andresa Nascimento Costa	8467-5369	11 – Cristal
	João Luiz B. Silveira	9113-4523	11 – Cristal

FROP	Marcílio Roberto da Silveira	8438-8195	12 – Centro-Sul
FROP	Rejane Hermes Rodrigues	9735-6127	12 – Centro-Sul
FROP	Sandra Regina Dutra Serafin	3312-8705	12 – Centro-Sul
	Kellen Santos P. Marques	3245-4872	12 – Centro-Sul
	Jorge Ronaldo da Silva	9608-4077 3263-3513	12 – Centro-Sul
	Marilis Santos da Silva	3248-8943 97094303	12 – Centro-Sul

Maurício	Maurício Melo	9172-2596	13 – Extremo-Sul
Maurício	Luciano Basseto	9138-6507	13 – Extremo-Sul
Maurício	Deise Farias de Oliveira	9128-2619	13 – Extremo-Sul

Hugo	Hugo Hellwing	9635-7910	14 – Eixo-Baltazar
Hugo	Maria Iná Santos		14 – Eixo-Baltazar
Hugo	Maria Demartini	9855-6789	14 – Eixo-Baltazar

Oswaldo	Cíntia G. G. dos Santos	9632-3618	15 – Sul
Oswaldo	Carlos Eloi Lima Padilha	9219-6483	15 – Sul
Oswaldo	Iraci da Silveira Nascimento	3246-6369	15 – Sul
	Isadora A. Ramires	8473-7827	15 – Sul
	Elenise Nunes Gomes	3368-7450	15 – Sul
	Aline Paranhos da Silva		15 – Sul

FROP	Dilmair Monte dos Santos	9637-2121	16 – Centro
FROP	Geraldo Luz dos Santos	91366918	16 – Centro
FROP	Eurides dos Santos	8179-6821	16 – Centro
	Venina Ortório	3232-6157 9673-2814	16 – Centro

Liane	Liane Antônia Souza Farias	9149-1844	17 – Ilhas
Liane	Beatriz Gonçalves Pereira	8413-2875	17 – Ilhas
Liane	Pedro Paulo Souza da Rosa	9149-1844	17 – Ilhas

Anexo V – Pontos Críticos de Pobreza na cidade

REGIÕES OP	PONTOS CRÍTICOS (POBREZA)
Região 01 – Humaitá/Navegantes	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Areia - Vila Dique * - Vila Santo Antônio - Vila Ferroviário - Tio Zeca - Beco do X - Dona Teodora - Vila Operária AJ Renner - Vila Pirulito - Vila Nazaré * - Vila Liberdade - Vila Santo André
Região 02 – Noroeste	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Kady - Cel. Proença da Silveira
Região 03 – Leste	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Moto Sampaio (Antiga Vila Divinéia) - Vila Pinto * - Vila Fátima - Sesc Coimma (Vila Margarida) - Mario Sampaio - Vila Boa Vista - Vila Santa Helena - Vila Grécia - Vila São Carlos - Vila Laranjeiras - Vila Pedreira - Vila Tijuca - Vila Nova Tijuca - Jardim Protásio Alves - Jardim do Verde - Recanto do Sabiá - Vila Sesc (Leito da Rua Ernesto Pelanda) - Beco Vila da Paz
Região 04 – Lomba do Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> - Parada 15 (Ruas 27 de Dezembro e Santa Catarina) - Parada Recreio I - Parada Recreio II - Parada 06 (Vila Santo Antônio) - Vila Ello Dourado - Rua Afonso Lourenço Mariante - Serra Verde - Vila 1º de Maio - Vila São Carlos - Vila dos Herdeiros (Vila Cafunhos) - Vila Sargentos (Vila Luízinha) - Vila Esmeralda

	- Vila Dolores Duran
Região 05 – Norte	- Vila Ipê - Vitória da Conquista - Vila Minuano - Vila Chimarrão - Asa Branca * - Vila União - Vila Brasília - Vila Nossa Senhora Aparecida (Alta Tensão) - Vila Nazaré * - Parque dos Maias - Rubem Berta
Região 06 – Nordeste	- Vila Vasco da Gama - Parque Chico Mendes - Chácara da Fumaça - Orquídeas - Vila Unidos do Martins - Vila Safira I - Vila Safira II - Vilmar Ribeiro Wogt - Resvalo
Região 07 – Partenon	- Vila Maria da Conceição * - Vila São Pedro (Cachorro Sentado) - Vila Vargas (Campo do Tuca) - Vila São José - Vila Agreste - Vila Sudeste (Santa Maria) - Vila Coop. São Luiz - Vila Maria Conceição - Alameda (Menina Almira I e II; Pedreira) - Vila São Guilherme - Vila Cel. Aparício Borges - Vila Ecologia - Vila São Miguel
Região 08 – Restinga	- Pitínga (entre Lomba do Pinheiro e Restinga) - Unidão - Bairro Vermelho - Ocupação Asum - Ocupação Mario Quintana - Ocupação Unidão - Ocupação Bosel - Salso - Figueira - Dona Francisca - Portal dos Pinheiros - Chácara do Dormel - Bita - 1º Unidade - 5º Unidade - Chácara dos

Região 09 – Glória	<ul style="list-style-type: none"> - Jardim Marabá * - Invasão do Ipê - Colina Verde - Embratel - Canudos - Alpes - Taquareiras
Região 10 – Cruzeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Buraco Quente * - Morro da Cruz * - Vila dos Comerciantes - Vila Maria * - Vila Tronco II - Vila Orfanatório I - Vila Orfanatório II - Vila Jardim Europa
Região 11 – Cristal	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Ecologia - Vila Pedreira * - Vila Cristal - Foz da Cavahada - Vila Nossa Senhora das Graças - Valão do Icarai
Região 12 – Centro-Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Vila São Vicentim Martins - Monte Cristo - Campo Novo - Vila Nova - Loteamento Cavahada - Chácara da Permes - Jardim Marabá * - Vila Três Figueiras - Vila Calábria - Vila Kanasawa - Beco do Império - Condomínio Boa Vontade - Vila Monte Cristo - Morro Quente
Região 13 – Extremo-Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Túnel Verde II * - Rua 1 * - Vila Tripa * - Vila Julia * - Vila Bicho de Pé * - Vila Amizade * - Área Fase - Associação Vale das Figueiras * - Vila Sapolândia * - Nossa Senhora de Belém - Loteamento Chapéu do Sol * - Beco do Buda * - Beco do Pradino - Nestle (ocupação) - Copacabana

	<ul style="list-style-type: none"> - Loteamento Clara Nunes - Beco da Vitória - Beco do Seco - Beco do Artur - Jagues da Rosa - Beco do Jesuíno - Boa Vista - Ocupação do Manecão * - Jardim Floresta * - Beco do Mota - Vila Avipal - Vila da Extrema - Muro Branco
Região 14 – Eixo-Baltazar	<ul style="list-style-type: none"> - Jardim dos Coqueiros - Vila da Conquista - Vila Riacho Doce - Vila Amazônia - Vila Morada do Sol - Vila Costa e Silva - Vila Unidos
Região 15 – Sul	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Pellin - Vila Santa Bárbara - Vila Capivari - Vila Recanto do Guará - Beco do Sagino - Vila dos Sargentos
Região 16 – Centro	<ul style="list-style-type: none"> - Vila Chocolatão * - Padre Cacique (Casa de Passagem) * - Vila Sucego * - Condomínio Princesa Isabel * - Vila dos Papeleiros - Vila Luiz Garanha - Vila Menino Deus - Vila Lupcínio Rodrigues - Vila Renascença I - Vila Renascença II - Vila Casas Tigre - Vila Planetário - Condomínio do Anjos - Vila Otto Ernest Meyer - Vila Érico Veríssimo - Cabo Rocha - Vila Juliano Moreira - Vila La Plata
Região 17 – Ilhas	<ul style="list-style-type: none"> - Ilha do Pavão - Ilha dos Marinheiros - Ilha das Flores - Ilha da Pintada - Ilha Mauá

Anexo VI - Consulta Popular: Pesquisa sobre as Condições de Pobreza

1. Imagine a pessoa mais pobre que você já conheceu. Na sua opinião, o que havia de pior na condição dela?
2. Como você sabe se alguém é pobre?
3. Como você sabe se alguém é rico?
4. Como você sabe se alguém é miserável?
5. Quanto você precisaria ganhar mensalmente para você e sua família viverem bem?
(R\$) O que você faria com esse dinheiro?
6. Pensando nas condições de vida dos seus vizinhos e conhecidos. Quais são as principais dificuldades que essas pessoas sofrem?
7. Destas que você falou, você poderia me ajudar a eleger qual você considera a mais grave?
8. “Em uma família de 7 filhos é normal que só 2 estudem” () normal () anormal
 “Você sai para caminhar e encontra a seguinte situação: na primeira esquina um casal alimenta os seus filhos com o resto que encontra no lixo. O que você acha?”
 () normal () anormal Por quê?
 “Você concorda que onde comem 2, comem 3?”
 () concorda () sem opinião () discorda () discorda fortemente
 Por quê?
9. Quais são os 4 problemas mais graves que você vê com as pessoas mais pobres no seu bairro? Coloque 1 para o pior, 2 para o segundo pior e assim por diante.

HABITAÇÃO []	SAÚDE []
EDUCAÇÃO []	CULTURA []
ASSISTÊNCIA SOCIAL []	SANEAMENTO BÁSICO – DEP Esgoto []
PAVIMENTAÇÃO []	SANEAMENTO BÁSICO – DEMA E Água []
TRABALHO E RENDA []	ESPORTE E LAZER []
ILUMINAÇÃO PÚBLICA – DIP []	ÁREAS DE LAZER []
TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO []	SANEAMENTO AMBIENTAL []

10. Por quê você acha que existe pobreza?

Anexo VII – Questionário sobre as Carências da População em Porto Alegre

1. Sexo: Masculino Feminino 2. Idade: _____ anos
3. Até que ano estudou: _____ série do primeiro grau do segundo grau
4. Qual a sua renda pessoal mensal ou do seu(sua) parceiro(a)?
 sem rendimento menos de 1/2 SM menos de 1 SM entre 1 e 2 SM
 entre 3 e 4 SM entre 4 e 5 SM mais de 5 SM

SAÚDE

5. Se você tivesse mais dinheiro, compraria mais comida? não sim. Qual?

6. Alguma vez nesse último mês você comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida?
 não sim
7. Alguma vez nesse último mês você sentiu fome, mas não comeu? não sim
8. Você e sua família vão ao médico sempre que estão doentes? não. Por quê? _____
sim
9. Com que frequência você vai ao dentista?
 nunca foi só quando tem dor de dente 1 vez por ano menos de 1 vez por ano
10. Você vive com medo de alguma coisa? não sim. O quê? _____

TRABALHO E RENDA

11. Você está Empregado com carteira assinada Empregado informal Desempregado
12. Você já teve alguma vez trabalho com carteira assinada? não sim
13. Você já precisou vender alguma coisa de dentro de casa para poder comer? não sim.
O quê? _____
14. Você já precisou pedir dinheiro para poder comer? não sim Para quem?

15. Você já precisou mandar algum filho seu pedir dinheiro? não sim. Onde?

16. Alguma conta de casa não foi paga neste último mês? não sim.
Quais? _____

EDUCAÇÃO

17. Quais os nomes completos do Presidente da República e Governador do Estado?
Presidente: _____ Governador: _____
18. Você já usou a internet? não sim. Que endereço da internet entrou

primeiro? _____

19. Você se considera: rico nem pobre nem rico pobre. Se pobre, você tem algum plano para sair da pobreza? não sim. Se sim, qual? _____

20. Até que idade o senhor ou a senhora acha que seria bom para o seu filho ou filha estudar? _____ anos

21. Qual o principal problema do Brasil hoje? _____ Quem é o responsável por resolver isso? _____

22. O que é preciso hoje em dia para conseguir um bom trabalho?

HABITAÇÃO

23. Desde quando mora na casa atual?

menos de 6 meses entre 6 meses e 1 ano entre 1 e 5 anos mais de 5 anos

24. Por quê razão mudou do endereço anterior? (apenas uma palavra-chave):

25. Os quartos que existem na sua casa são suficientes para todas as pessoas? não sim
Quantas pessoas dormem no quarto mais cheio? _____

26. No inverno, dentro da sua casa: faz um frio insuportável e chove dentro faz um frio insuportável mas não chove dentro faz um frio moderado sem chuva ficamos bem aquecidos e protegidos da chuva

27. Você já foi roubado dentro de casa ou chegando em casa? não sim. Quantas vezes?

28. Onde o senhor mora, dá para tomar banho todos os dias? não sim

AVALIAÇÃO CARÊNCIAS EXTREMAS

29. Você alguma vez já pediu esmola na rua? não sim. Se sim, faz quanto tempo?

30. Você alguma vez já foi humilhado por ter menos do que alguém? não sim. Se for possível dizer, qual foi a situação? _____

31. Você alguma vez já teve que dormir na rua porque não tinha para onde ir? não sim

32. Você já passou frio porque não tinha roupa adequada ou o lugar onde você estava era desprotegido? não sim

33. Alguma vez nesse último mês você ficou um dia inteiro sem comer porque não tinha dinheiro para comprar comida para você ou para os seus filhos? não sim

34. Em quantas pessoas você confia? _____ Você tem pessoas para quem pode pedir ajuda quando está em dificuldade? não sim.

Anexo VIII – Ponderação Dimensões

A etapa da consulta além de identificar as dimensões permitiu construir os pesos a serem utilizados no cálculo do índice. Estes pesos foram obtidos tomando-se como base o número de vezes que cada uma das 4 dimensões mais citadas como prioritárias foi mencionada entre a primeira e quarta prioridade. Para a obtenção dos pesos foi atribuída uma escala inversa de pesos de 4 a 1. Em que multiplica-se o somatório da frequência de vezes que a dimensão S que foi escolhida como prioridade número um pelo peso quatro, multiplica-se a frequência que esta dimensão recebeu peso dois por 3, frequência que recebeu peso 3 por dois e a frequência que recebeu peso 4 por um. Faz-se o mesmo procedimento para as dimensões H, E e TR. Formalmente o processo de construção dos pesos pode ser representado da seguinte forma:

$$IPS = \frac{\sum [(\sum freqS_1 * 4 + \sum freqS_2 * 3 + \sum freqS_3 * 2 + \sum freqS_4 * 1) + *1]}{\sum TOTAL}$$

$$IPH = \frac{\sum [(\sum freqS_1 * 4 + \sum freqS_2 * 3 + \sum freqS_3 * 2 + \sum freqS_4 * 1) + *1]}{\sum TOTAL}$$

$$IPE = \frac{\sum [(\sum freqS_1 * 4 + \sum freqS_2 * 3 + \sum freqS_3 * 2 + \sum freqS_4 * 1) + *1]}{\sum TOTAL}$$

$$IPTR = \frac{\sum [(\sum freqS_1 * 4 + \sum freqS_2 * 3 + \sum freqS_3 * 2 + \sum freqS_4 * 1) + *1]}{\sum TOTAL}$$

em que,

IPS = Índice de Ponderação de Saúde,

IPH = Índice de Ponderação de Habitação,

IPE = Índice de Ponderação de Educação,

IPTR = Índice de Ponderação de Trabalho e Renda,

e,

$\sum freqS_1$ = Somatório da frequência das pessoas que escolheram a dimensão como prioridade número um.

$\sum freqS_2$ = Somatório da frequência das pessoas que escolheram a dimensão como prioridade número dois.

$\sum freqS_3$ = Somatório da frequência das pessoas que escolheram a dimensão como prioridade número três.

$\sum freqS_4$ = Somatório da frequência das pessoas que escolheram a dimensão como prioridade numero quatro.

$\sum TOTAL$ = Somatório total de todas as dimensões.